ANA PAULA DE MORAES TEIXEIRA

O acontecimento comunicacional e a experiência de ensino

Afeto. Arrebatamento. Subjetividades.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação da Escola de
Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
como requisito parcial para obtenção do título de
Doutora em Ciências Comunicação.

Área de Concentração: Teoria e Pesquisa em
Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Ciro Marcondes Filho

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Teixeira, Ana Paula de Moraes

O acontecimento comunicacional e a experiência de ensino.: Afeto. Arrebatamento. Subjetividades. / Ana Paula de Moraes Teixeira. -- São Paulo: A. Teixeira, 2013. 176 p.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientador: Ciro Juvenal Rodrigues Marcondes Filho
Bibliografia

1. Teorias da Comunicação 2. Acontecimento comunicacional
3. Subjetividade 4. Metáforo 5. Narrativa Biográfica I.
Filho, Ciro Juvenal Rodrigues Marcondes II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

TEIXEIRA, Ana Paula de Moraes. O acontecimento comunicacional na experiência de ensino. Afeto. Arrebatamento. Subjetividades.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração Teoria e Pesquisa da Comunicação, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Ciências Comunicação.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Presidente

Pr. Dr. Ciro Marcondes Filho (orientador) Instituição: USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Instituição:

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Instituição:

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Instituição:

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Instituição:

Julgamento: _____ Assinatura: _____

São Paulo, de de 2013.

Mesmo sem residência fixa por anos e com uma identidade absolutamente fragmentada, se consegui percorrer o pedaço de um trajeto, é porque minha força e “minha casa” têm oito letras em relevo. Roberson.

AGRADECIMENTOS

Sinto que o mundo me penetra como os frutos
que como – sim, eu me alimento do mundo.

Gaston Bachelard

Agradeço ao meu orientador, Ciro Marcondes Filho, pela oportunidade à realização de um sonho e por sua intelectualidade tão adiantada - o que permitiu pistas para que eu encontrasse passagens para as andanças dos meus passos confusos.

A todos os colegas e amigos da USP e CRUSP, pelo apoio irrestrito e férteis discussões.

A todos os meus alunos e professores, pelo carinho, aposta, confiança, admiração e insistência. Suas travessias em minha vida também deram a medida do meu ser. Todos compõem comigo minhas histórias e minha história.

A todos os colegas, amigos, amigos de trabalho, especialmente da UNIFEV e do CEP, sempre compartilhando comigo um cotidiano de expectativas e me permitindo também ‘beber’ de suas intensidades. Juntos, potencializamos nossas valências. Juntos, fomos capazes de ir além do que prevíamos poder fazer em conjunto.

Agradeço aos comandantes do CEP, coronéis Francisco e Barcelos, por facilitarem meu afastamento e me possibilitar concluir com tranquilidade a última fase desta importante jornada. Os alunos vindouros e a nossa instituição terão muito a ganhar com este passo.

A todos os pesquisadores, filósofos e poetas, que dia-a-dia vão me dando o néctar constituinte dos meus cogitares; alimentadores de meus arrebatamentos.

Aos examinadores deste trabalho, que certamente contribuirão de forma inestimável com a andança e o palpitar dos “meus acontecimentos”. Suas leituras refinadas, atentas e compromissadas sempre provocam muito mais do que o cultivo a um espírito científico.

À minha família, pela compreensão das ausências, incentivo aos estudos e respeito às minhas escolhas.

E ao meu marido Roberson, que me devolveu à vida e se soldou em mim. Por ele insistir e possibilitar que eu insistia, tal como sou, na minha existência.

Encontros não casuais, acolhimento, respeito e espaço são as palavras mais fortes que me ficam, na medida em que me lembro de cada contribuição que me foi dada e que de alguma maneira se entronca com este texto, fluído de minha história.

Fazer uma obra com um devaneio, ser autor no
próprio devaneio, que promoção de ser!

Gaston Bachelard

RESUMO

TEIXEIRA, Ana Paula de Moraes. O acontecimento comunicacional e a experiência de ensino. Afeto. Arrebatamento. Subjetividades. 2013. 176 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Este é um estudo epistemológico sobre o conceito de comunicação, que se utiliza de orientações filosóficas como aporte teórico. Porém, a tessitura desta proposta é trama emaranhada. É tecido que se umedece com líquido de subjetividade. Nos estudos convencionais sobre comunicação, o estatuto ontológico do ser nunca teve muito espaço. Prefere-se estudar “talhas” na comunicação, como a recepção, a mediação, os processos, os meios. Este é o ponto de partida do nosso trabalho: enveredar uma pesquisa da comunicação que “acontece” no ser – o acontecimento comunicacional. E como a noção de acontecimento trabalhada na tese é distinta da concepção compreendida a partir do senso comum ou mesmo da mídia, esse tipo de estudo requisita um procedimento distinto de trabalho. Esse procedimento é o Metáporo: uma proposta prático-descritiva que exige uma postura científica modificada, pois considera as afetações no ser (do acontecimento), e, neste trabalho, em conjunto com as afetações do ser (da pesquisa). Por isso, o olhar do pesquisador conta. Não para subtrair da observação o que interessa, e sim compor com ela. Mas como é preciso considerar o aspecto incapturável do acontecimento, a aposta do Metáporo é pela sua descrição. “Ter a experiência no próprio corpo e dela extrair descrições, relatos, exposições, textos, transformar o vivido em depoimento, em testemunho vivencial”. E como o solo de nossa observação deita o olhar sobre as experiências de ensino, e porque uma experiência de ensino é elasticidade do ser, nossa proposta, além da discussão epistemológica, inclui relatos autobiográficos. Narrativas que possam permitir uma contiguidade de fruição. Tessitura de tramas elásticas cuja intenção primeira é dar passagens às vibrações de pensamento pela porosidade do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias da Comunicação. Acontecimento comunicacional. Epistemologia da Comunicação. Metáporo. Afeto. Subjetividade. Narrativa Biográfica.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Ana Paula de Moraes. The communicational event and the teaching experience. Affection. Ravishment. Subjectivities. 2013. 176 f. Thesis (PhD in Communication Sciences) - School of Communication and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2013.

This is an epistemological study on the communication concept, which makes use of philosophical orientations as a technical contribution. However, the fabric of this proposal is a tangled web. It is a tissue which dampens itself in the liquid of subjectivity. In conventional studies on communication, the being's ontological status has never had much space. One would prefer to study the "carvings" in communication, such as reception, mediation, processes, or media. This is the starting point of our work: engaging a communication research which "happens" in the being self – the communicational event. And as the notion of event developed on this thesis differs from the conception as it is understood by common sense or even by the media, this kind of study requires a different work procedure. This procedure is the *Metaporo*: a practical-descriptive proposal which demands a modified scientific attitude, as it takes into account affectations on the being (of the event), and, in this study, along with affectations of the being (of the research). Therefore, the researcher's look counts. Not in a way to subtract from the observation what is interesting, but to compose with it. But, as it is necessary to take into account the incomprehensive aspect of the event, the *Metaporo* wagers on its description. "To experience something within its own body and from it extract descriptions, reports, expositions, texts, to transform what has been experienced into statements, into life experience testimonies". And as the ground of our observation lies on teaching experiences, and because teaching experience is the being's resilience, our proposal, in addition to the epistemological discussion, includes autobiographical reports. Narratives that may enable a contiguity of fruition. An elastic web tissue whose first intention is to allow access to the thinking vibrations by the porosity of the text.

KEYWORDS: Communication Theories. Communicational event. Communicational Epistemology. *Metaporo*. Affection. Subjectivity. Biographical narrative.

Metaporo is a neologism and has no literal translation. Therefore it has been emphasized on the translation of this abstract. The word has been maintained (without acute accent, which is not usual in English), such as the etymological formation from Greek.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema de autoria de Jesús Martín-Barbero.....25

Figura 2 – Aldeia global 40

Figura 3 – Arrebatamento

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEP	Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias
ECA	Escola de Comunicação e Artes (da Universidade de São Paulo)
ECO	Escola de Comunicação da UFRJ
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação
FILOCOM	Núcleo de Estudos em Filosofia da Comunicação da ECA/USP
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIFEV	Centro Universitário de Votuporanga
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 COMUNICAÇÃO - À PROCURA DE UM CONCEITO.....	15
1.1. Da tentativa de se pontuar um conceito; 1.1.1. Definições do conceito a partir de sua contingência; 1.1.2. Definições do conceito ao sabor do objeto; 1.2. O que é Comunicação: mais algumas pistas?; 1.3. Reorganização de sinalizações: informação não é comunicação; 1.4. Reorganização de sinalizações: nem tudo o que sinaliza comunica; 1.5. O intangível e o imaterial: como operar com o que não é apalpável (ou representado materialmente) na comunicação? 1.6. A construção de um olhar metapórico e a necessidade de novos métodos para outras questões; Adendo I- ; Adendo II.	
2 ACONTECIMENTO COMUNICACIONAL: ATRITO E ESTRANHAMENTO QUE ARREBATA...	49
2.1. Do acontecimento; 2.1.2. Acontecimento comunicacional; 2.1.3. Exorbitando ranhuras: acontecimento é efeito exercido na singularidade; 2.2. O imaterial, o incorpóreo e o intangível na Comunicação; 2.3. O Arrebatamento como expressão genuína do acontecimento; 2.4. Afeto como movente do acontecimento comunicacional; 2.4.1. Afeto espinosano; 2.5. O cogito do sonhador;	
3 METÁPORO	89
[Fragmento um - Um novo poro para a ciência] 3.1. Gênese do conceito; 3.2. Contribuições epistemológicas [Fragmento dois - Experimentação orgástica da pesquisa] 3.3. Metáporo - um método para descrever o acontecimento; 3.3.1. Um 'método' fenomenotécnico? 3.4. Práxis ou operacionalização do metáporos; 3.5. Características da (sensório) razão metapórica; 3.6. O projeto ético metapórico - alguns fios intencionais; 3.7. Mediação do acontecimento comunicacional e a educação estética = usos 3.8. Aventura da pesquisa metapórica:	
4 A ESCRITA DE SI E O OLHAR DO PESQUISADOR.....	114
4.1. Relato: representar o irrepresentável; 4.2. A escrita de si; 4.3. Relato biográfico; 4.4. Subjetividade e olhar do pesquisador diante do relato; 4.5. Relativizações a respeito do experimento biográfico; 4.6. Narrativa biográfica de pesquisa: experimentação do metáporo no laboratório educacional; Adendo III;	
5 PONTO-E-VÍRGULA	134
Às vias de fato; Em busca do objeto perdido – é impossível escapar da linguagem; Especulação filosófica.	
REFERÊNCIAS	142
ANEXO I TRAMAS E CARTOGRAFIA DOS AFETOS	151

Pegadas na areia

Muito poucos são aqueles que à revelia caminham pela areia fofa, distante de onde as ondas molham a baía, e, desbravando um continente, vão deixando suas pegadas...

Mais numerosos são aqueles que seguem essas pegadas, tentando não perder os rastros e, por vezes, fazendo alguma pausa pelas paisagens, buscando contemplar consagrações despercebidas pelos desbravadores... Vez ou outra, saem um pouco da “pista” provocando novas marcas na areia, que certamente deixarão confusos os que estão por vir... Seguir um caminho ao invés de desbravá-lo não destitui, entretanto, a oportunidade do caminhar rumo a descobertas,

Há em alguns pontos fora da praia, fenômenos – como um volumoso grande vendaval – que ameaça apagar as pegadas e até mesmo encobrir a areia por um grande tsunami... Tolice da natureza se iludir que desbravadores desistirão de suas Odisseias...

Há por fim os que nunca conhecerão o mar. Seu som, a brisa da maresia e uma orla a perder de vista, repleta de pegadas por onde os sonhos trafegaram ou naufragaram.

Com a ajuda de pegadas, tento dar passagens aos meus sonhos.

Inspirado em: “O logos está sempre presente e os homens que não se predispõe a ouvi-lo não o conhecerão, como tão pouco terão capacidade de falar e de pensar.” p.22 (CMF-Heráclito? TomoI)

1.

Vou começar do antes para o agora. Esta é uma tese diurna. Mas isso não vai aparecer no trabalho. Como também não vão aparecer todos os demais textos descartados, geradores dela, feitos em razão dela e depois por ela abdicados. Mas por que falar do que já não consta? Por que falar de uma segunda pele?

2.

Certa vez, tomei emprestado de Wittgenstein a justificativa de que “meu trabalho consiste em duas partes: a que é apresentada aqui, mais tudo o que eu não escrevi. E é precisamente essa segunda parte a importante.”

3.

A segunda pele e a segunda parte são o que interessam. Menos à ciência normal. De acordo com Kuhn, “a ciência normal, atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente quase todo seu tempo, é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo. Grande parte do sucesso do empreendimento deriva da disposição da comunidade para defender esse pressuposto - com custos consideráveis, se necessário. Por exemplo, a ciência normal frequentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos”.

4.

Esta proposta não espera dar conta do compromisso básico. Ela é *ad hoc*. Seu compromisso é com o acontecimento.

5.

O acontecimento é um evento curioso. Não podemos tocá-lo, mas o sentimos. Não conseguimos reproduzi-lo de maneira fiel, ainda que seja graças à sua descrição que novos eventos são capazes de ‘acontecer’.

6.

Assim é o acontecimento comunicacional: imponderável, intangível. Mas a virtude da faca está no corte. E o cortar do acontecimento rasga o descanso do pensamento. Violenta-o.

7.

Só que esses “cortes” não interessam à ciência normal. Ela prefere se calar sobre o que é instável. Sobre aquilo que não sabe dizer. Sobre o que já não se pode dizer. Mesmo calada, ela ainda causa.

8.

O termo *episteme* foi cunhado pela primeira vez por James F. Ferrier (1808-1864), referindo-se à Teoria do Conhecimento. Mas, é um conhecimento aquilo que se produz a partir do pensamento violentado? Deleuze diz que as coisas que nos fazem pensar são mais importantes do que o próprio pensamento.

9.

Mesmo calada a ciência causa. Um objeto causa. Uma relação causa. Uma ideia ou um afeto causam. Os “corpos” causam sentidos, causam o acontecimento. Mas como este é inapreensível, interessa-me uma *episteme* que possa em torno dele dissertar. Promover, tal como pensou Ianni, algum tipo de revelação com a qual se propicie o encantamento.

10.

Talvez seja este o empreendimento de meu trabalho “metapórico”: abrir poros que dê outras passagens. De trás para frente: narrar acontecimentos, convalidar técnicas “rebeldes” à ciência normal e, com o metáporo, compor junto. Questionar a limitação dos conceitos da comunicação, extravasando do sonhador diurno : proliferar acontecimentos.

Uma comunicação de ser se faz, nos dois sentidos,
entre o sonhador e seu mundo.

Gaston Bachelard

1. Comunicação

À procura de um conceito :K

1.1. Da tentativa de se pontuar um conceito

Uma investigação em busca de uma definição peremptória do conceito de comunicação precedeu este estudo e ao mesmo tempo o preconizou. No ensino das habilitações e mesmo no nível de Pós-Graduação, encontrar uma forma simplificada de delimitar sobre o quê (e até mesmo para quê) afinal se estuda comunicação nos parecia uma tarefa intangível. No fronte, os conteúdos que indicavam a pretensão de situar os conceitos de informação, mediação e processos antecipavam o terreno árido a que se sujeitavam essas definições. Porque, em tese, não raro constatava-se que Comunicação é um pouco de tudo, como sugere Miège (2004), em seu livro *Pensamento comunicacional*. O grau de generalidade e ao mesmo tempo de esvaziamento pragmático sobre tal conceituação só nos remetia a inquietações ainda mais palpitantes.

Mas é a partir do ingresso na docência do ensino militar que esta lacuna começou a se alargar, porque, conforme já apresentado em outros debates¹, definir o que é comunicação, em uma frase abrangendo entre duas ou três linhas, contemplando os aspectos conceituais e de aplicação operacional, deveria ser o procedimento padrão para iniciar a explanação da disciplina de Teorias da Comunicação, no âmbito do que se propõe o ensino militar. É importante observar que não há muitos espaços para divagações, filosofares e subjetivações na cultura militar. Tampouco cogitar um excesso de relativizações, pois, na regra geral, os conteúdos devem ser absolutamente demonstráveis e mensuráveis. Os obstáculos de uma partida conceitual da disciplina não foram os únicos mobilizadores para o questionamento, porque a dificuldade de corresponder às práticas cartesianas e positivistas² do ensino militar poderia até mesmo ser suavizada, se houvesse consensualmente uma definição disponível do que é comunicação para ser trabalhada a partir de outras práticas.

Diante de tais obscuridades, que posteriormente agregaram outros dilemas, conforme veremos a posteriori, foi breve a constatação de que o questionamento parecia ter um cunho

¹ Duas discussões prévias sobre essas inquietações foram antecipadas em artigos apresentados em 2009 e 2011 (TEIXEIRA), no Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Constam nas referências.

² Na caserna, a exigência de um pensamento pragmático, privilegiando diretrizes exatas e objetivistas para contemplação dos aspectos tático e operacional das ações militares, minam por todos os lados as tentativas de se promover práticas distintas.

mais epistemológico do que meramente conceitual, uma vez que não há consenso teórico, nem em dicionários, nem em obras de referência, muito menos nas produções acadêmicas da área, disponíveis nas bases de dados. É possível averiguar de capa a capa uma obra específica e não encontrar uma única definição fechada que satisfaça ao imaginário comum do que seja a comunicação. Desta dificuldade nasce o pressuposto de que, se há na Comunicação uma essência, assim como o átomo é composição essencial dos corpos ou a célula é dos seres vivos; assim como o homem da relação é a essência da sociologia ou a cultura é a essência da antropologia, se há uma unidade mínima na Comunicação, ela ainda não foi suficientemente dissertada. Foi por um encontro desses desafios que nasceram os primeiros conclames orientadores desta pesquisa.

A partir de uma consulta ao estado da arte, às principais bibliografias em que a comunicação é tema central e também a partir de diversas reflexões tidas como interdisciplinares, concluímos que os conceitos são apresentados a partir dos mais diversificados pontos de vista. Além de abarcar variáveis bastante distintas e de se situarem em campos deveras distantes, são ricamente compostos por orientações que se apresentam a partir de naturezas absolutamente diferentes. Veremos essas orientações com um maior detalhamento.

1.1.1. Definições do conceito a partir de sua contingência

Martino (2008, p. 89), após discorrer sobre inúmeras possibilidades de se recortar ou de se recorrer a um objeto de estudo da comunicação, entende que a questão que realmente interessa numa investigação sobre a comunicação é a atualidade, principalmente porque o tempo presente se mostra como uma nova dimensão, assumindo uma espessura que agora se faz necessário sondar. É importante ressaltar que a atualidade de que trata o autor é uma atualidade em fluxo e não os conteúdos deste fluxo, estes últimos sugerindo que a cada momento um novo conteúdo possa ser eleito como prioritário.

Apesar de concordarmos com o pesquisador, no que se refere à contextualização do objeto ao tempo presente, à realidade mesmo da conjuntura social, entendemos, porém, que a atualidade é fator inexorável à condição temporal do sujeito. Ele olha para sua realidade, apesar das possibilidades de prospecção, ocupando o lugar de um sujeito que é histórico e que, recorrendo às suas alternativas referenciais do tempo presente, assim como à memória social, pode projetar uma perspectiva de futuro e reconstruir os relatos do passado³

³ Muitos estudos sugerem que há diferenças entre o que seja memória genuína e distorcida, ou o que seja de fato material lembrado e o que realmente ocorreu, embora haja situações em que a exatidão é exigida ou

relacionando a atualidade com o objeto da comunicação de forma intrínseca, todavia, sem por isso, tomar a preponderância de ser o fator que mais interessa.

A vinculação das definições em relação à contingência, conforme podemos constatar ao longo da História, é matéria recorrente. Quando as primeiras pesquisas em comunicação surgiram, as chamadas pesquisas administrativas (*communication research*), havia um interesse específico em relação à opinião pública e um imaginário sobre os efeitos que os meios de comunicação exerciam; e diante da configuração e dos arranjos geopolíticos que iam se estabelecendo, era de se esperar que na *atualidade* da época, tais contingências viessem ao encontro da formatação das investigações em Sociologia e Psicologia Social, introduzindo as primeiras formas de sondagem no campo da Comunicação. Uma transposição de olhar pode ser aplicada, se cada teoria for visualizada a partir da figura e fundo de uma época, considerando cada movimento político e de poder que engendram o próprio espírito de um tempo.

Hodiernamente, temos globalização, sociedade em rede, mundialização da cultura, pós-modernidade, entre outros tantos novos conceitos que se emaranham e ao mesmo tempo justificam o sentido da esfera social, mas que, cada um em si, também não se bastam para definir a comunicação, ainda que façam parte de seu motor. Moraes (2003), ao organizar uma obra que recorre a essas estruturas contemporâneas, utiliza como título *Por uma outra comunicação*⁴, muito provavelmente pelas rupturas e constantes reconstruções com que essas estruturas vão se entrelaçando ao tecido social, mas já antecipando que a característica da sociedade atual é toda ela modificada por uma nova forma de ‘considerar’ a Comunicação, em que se pese um olhar sociológico. Pelo subtítulo do livro⁵ – *Mídia, mundialização, cultura e poder* – é possível inferir o posicionamento do autor em relação à quase que majoritária zona de domínio das investigações em Comunicação: a partir de uma perspectiva sociológica. Para

desejada, como nos tribunais, mas o que se ressalta é o caráter de transformação que a situação ou fato sofre quando lembrados. Bartlett (1977), citado por Braga & Smolka, (2005) destaca extremamente sem importância uma recordação literal em um mundo em movimento. Citando Halbwachs (1990), as autoras contextualizam que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada para outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”. (Halbwachs, apud Braga & Smolka, 2005, p.21).

⁴ A obra organizada por Moraes apresenta temáticas que apontam aspectos de uma comunicação definida a partir de suas contingências; como propõe, por exemplo, o artigo de Manuel Castells, *Internet e sociedade em rede*, que faz parte da coletânea.

⁵ Não é apenas pelo indicativo do título do livro que esta inferência se dá, mas também pela vinculação de cada texto inserido na coletânea a perspectivas de cunho sociológico, como o próprio artigo de Castells citado em nota anterior.

alguns autores, tais estruturas e o tecido social passaram a ser uma só e mesma coisa, sendo a Comunicação o que permite tal simbiose.

Tanto a perspectiva da contingência, quanto a patente compositiva do funcionamento da Comunicação Social engendrada ao sistema social são também pressupostos de Lopes (2004), que garante que

O que estas pistas⁶ [conceituais] fazem é acenar para a centralidade da comunicação para o próprio modo organizativo da sociedade contemporânea, isto é, em que a comunicação passa a operar ao nível das lógicas internas de funcionamento do sistema social. O que há de novo nisto é que o campo da Comunicação complexifica-se enormemente, tornando explícito o erro epistemológico de continuar tratando a comunicação como objeto de estudo numa perspectiva meramente instrumental, quer seja através da crítica meramente ideológica, quer seja através da afirmação funcionalista. Assim, considero que o enorme interesse pelo tema da globalização tem gerado aportes renovadores nos estudos de Comunicação, no sentido de realizar encontros disciplinares, propor novas categorias de análise e de propiciar um trabalho conceitual mais complexo. (Lopes, 2004, p.17)

Apesar do posicionamento de Lopes não poder ser compreendido de forma destacada de sua preocupação quase militante em torno da constituição conceitual que convalidam o campo científico da Comunicação⁷, é também pelo viés das raízes sociológicas⁸ que a pesquisadora lança suas investidas, a partir das quais a comunicação ganha sentido.

Outros posicionamentos dão medida superior à comunicação e seus meios, no sentido de que seu conceito se confunde com a própria sociedade, como é o caso de Luhman (2005), para quem a única realidade possível é a realidade dos meios de comunicação. Tal perspectiva é erroneamente totalitária na medida em que desconsidera *modus* de vida não mediados, como é o caso de alguns grupamentos conservadores de sua cultura originária, como indígenas e outros povos (sociedades ágrafas) pautados em costumes orais. Se bem que, Martin-Barbero (2003, p.273), recuperando um mapa proposto por García Canclini (1982), admite que, a compreensão do funcionamento dessas sociedades necessita de algumas diferenciações analíticas, e que uma delas é o plano das mediações que operam por dentro

⁶ As pistas conceituais que a autora se refere, no contexto do artigo, dizem respeito à “necessidade de compreender a globalização [referida pela autora como o tema hegemônico nos atuais estudos e reflexões no campo da Comunicação*] em sua densidade e ambiguidades, propondo tematizá-las através de pistas conceituais, tais como ‘cultura-mundo’ (Martin-Barbero, 1998), ‘comunicação-mundo’ (Mattelart, 1994), ‘sociedade da comunicação’ (Vattimo, 1992) e ‘paradigma da globalização’ (Ianni, 1994).” (Lopes, 2004, p.17). * Esta menção explicativa não faz parte do texto transcrito.

⁷ Da mesma forma como vem sendo consolidada pelos estudos epistemológicos da área, especificamente quando tratarmos da comunicação como campo, na forma como definiu Bourdieu (ANO), retrabalhado também por Lopes (ano), a grafia da palavra comunicação, com esta aceção, será feita com letra maiúscula.

⁸ Ver em notação 1, ao final do capítulo.

dessas culturas étnicas, o que para nós não é a mesma coisa, pois é evidente a distinção entre o que sejam as mediações, que acontecem no interior de qualquer sociedade (a fala e o gesto é um tipo de mediação) e a utilização de meios de difusão (de massa, conforme sugestiona Luhmann) que acabam se tornando agenda primeira de toda uma estrutura social.

As contingências sob as quais há uma leitura de mundo, como as da contemporaneidade (ex. globalização); as contingências temporais, como a importância da também inexorável atualidade dos fluxos em sociedade; e a própria vinculação da comunicação e de seus meios à respiração e à pulsação do contínuo social; cada uma delas não alude e não responde ao conceito-essência pretendido a partir deste estudo. Porque nossa mira conceitual suscita um cenário atemporal, que busca se firmar em qualquer realidade (a realidade em que se dão as relações humanas) que independe, portanto, do momento histórico – apesar de contar com ele para se valer dos dispositivos referenciais já produzidos – e num cenário em que a comunicação, antes ainda de ser encarada como ela mesma mobilizadora do tecido social, seja aceita como uma inerência na existência que faz do singular humano uma totalidade aberta, que também é fração de humanidade.

1.1.2. Definições do conceito ao sabor do objeto

Segundo consta nas bibliografias disponíveis⁹, a descrição das primeiras tentativas de se sistematizar o conceito de comunicação, isto é, os primeiros estudos formais a respeito do impacto e o potencial dos meios de comunicação são iniciados pela Sociologia e a Psicologia Social.

A preocupação que esses campos tiveram em relação ao que representou a penetração dos meios de comunicação na sociedade do início do século XX é evidente, na medida em que as relações sociais foram profundamente impactadas pelo desenvolvimento industrial vivido na segunda metade do século XIX e pela penetração cada vez mais

⁹ Apesar dos fenômenos comunicacionais serem observados desde os modos mais primitivos de comunicação, como os da era dos símbolos e sinais, e apesar da prensa de Gutemberg, já no século XV, ter possibilitado o fenômeno da comunicação de massa, abrindo possibilidade para a impressão em série, é só no início do século XX que a comunicação começa a ser investigada como fenômeno. Segundo Lowery (1988), citado por Martino (2010), as primeiras iniciativas de pesquisa na área foram realizadas entre 1929 e 1932, pela Fundação Payne. “Essas pesquisas procuravam avaliar os efeitos dos filmes sobre as crianças, e [para isso] aplicaram novas técnicas, resultado do amadurecimento das ciências sociais e da atenção aos métodos quantitativos.” (Martino, 2010, p.136),

consolidada da imprensa, que, especialmente na sociedade norte-americana, crescia pari passo com a educação de massa¹⁰.

Após a primeira guerra, o rádio e o cinema ocupavam um espaço privilegiado na rotina da população trabalhadora e isso despertou interesse do Governo, dos estudiosos que acompanhavam a metamorfose dos estilos de vida e em especial dos pesquisadores do campo social, que viam nos meios de comunicação de massa a mais eficiente interface para diálogo com a sociedade. A Propaganda e o efeito que suas mensagens causavam no público, no peculiar período entre guerras foi um dos maiores motivadores do surgimento de estudos específicos sobre a Comunicação.

Assim, tendo como objeto o *Efeito¹¹ das Mensagens* atuando no poder de decisão da audiência¹², as pesquisas da primeira metade do século XX definiram a comunicação como instrumento de formação da opinião pública e intervenção na vontade popular. Constroem pressupostos (e definições) a partir deste objeto a *Teoria Hipodérmica (Bullet Theory)*, que indicava a manipulação exercida pelos meios; e quase que como numa revisão, a *Communication Research*, investigando até que ponto podiam chegar os efeitos imperativos da comunicação. Na *Communication Research*, a *Teoria dos Mass Media*, num primeiro momento considerando como real os aspectos persuasivos, logo reconhece a possibilidade desses efeitos serem limitados, ainda que de qualquer forma exerça influência sobre a massa, em especial nos hábitos de consumo.

Cada uma das configurações de pesquisa sobre comunicação tinha motivações e métodos distintos, (como as abordagens psicológico-experimentais, para medir a relação mecanicista e imediata entre estímulo e resposta; ou as empíricas de campo, que não se resumiam a levantamentos meramente quantitativos), mas todas elas culminavam sempre por construir uma mensuração a respeito do impacto da comunicação (efeitos das mensagens) na sociedade de massa.

¹⁰ A criação do primeiro sistema público de ensino de massa foi em Massachusetts, durante a década de 1830. Em 1833, Benjamim H. Day lança o *New York Sun*, com a pretensão de experimentar a impressão de um jornal barato (jornal de tostão), que pudesse ser adquirido por essa emergente população urbana alfabetizada. Iniciativa que imprimiria a nova mentalidade para as publicações jornalísticas da época. Em 1837, o Sun já tinha uma tiragem de 30 mil exemplares diários. (Defleur; Ball-Rokeach, 1993, p.67-70)

¹¹ Na próxima etapa deste texto apresentaremos uma noção de efeito que se difere radicalmente dessa utilizada pelos estudos sobre os meios de comunicação.

¹² Nos estudos considerados como de levantamento sobre os efeitos que os meios exercem, qualquer que seja a denominação utilizada para se referir ao interlocutor da comunicação (tais como audiência, público, receptor, etc.) ela sempre o conotará como o “ponto” que “recebe” o conteúdo “transmitido”.

Por um viés modelizado, também deve ser considerado o estudo científico do *Processo Comunicativo* de Lasswell¹³, que, muito embora seja situado por alguns comentadores como um modelo em que as questões suscitadas (como p.ex. o emissor, o meio ou o conteúdo) correspondam a um objeto distinto de estudo, é possível supor que os efeitos sejam o escopo do método, uma vez que cada um dos componentes do processo seja vislumbrado a partir das consequências da mensagem.

Efeito em massa e eficácia, portanto, caracterizam os primeiros objetos de estudo da comunicação, num período que correspondeu ao nascimento das disciplinas científicas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, e em que a comunicação de massa, por estar situada como um modo de organização do homem comunicativo, sempre acaba por atravessar as principais questões da vida social, que são de particular interesse nos campos da Psicologia, da Sociologia, da Política, da Economia e das Letras. O histórico de como se deu a formação dessas pesquisas deixou durante muito tempo o entendimento de que a comunicação é apenas um saber interdisciplinar, quando não relegada à condição de uma disciplina de apoio.

E o legado de ser dissertada por outras áreas permaneceu nas formulações posteriores. Com a elaboração de Shannon e Weaver (1949), que eram engenheiros da companhia telefônica norte-americana, o objeto deixa de ser o efeito e passa a ser o fluxo. Embora o esquema tivesse sido inicialmente proposto para solucionar os problemas do processo de transmissão de sinais, ele acabou por ser incorporado pelas ciências como o modelo [grifo meu] logicamente descritivo da Comunicação, e assim permaneceu durante décadas. De fato, faltava aos olhos da investigação uma descrição conferindo lugares aos elementos do processo.

Como resultado da prevalência quase pétrea desse modelo aos estudos da/sobre a comunicação, as Ciências Humanas e Sociais pouco se valeram de um cuidado mais incisivo a respeito do engessamento desses papéis, ainda que a proposição de análise do fluxo tenha servido de forma bastante eficiente na aplicação da ciência da informação aos autômatos, para os quais os conceitos de redundância e ruído contribuíram sobremaneira para a projeção dos meios de difusão.

¹³Harold Lasswell, considerado, segundo menção de Wolf (2002), como um dos “pais” da análise de conteúdo. O processo comunicativo de Lasswell foi um modelo de sistematização orgânica, inicialmente elaborado nos anos de 1930, com aplicação de um paradigma para a análise sociopolítica que propunha sondar: quem obtém o quê? quando? de que forma?. Em 1948, Lasswell propõe o estudo científico do processo comunicativo, que tende a concentra-se em uma ou outra dessas interrogações. Quem? Diz o quê? Através de que canal? Com que efeito?

Mas o conceito de receptor, por exemplo, ainda é um dos alvos que recebe mais críticas porque iguala o sujeito da comunicação a um recebedor de conteúdos, receptáculo, recipiente, na mesma linha de críticas da educação bancária de Paulo Freire¹⁴, em que o aluno é disposto como um mero depósito de conteúdos.

Está claro que desde Lazarsfeld que o receptor deixou de ser encarado como audiência passiva¹⁵. Também é patente, já nos estudos das mediações, que a massa retroalimenta e até mesmo interfere na escolha de conteúdos e nos modos de produção, naquilo que Martín-Barbero (2003) chamou de formas negociadas de mediações. Porém, o aspecto que pouco se observa em relação ao conceito de receptor, é que não há uma crítica ou elaborações mais sistemáticas em torno dos aspectos subjetivos inerentes à recepção individual. Não sendo considerados com a devida importância e sendo os aspectos partilháveis quase sempre considerados como “recebidos” da mesma forma, perde-se a oportunidade de mapear os efeitos do conteúdo idêntico nas diferenças, nas singularidades e no modo específico com que cada indivíduo agencia tais conteúdos com suas demandas, afecções e particularidades. Ao mesmo tempo em que desloca a problemática da recepção como um fenômeno de escala eminentemente social.

De maneira que o conceito de receptor, apesar de não ser o mais adequado, já está consolidado pela recorrência de seu uso, qualquer que seja o intuito de designar o sujeito envolvido na comunicação.

Assim como Shannon e Weaver, que eram das Ciências Exatas, mas deram à comunicação um modelo ‘perene’, chamado por eles de Teoria Matemática da Informação, da mesma forma outros lógicos ofereceram à comunicação suas contribuições, partindo de sua teoria. Como foram Norbert Wiener, com as contribuições para a Cibernética, Fischer, para a Teoria da Informação.

Essas performances conceituais das ciências exatas configuram o objeto da Comunicação como processo, fluxo e eficiência.

¹⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁵ Na verdade, os estudos de Paul Lazarsfeld, juntamente com os de Kurt Lewin, puseram em questão, a partir de 1940, as crenças formuladas pela teoria hipodérmica, em relação à influência inquestionável dos meios. O recorte desses estudos contemporâneos à teoria hipodérmica compõe a chamada teoria dos efeitos limitados, elaborada fundamentalmente com base nas reações imediatas da audiência dos conteúdos da comunicação de massa. Com a realização de estudos de abordagem empírica de campo, chegou-se à descoberta do “líder de opinião”, indivíduo que influencia outros indivíduos na tomada de decisão. A partir daí, criou-se o modelo do “two-step flow of communication”, que entende a comunicação como um processo que se dá num fluxo em dois níveis: dos meios aos líderes e dos líderes às demais pessoas. (Araújo, 2008, p.128).

Para não nos perdermos em análises sobre a autonomia do campo, que já vem sendo dissertada¹⁶ e discutida por núcleos atuantes de investigação, cabe-nos retomar o que de fato ficou destas pesquisas em termos de conceito?

É possível desenhar inúmeros avanços a partir dessas elaborações, porém, arriscaríamos dizer, de maneira bem sucinta, que ficaram fórmulas para produções eficientes, em termos de modelização, como foi a transposição do modelo de Lasswell para o lide e para a construção da notícia. Ficaram também estabelecidos quais são as componentes de um processo (como, por exemplo, quem é meu receptor?) e isto certamente favoreceu na produção operacional de implementações em termos de planos de comunicação. A definição do *target*¹⁷ para a construção de uma campanha publicitária prescinde de respostas previamente elaboradas, como quem é o meu público e qual o canal ou quais os canais mais apropriados para a elaboração de uma peça que envolve altos investimentos; ainda que a economia nos recursos também seja dependente do conhecimento dessas variáveis, assim como a própria capacidade do encontro de soluções alternativas para os novos tipos de consumo de produtos e de informação.

Ficou também um *know-how* sobre como mapear opiniões e intenções de consumo. Desde as pesquisas da Fundação Rockefeller que o desenvolvimento de métodos científicos vem se aprimorando e o cenário atual de medição da opinião exige das empresas de pesquisas procedimentos cada vez mais especializados para que processos importantes (como é o processo de escolha de representantes políticos) não sofram com utilizações capciosas no favorecimento de grupos que nitidamente expressam mais poder e capacidade capital.

É nítido, portanto, que do ponto de vista tático e operacional, o desenvolvimento das teorias ditas empírico-funcionalistas cumpriram bem seu papel até aqui. Qualquer avanço nesse sentido corresponderia ao empreendimento de atualizações e aprimoramento de técnicas em que se pesem novas formas de se realizar as trocas simbólicas, usos de tecnologias e novos arranjos dos modos de vida da modernidade.

Mas qualquer que seja o avanço, esta seara não tem a menor chance de corresponder a uma definição, digamos, peremptória do que seja a comunicação. Muito pelo contrário, o

¹⁶ Já é bem mais expressivo o número de trabalhos científicos que tentam dar conta dos aspectos epistemológicos da comunicação, assim como das características da formação de seu campo científico. Na Universidade de São Paulo, é possível destacar, por exemplo, teses como de Romancini (2006), Paza (2007), Fausto Neto (2009).

¹⁷ Termo utilizado na publicidade e propaganda, que significa o público-alvo de uma campanha ou de peça específica.

que ela faz é exercer uma função de estepe, de escoro para compreender e mesmo determinar fluxos e processos movidos e justificados pelos meios.

Os meios – como a televisão, o rádio, e a câmera fotográfica; mas também as roupas, e os objetos que exprimem ou solucionam ações humanas – por sua vez, foram estimados inclusive como partícipes da cultura, e é a partir daí que suscitam conceituações representativas que arrastam definições de vários autores. Destacamos Vilém Flusser e Marshall McLuhan¹⁸, cujas contribuições ainda repercutem com força nos atuais objetos de estudo. Porém, a máxima de que os meios de comunicação são como uma extensão do homem, de McLuhan, é explorada em geral a partir de um enfoque restritivo e funcionalista.

Quando se toma, por exemplo, uma assertiva como “O livro é um prolongamento do olho” de McLUHAN e FIORE, (1969, p.62-65), há muito mais substrato a ser explorado, do ponto de vista ontológico, do que aspectos estanques relacionados à “mídia” livro. Mas o legado de McLuhan, nos estudos de meio e mídia, continua sendo minimizado por questões que às vezes nem sejam tão preponderantes, como a distinção entre meios quentes e meios frios.

Flusser, diferente de McLuhan, deixou pistas mais delineadas em relação à inclusão da ontogenia nas reflexões que envolvem meios.

Objetos de uso são, portanto, mediações (media) entre mim e outros homens, e não meros objetos. São não apenas objetivos como também intersubjetivos, não apenas problemáticos, mas também dialógicos. A questão relativa à configuração poderá, então, ser formulada do seguinte modo: posso configurar meus projetos de modo que os aspectos comunicativo, intersubjetivo e dialógico sejam mais enfatizados do que o aspecto objetivo, objetual, problemático? (Flusser, 2007, p.195)

Por outro lado, quando o objeto (de estudo da comunicação) se desloca para a cultura, conferindo ampla prioridade aos estudos de recepção, o resultado produzido tende a ser compreendido como subsídio de valor inestimável para o funcionamento da engrenagem social, uma vez que os sistemas de comunicação se retroalimentam da capacidade

¹⁸ O pesquisador canadense McLuhan é mais referenciado na contemporaneidade por ter preconizado a sociedade em rede, a partir de sua “Aldeia Global”, em McLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

efervescente da cultura de se autoproduzir e de se reinventar. E com a expressiva representatividade que meios como a televisão e a internet exercem no cotidiano, em especial na América Latina, gerar tais subsídios passou a ser o principal pivô da comunicação científica nesses países, sendo mesmo considerada como a própria tradição latino-americana do fazer comunicativo, tendo como base conceitual Jesús Martín-Barbero, Guilherme Orózco e a Néstor Garcia Canclini.

Porém, o que não pode ser perdido de foco é que, assim como há o aspecto contingencial com que a comunicação é compreendida (aspecto este que pode ser expresso de inúmeras formas, conforme já destacamos) e os estudos de recepção convalidam esta cadência; é também no seio desses objetos que aparecem as formas de socialidade, institucionalidade, tecnicidade e ritualidade, em torno das quais transitam as lógicas de produção e as competências de recepção, de modo que as matrizes culturais e os formatos industriais se entrelaçam, conferindo a esses subsídios uma importância que desloca a centralidade tanto dos meios quanto das mediações, para um esquema de circularidade em que cada uma dessas variáveis assumem um posição preponderante no esquema, conforme Figura 1.

Figura 1 – Esquema de circularidade, proposto por Martín-Barbero (2003)

Tal esquema de circularidade, que Martín-Barbero (2003) expõe no prefácio à 5ª. edição castelhana de *Dos meios às mediações*, enseja o cenário para o qual são realizados os levantamentos e os estudos de recepção, influenciados também pela seguinte demanda:

“...estamos necessitando pensar o lugar estratégico que passou a ocupar a comunicação na configuração dos novos modelos de sociedade, e sua paradoxal vinculação tanto com o relançamento da modernização – via satélites, informática, videoprocessadores – quanto com a desconcertada e tateante experiência da tardomodernidade.” (Martín-Barbero, 2003, p.13)

De maneira que a estreita vinculação das peças desse esquema, aliada à busca por estratégias balizadas a partir de subsídios obtidos por estes estudos, configuram toda uma cultura de investigação que é compreendida hoje como o modelo mais viável (porque recorrente) para se estudar a comunicação. Porém, em qualquer caso, cultura e sociedade saem à frente em relação à prioridade de análise. E, novamente, a comunicação cede seu escopo. Ou então: seria comunicação o mesmo que cultura? Seria a comunicação o mesmo que sociedade? Para Bordenave (1982), “a comunicação não existe por si mesma, como algo separado da vida da sociedade. Sociedade e comunicação são uma coisa só. Não poderia existir comunicação sem sociedade, nem sociedade sem comunicação” (Bordenave, 1982, p.16).

Mas no momento em que se institui como ciência uma Comunicação Social, e porque única, com esta denominação não estariam sendo renegados a um plano nada prioritário todos os aspectos da constituição das subjetividades não-partilháveis? Perguntaríamos além: haveria como falar em comunicação se caso um sujeito fosse privado de sua condição social?

Quando Martino (2008, p.11) pergunta “O que é comunicação”, e na resposta que se segue encontramos: “Eis aí uma pergunta embaraçosa”, nós avançaríamos um pouco mais: Diríamos: eis aí uma **resposta** embaraçosa. Não só pela falta de consenso, ou pela pluralidade de objetos, que estamos tentando demonstrar neste tópico, mas também pela imprecisão do que venha ser de fato um conceito definidor. Seria possível chegar a um conceito?

1.2. O que é Comunicação: mais algumas pistas?

A despeito do que os conceitos possam dar a entender, seja pelo objeto de estudo, seja pela contingência, nesses quase cem anos de operacionalidade, investigação e aplicações ao campo da Comunicação, haveria ainda, de se considerar, pelo menos dois outros aspectos necessários à reflexividade epistemológica para aplicação da teoria em ato.

Um primeiro, relativo ao uso do termo pelo senso comum, também por nós entendido como vulgarização do sentido *lato sensu*. Entendemos por vulgarização a abrangência

dilatada que o termo tomou, perdendo uma essência que poderia atribuir ao conceito um uso menos indiscriminado.

De trocas químicas celulares a formas de relacionamento em sociedade; de interações sensitivas e instintivas, contatos ou simbiose animal aos complexos autômatos de rede; de linguagem algorítmica a modelos avançados de negócios empresariais, de modernas plataformas de circulação da informação a um panfleto fixado em um mural, de meios de transferência entre lugares (como em “com a enchente, se interromperam as comunicações entre as duas cidades”) até o conjunto de conhecimentos relativos a um campo; parecem existir tantas possibilidades de uso para o termo Comunicação quantas o solicitante quiser requisitar. De forma que amplitude em que se aplica a utilização do termo transferiu ao senso comum a noção de que tudo é comunicação, e na esteira de tantas incorporações nascem também noções críticas sobre o modo como esses conceitos se apresentam, como as assertivas sobre a ‘Sociedade da Informação’ e a ‘Sociedade da Comunicação’.

Mas o uso indiscriminado do termo não colabora com sua vulgarização de forma isolada. A própria mudança conotativa do sentido, em um ‘delta t’ mais prolongado, de certa forma, vai desvirtuando e recriando outras apropriações de uso, na medida em que inúmeros arranjos vão se formando, sem, contudo, que as maneiras apropriadas dos termos sejam incorporadas e utilizadas para sua forma específica de aplicação, como é o caso do conceito de difusão (transmissão em escala de massa, por intermédio dos *medias*).

Ainda que haja teorias postulando que uma forma autêntica de comunicação envolveria um retorno/contribuição/intervenção do receptor (como o diálogo na forma da comunicação interpessoal), e que conceitos como *feed-back* e retroalimentação foram cunhados para definir a condição de uma comunicação que necessariamente deva obedecer a um fluxo de retorno – e de troca – ainda assim, formas apenas de emissão de sinais (e não somente aquelas restritas à difusão) ainda estão sendo tratadas como comunicação.

Talvez a compreensão para um único do substantivo, a partir do qual são derivados diversos outros sentidos, encontrasse uma apropriada justificativa na origem do termo, como de fato, parece ser o que acontece.

A partir de um retorno à etimologia, temos o termo comunicação como o substantivo da ação de comunicar, cuja origem latina tem como forma verbal o termo *communicare* (comunicar, com sentido de fazer saber, tornar comum). Mas *communicare*, no latim arcaico,

também é, por via popular, comungar (não apenas no sentido religioso investido ao termo, mas também, compartilhar, dividir, tomar parte em, participar).

Não é difícil inferir que, na condição de uma limitação léxica para as línguas de uso antigo, era comum que um mesmo nome denominasse formas de ação correlatas ou com alguma correspondência. Como *koinós*, que para os gregos, “nem sempre significou ordinariiedade, mas partilha de uma mesma condição. Vida comum, vida em comum, *bios koinós*.” (De Oliveira, 2006, p.32)

É preciso dizer que a ideia de comunicação não existia na Antiguidade. Não existia o termo comunicação na acepção que usamos hoje. Esse termo nasce nos mosteiros da Idade Média, e tem a ver com jantar, com o lugar ou o momento em que você estabelece uma troca com o seu companheiro, em que você conversa. Até aí, uma coisa banal, porque nós jantamos todos os dias. Mas com uma diferença: não estamos no mosteiro. Porque o mosteiro é um dispositivo religioso institucional para não se conversar, Ali, você fala com Deus, e não com os homens. A relação homem-homem aparece simplesmente como um instrumento para se garantir a comunicação com Deus. O mosteiro é, pois, o lugar onde os homens vivem solitariamente, de uma maneira que tenham garantida a sobrevivência para conseguirem realizar o objetivo de falarem com Deus. (Martino, 2008, p.19)

Hodiernamente, não só existem inúmeras possibilidades em uma cadeia sinonímica que conferem um sentido mais estrito e não vulgar aos termos, como também o contexto atual é enriquecido de neologismos e novas formas léxicas conformadas propriamente à forma estrita da ação, como é o caso dos termos interação, transmissão e partilha, em lugar do uso genérico do termo comunicação.

Fazendo uma varredura nos dicionários, há no mínimo duas dezenas de acepções possíveis ao termo, inclusive uma relativa ao contágio de virose (pegar ou transmitir), como em: “comunicou a virose a toda a família”.

Longe de situar cada um dos usos sociais do termo, não só pelo afastamento de nosso propósito que esta tarefa sugere, mas, principalmente, porque toca num outro terreno arenoso (o da linguagem), que ora é disciplina das Letras, mas em outros casos, da Comunicação – se é que realmente há uma fronteira entre elas – parte de nossa preocupação, é, antes, a de conduzir as dúvidas sobre a adoção do conceito no ensino acadêmico, ou seja, dependendo do propósito, valeriam os fundamentos que permitiriam uma aplicação (nas habilitações profissionais, como o jornalismo, a publicidade, etc.). Mas se a condução dos propósitos para o ensino for a própria reflexão epistemológica, em cursos de pós-graduação, como é o caso da presente pesquisa, então voltaremos a um ciclo infundável de “e se”, de modo que o

recolhimento de possíveis e a incitação de pistas sugeridas aos alunos por métodos heurísticos parecem ser uma via permissiva ao dar-se a pensar, que coletivamente, pode render mais frutos do que a ação (quase individual) com que se debate este estudo.

Por fim, perguntaríamos se há uma condição prévia para a existência de todas as ocorrências pontuadas, desde as noções mais específica do campo de estudos até os usos corriqueiros. Se há algo que precede esses substratos, e se, não seriam eles, ao invés de um conceito diferencial e distinto em si dos demais, apenas maneiras ou *modus* de ser de um mesmo atributo. Se haveria uma gênese que precede às suas derivações, permitindo que elas possam coexistir todas juntas sem que uma elimine a outra, sem que uma tome lugar de outra, e ainda assim, podendo requisitar para si a patente de entidade primeira. A insistência desta dúvida, mostrada também pelo apontamento de Martino (2007) na introdução da tese, revela poucos referenciais de consulta no campo da Comunicação; e indica um caminho sinuoso e íngreme que ainda nos falta percorrer. Porém, enquanto nossas indagações se inscreverem em cogitares apenas especulativos, algum dos quais pretendemos compartilhar no “ponto e vírgula”¹⁹ de nossas proposições; enquanto as inquietações sobre a ineficiência destes conceitos tremularem sob os ventos dos nossos desejos, estaremos buscando por um *modus* de ser da comunicação mais condizente com um conceito que caracterize a eminência ontológica de forma bruta, sem pretextos de se nomear instrumentos, meios, processos, ou seja lá o que for para definir ao homem o que parte do homem e só pelo homem pode ser concebido.

Foi por um encontro com este *modus* de ser da comunicação que ancoramos nossas expectativas no acontecimento comunicacional²⁰; costurando, descobrindo e experimentando o metáporo²¹ como uma postura e uma maneira de se desentranhar o caminho para a constituição de uma trilha epistemológica cuja prioridade é uma comunicação ontológica. Serão esses os estatutos que trabalharemos em etapas posteriores.

1.3. Reorganização de sinalizações: informação não é comunicação

¹⁹ Chamamos de ponto-e-vírgula (grafada dessa maneira mesmo, com hifens ligando as palavras de forma proposital, aludindo a um tipo de revelia) o que seria uma alternativa de conclusão à reflexão ensejada pela inquietação global da proposta.

²⁰ Conforme trilhas percorridas por nossa investigação, o acontecimento comunicacional é a realização da comunicação que transforma, que devolve ao ser sua potencialidade aberta para lançá-lo ao infinito.

²¹ Toda a terceira etapa da tese é dedicada à compreensão deste experimento.

Uma das maneiras de tentar chegar ao conceito do que é comunicação é justamente partindo do que não é. E a primeira a assumir esse papel é a informação. O motivo é simples e ao mesmo tempo instigante: todos os alunos, quando indagados se uma informação é ou não uma comunicação, a resposta é sempre sim! Mas a reação da pergunta que vem na sequência é sempre espantosa: quando perguntados se esta mesma informação estiver numa condição de repetição (por exemplo, uma redundância), se ainda assim ela “comunica”; as respostas são as mais diversas, mas a maioria parte do pressuposto de que se não há novidade na informação, então ela não é comunicação. Via de regra, depreende-se dessas inferências que uma informação só é uma informação para alguém. Pode ser informação (novidade) para alguns e redundância para outros.

Em outras palavras, a informação “comunica” apenas àqueles que dela desconheciam. No entanto, o fator novidade não encerra a questão, uma vez que esta informação pode ser ‘transmitida’ com ineditismo a alguém e ainda assim não fazer absolutamente nenhum sentido para este que a “recebe”²². Mesmo considerando a condição similar dos códigos de emissão e recepção (por exemplo, a mesma plataforma de linguagem – condição mínima para que o aspecto da decodificação seja possível) e considerando também que o repertório do receptor seja compatível com o grau de dificuldade produzido pelo discurso, ainda assim não há garantias de que o sentido - objeto da informação - seja “absorvido” em sua plenitude.

Em geral, a responsabilidade dessa não comunicação é empurrada ao ruído, aquele elemento de interferência ou bloqueio do fluxo da informação, que faz com que a retroalimentação dos sistemas com informações redundantes garanta a recepção de todos os sinais pretendidos. Esta forma reduzida de tratar o fluxo das informações-valor em uma cultura, da mesma forma como são tratados os fluxos de informações-dados é talvez o maior equívoco da apropriação da Teoria da Informação elaborada por Shannon e Weaver (1949). Não é possível tratar o fluxo e a lógica de produção e circulação das informações-valor – os referenciais linguísticos produzidos a todo instante – da mesma forma que o fluxo e a lógica de produção e circulação das informações-dados, como os bytes ou as excitações eletromagnéticas, sendo essas últimas as que inspiraram Shannon e Weaver, engenheiros da

²² É sempre com muita cautela que indicamos o interlocutor como alguém que “recebe” algum tipo de conteúdo. Máquinas recebem sinais, mas humanos não são simplesmente recipientes em que se despeja um conteúdo. Se admitimos tais formas no texto é porque essas aplicações são de uso comum, facilitando a compreensão dos nossos argumentos.

Companhia Telefônica Americana, a modelizar os pontos e a trajetória desse fluxo em sua Teoria Matemática da Informação.

Desta impossibilidade nasce o primeiro problema para a informação-valor: ela não pode ser transmitida. Não é possível *transmitir* sentido. Os dados podem ser transmitidos. Nunca o valor conferido. Uma fotografia digital, por exemplo, pode ser transmitida pelo email. O conjunto binário organizado em uma informação-dado pode ser lido em sequencia, criptografado, transmitido, decodificado e recodificado novamente na mesma informação-dado, sem perda nem ganho, sem qualquer alteração, graças à lógica e à automação que permite a arquitetura da informação. No entanto, o impacto da imagem no ‘receptor’ nunca é o mesmo. Ainda que em condições muito similares, como é o caso de um pai e de uma mãe abrindo a foto de um filho morto. A informação-dado é a mesma, mas não a informação-valor. A cada um, o impacto da informação vai atuar de forma muito particular, sendo que a singularidade desta ressonância em cada indivíduo, à nossa pesquisa muito interessa. Dessa forma, informação-valor nunca é transmitida. No máximo ela é compartilhada²³, mas mesmo assim ainda sem a garantia de que a sua exposição necessariamente irá provocar a comunicação. Veremos o porquê mais adiante.

Para reiterar ainda mais que o ato de compartilhar ou difundir a informação-valor não pode pura e simplesmente ser considerado como comunicação, convidamos o leitor a refletir sobre a diferença entre o educar-se e o aculturar-se²⁴. Existe diferença? É possível educar-se sem aculturar-se, e vice-versa? No âmbito da sociedade, estar exposto às informações, a todas as referências históricas e culturais, à memória social, a todos os artefatos simbólicos e aos valores morais e a partir do contato com essas informações ir-se construindo o arcabouço de uma identidade individual e social, esse processo que se confunde mesmo com a própria vida em sociedade, o que ele é? É comunicação, educação ou aculturação? Há como estabelecer onde acaba uma e começa a outro? Se educação fosse exclusividade da escolarização, a família não teria essa patente?

²³ Mesmo que o verbo compartilhar carregue consigo algum sentido de transmissão, ele ainda é para nós o termo menos afetado da pretensão de se fazer reconstruir ao outro um mesmo sentido experimentado. O sentido, como acontecimento incorpóreo, não pode ser reproduzido, todavia é possível traduzi-lo. Dar corpo ao um incorpóreo, pelas trilhas da linguagem. Portanto, nosso uso investe no termo como função de enunciação, de transliteração, de se fazer extravasar um sentido em um estado de coisas revelado pela pronúncia e pela expressão. É sentido traduzido que encarnado na matéria pela linguagem, sai do individual indo direto para o social.

²⁴ As definições mais básicas, como as de dicionários, conceituam aculturação como interpenetração de culturas, ou o conjunto de fenômenos provenientes do contato direto e contínuo de grupos representantes de culturas diferentes. Na Antropologia, ela é a concepção de uma identidade étnica.

Para suprir esses questionamentos, recorremos ao proposto por Paulo Freire (1983), para quem um real conceito de educação é o que instiga uma mudança no indivíduo, pelo refletir e pelo pensar²⁵. Portanto as manifestações de conhecimento mais simples, como sentar-se à mesa, ou as mais complexas, como conhecer a história do país em profundidade não são expressões de educação, se estar diante da causa não provocar nenhum efeito no indivíduo. Ainda que, para que o indivíduo possa partilhar desses artefatos simbólicos, informações sejam necessárias. A compreensão e involuntária adesão às informações mais ou menos significativas é a aculturação (na sua forma entendida como assimilação): um processo natural das dialogias do indivíduo com as informações de sua cultura. Por esta via, aculturar-se não é o mesmo que educar-se, apesar de ser a informação uma ferramenta de propulsão em qualquer caso.

Mais ou menos similar é a proposta do acontecimento comunicacional: a informação é ferramenta de propulsão, mas não a comunicação propriamente dita. Comunicação é a transformação. O processo pelo qual o repertório de informações de um indivíduo ganha lampejos de criação, de insights, de singulares conexões que provocam transformações neste indivíduo. Um arrebatamento, enfim.

Se Educação é o processo pelo qual há uma mudança significativa na sua própria condição de ser, comunicação é essa transformação. Essa força invisível que afeta, que dialoga com todos os sentidos corporais e que faz com que a experiência desse acontecimento comunicacional incorra em um reposicionamento do indivíduo. É por esta via que reconheceremos um possível conceito essencial do que seja a comunicação. Um acontecimento (que para nós é comunicacional) que implica um processo de mediação do ser com o mundo e que a partir dele promova no ser uma transformação.

1.4. Reorganização de sinalizações: nem tudo o que sinaliza comunica

Tratamos anteriormente de dois aspectos da informação (dado/valor) usualmente tomados pelas Teorias da Comunicação. No entanto, há outra linha de entendimento sobre as referências que alimentam a comunicação e que não estão necessariamente vinculadas à organização de elementos discursivos ou produção de uma mensagem. É a teoria da

²⁵ Ainda que o projeto de Paulo Freire seja uma aposta investida de aspectos ideológicos sobre o engajamento do sujeito para com sua transformação social. “participação do povo em seu processo histórico, a partir da criação, recriação e decisão com permanente atitude crítica” (Freire, 1983, p. 64)

intencionalidade, de caráter fenomenológico (husserliano) e que inclui como informação as coisas que estão ao nosso redor e que se tornam informação no momento em que nos voltamos para elas. Assim, mesmo as sinalizações da natureza, os sons, todos os objetos, no momento em que partilham de nossa realidade, exigem de nós um lugar em nossa compreensão desta coisa no e sobre o mundo. Na filosofia husserliana o ato de se voltar às coisas com uma suspensão de juízo é chamado de fechamento eidético, ou epoché²⁶.

A importância deste outro aspecto da informação para nós é fundamental não só porque inclui o sentido atribuído à realidade que não está mediada pelos meios de comunicação, por exemplo, uma percepção do mundo natural (a apreensão de um inesquecível por do sol, por exemplo) e o diálogo desta percepção com todos os demais sentidos e referenciais do repertório do ser, mas também porque toca num aspecto primordial de nossa proposta que é a singularidade deste fechamento atribuída por cada um. Assim, sinalizações espontâneas da natureza ou notícias produzidas, todas elas ocupam igualmente um lugar de observáveis aos espectadores do mundo²⁷ e isto importa mais do que as estratégias de produção da mensagem, já que nem tudo o que constrói o repertório do ser é orientado ou determinado por um terceiro.

Se há um conjunto de estratégias de sedução ou ideologia por trás da realidade construída (as informações produzidas), não nos interessa tanto, porque, afinal de contas, são tantas as necessidades para a oportunidade de apropriação dessas referências cruzadas – que devem entrar em jogo para que esta sedução seja efetivada, e ainda mais, nunca de maneira indiscriminada, pois o efeito da mensagem nem sempre é garantido, e mesmo se houver impacto, não é universal – que essas estratégias ou, o que há por trás das mensagens deixam de ser prioridade em nossa proposta.

É preciso, todavia, considerar em primeira instância, a observação e a relação dessas coisas com a disponibilidade única de nossas referências. Com todo o arsenal que permitiu a construção de nós como sujeitos histórico-culturais. Além do mundo editado, há tantas outras percepções significativas que não estão orientadas sob forma de mensagem, mas que são informações por nós organizadas, a partir da capacidade de interconexão de nosso repertório com todos os demais sinais percebidos (informações), neste texto chamado de reorganização das sinalizações. Reorganização porque na natureza já há uma organização em termos de

²⁶ Husserl propõe a contemplação desinteressada, para que a essência das coisas seja revelada.

²⁷ Espectador do mundo que também é carne do mundo. Faz parte dele e pensa sobre ele, conforme apresentado por Merleau-Ponty (2011) em *Fenomenologia da Percepção*.

sistemas. Também no mundo editado há uma lógica e uma sistemática que organizam a mensagem. Mas a informação por nós entendida é uma reorganização dessas referências a partir do que há de singular em cada processo de percepção.

Por fim, reiteramos que ainda que essa reorganização seja efetivada, ainda assim não há garantias de que essas referências provocarão uma transformação – condição essencial para a compreensão do que é comunicação, conforme já explanado.

Explicitar os aspectos da informação no contexto da comunicação foi uma tarefa executada de forma singela até esse ponto do texto. Caracterizar as informações ou as sinalizações apenas como componentes de propulsão à comunicação (e não a comunicação em si) também foi objetivo desta abertura. Cabe-nos, doravante, ir a um desafio um pouco mais pretencioso: encontrar pistas para o desvelamento dos aspectos que permitem o acontecimento comunicacional, ou, dito de outra forma, de que maneira ou sob quais condicionantes uma informação é alavanca para que a comunicação acontecimento ocorra para alguém.

1.5. O intangível e o imaterial: como operar com o que não é apalpável (ou representado materialmente) na comunicação?

O estado da arte nas Teorias da Comunicação, ao longo dos anos, mostrou que o que as pesquisas buscam em termos de conceito está sempre no âmbito do perceber interpretar-representar. Dificilmente há inovações que escapem a este *core*. O que muda é o enfoque ou o objeto. Ora o enfoque pode ficar por conta da característica do meio (com Marshall McLuhan e Vilém Flusser), ora da audiência (estudos de recepção). Outras linhas lançaram análise sob o ponto de vista da estrutura político-econômica da sociedade, como pretendeu a Teoria Crítica frankfurtiana. As pesquisas administrativas, precursoras em termos de análise de impacto de mensagens, tinham como foco a sondagem de opiniões que direcionariam ações de âmbito institucional (empresariais, daí a terminologia administrativa) ou com fins militares. Os estudos culturais, já ponderando o aspecto de negociação que há entre a produção e o respeito às características culturais da audiência, vem sinalizando, desde *Birmingham*²⁸, que entre a

²⁸ Universidade de Birmingham, que teve criado por Richard Hoggart, no English Department, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Diante da alteração dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra do pós-guerra, o centro de estudos culturais britânicos vai compor um eixo de pesquisa que visa observar as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas, assim como as relações com a sociedade e as mudanças sociais. (Escosteguy, 2008, p.152)

mediação negociada, a representação e a retroalimentação pela audiência de novos elementos à mídia, que serão determinantes dos próximos conteúdos, há uma série de aspectos residuais que podem ser objetos de pesquisa, sem, entretanto, deixar de estar na cola do eixo perceber-interpretar-representar.

De maneira que, sem a pretensão de tentar recuperar todas as linhas de pesquisa em comunicação, mas considerando o eixo comum que há entre elas, nossa preocupação está justamente em questionar algumas situações que de certa forma estão fora dessa orientação comum, ou deste eixo. Como, por exemplo, qual é o lugar do sonho e sua respectiva interconexão aos demais referenciais produzidos/mediados/impactados pelas mensagens produzidas ou pela realidade editada pelos meios? Ele só é considerado na medida em que estiver manifesto, a partir de uma sinalização exprimível? Mas será que é possível reproduzir em linguagem discursiva a cena de um sonho exatamente como o cenário se mostrou ao sonhador? Sendo possível, se os elementos do inconsciente responsáveis pela construção involuntária da cena são peculiares a cada experiência subjetiva, como será possível a um terceiro representar ou interpretar um sentido mais ou menos comum, se a singularidade de cada um dos sentidos imprimido ao sonho está presa à caixa-preta indevassável do sujeito? O objetivo de todas essas especulações, em perguntas cujas respostas nem sempre podem ser dadas pelos estudos da comunicação, é justamente apontar para uma lacuna importante nas Ciências da Comunicação, de que uma maioria esmagadora de pesquisas deixaram para a Psicologia, para as Artes e para a Filosofia aquelas temáticas cujo tratamento pareceu intangível. Arriscaríamos dizer mais. Que quase todo o arcabouço de preocupações em comunicação opera com o que é materialmente tocável, exprimível, verificável, deixando de fora aspectos imateriais²⁹, como por exemplo, as interconexões que o sujeito estabelece diante da alteridade. Como uma frustração, ou um comportamento, por exemplo. Mesmo Habermas (1987), em sua Teoria da Ação Comunicativa, desemboca o movimento do eu para o tu; e ainda que este eu possa ser o tu para alguém, faltou em Habermas dar prioridade ao impacto do sentido contrário: do tu para o eu, movimento melhor explanado por Martin Buber e Emanuel Levinás.

²⁹ Uma das noções mais básicas a respeito do que é imaterial é quando se admite que uma entidade é ou está desprovida de matéria. Mas essa noção é pouco elucidativa, uma vez que não nos ajuda a encontrar no processo da comunicação os imateriais que buscamos. Mora (1971) destaca que os imateriais são objetos especialmente importantes para a gnoseologia e a metafísica, e que filosoficamente, os imateriais são atribuídos às entidades não sensíveis, se considerarmos que as realidades sensíveis são equiparadas com as realidades materiais. De forma que uma entidade imaterial só pode ser apreendida por meio da intelecção. Assim, qualquer objeto que possa ser tocado ou sentido é um algo material, pela sua substância, mas a noção dessa substância é algo imaterial.

A alteridade como um elemento imaterial e a representação (ou reprodução impecável) de um sonho como algo intangível³⁰ são exemplos de transversalidades (que se interconectam às referências produzidas) e que deveriam ser incluídas nos Estudos de Comunicação, somando-se ainda o debruçar-se sobre outras dimensões imateriais e intangíveis. A carência dessas discussões, assim como suas funções vitais ao estudo da comunicação-acontecimento faz com que esta proposta enseje a direção de uma confluência conceitual entre Comunicação e Filosofia, para, enfim surgir a compreensão do real conceito de comunicação: a comunicação que permite a transformação do sujeito. É por esta direção que este estudo pretende seguir.

1.6. A construção de um olhar metapórico e a necessidade de novos métodos para outras questões

Na introdução do trabalho sugerimos que é preciso um novo viés metodológico para lidar com os aspectos intangíveis do acontecimento comunicacional reverberado no ser. Se a lógica metodológica é aprisionar o objeto, a metapórica talvez seja simplesmente a de intuí-lo ou liberá-lo. De qualquer forma, mantendo sua autonomia e sua energia interna.

Admitir a transitoriedade do fenômeno e a impossibilidade de captura do real é transgredir a decomposição do fenômeno em estágios de análise, negando a possibilidade de congelar o acontecimento para assim poder observá-lo. Mas essa transgressão impele o questionamento sobre quais procedimentos os estudos poderiam atracar, sem perder a credibilidade prometida pela ilusão positivista, mas com a coerência necessária à observação de fenômenos vivos, que pululam inquietantes enquanto um fôlego é tomado para sua compreensão.

Juntamente com o grupo da Escola de São Paulo, liderado pelo Prof. Dr. Ciro Marcondes Filho, temos tentado recuperar esta discussão. Uma delas publicada por Teixeira (2009) na XXXII edição do INTERCOM, sob o título “Muitas teorias e poucos caminhos para a subjetivação: a busca de um método/metáporo para os estudos da Comunicação”, artigo que faz referência, entre outros desafios, à premência de “acurar as noções dos caminhos pelos quais serão trilhados os estudos do futuro próximo (...) haja vista a necessidade cada vez

³⁰ A partir de uma leitura observada por Flage (2009), é possível inferir que a noção de intangível surge desde os imateriais de Berkeley, cuja tese era a de que só o tato fornece acesso imediato ao mundo; e as correlações por meio da experiência consistente são aplicáveis apenas a grandezas tangíveis, de modo que o que está fora dessa lógica é o intangível.

maior de considerar a subjetividade, a instantaneidade e a obsolescência como marcas que matam em definitivo a busca por uma epistemologia cuja lógica seja a de cristalizar um objeto para se tentar observar seus prismas.”

Um desafio que será encarado adiante será a tentativa de transferir, de forma consubstanciada, o protagonismo do objeto para o observador, privilegiando como fundação a auto referência sobre um acontecimento comunicacional, por sua natureza mais próxima possível do recorte de um real. Da mesma forma que há validade em métodos como etnografia, ou em técnicas como a história oral, similarmente iremos propor a relevância da operacionalidade metapórica e como ela pode ser encarnada por uma materialidade biográfica. O engajamento dessa proposta, como método e procedimento em construção, como objeto construído mesmo, só pode ser desenvolvido se, no lugar do método, arriscarmos a um quase-método. Marcondes Filho, desbravador da proposta do quase-método (ou metáporo), considera que para sua procedência são necessárias algumas condições de possibilidade. Uma delas é a de que o mundo é permanente movimento e de que nós, inseridos nele, devemos pensar em movimento, produzir teorias no “durante”, sugerir descrições e constatações que considerem a provisoriedade do saber.

O quase-método ou metáporo, portanto, toma como modo de apreensão do real a captura instantânea, sensível, sem conceitos, tal qual se observa na relação estética com o mundo, que permite inferências e através da qual se pode captar o que não está presente. (Marcondes Filho, 2010, p.251) O acontecimento comunicacional, seguindo a Nova Teoria, entende que não basta que um sujeito esteja em contato com mediações e informações julgadas de seu interesse. É preciso que no contato com essas referências haja um impacto capaz de interferir na maneira usual de pensar. Nos conceitos pré-concebidos. Na própria perspectiva de vida.

Um *locus* de observação dos imateriais, em que o metáporo pode ser tomado como experimento, em nossa pesquisa é a sala de aula, um ambiente de deslumbrantes possibilidades e descobertas, pois a resposta de uma turma permite que um mesmo conteúdo seja revisitado e ministrado de diferentes maneiras, elucidado por distintos exemplos e o mais importante: a compreensão do mesmo conteúdo pelo professor pode se modificar muitas vezes, porque o intercâmbio de experiências com diferentes alunos e vivências faz com que algumas novas janelas sejam abertas e outros pontos de vista possam dialogar com o repertório docente, que está sempre em movimento.

Difícilmente há encontros destinados ao ensino em que a plataforma de passagem seja absolutamente lisa, sem fricções e estranhamentos. Pois são esses ruídos (e não as conformidades) que podem provocar a comunicação. É pela interjeição, pelo desafio de se pensar o impensável que o choque nas estabilidades, tanto do professor, quanto do aluno, pode promover o surgimento do novo.³¹

O arrebatamento (o insight), clímax de uma aprendizagem, porque acrescenta à Rede de Significações o componente autoral, é uma das expressões que melhor exemplificam o acontecimento comunicacional em situações de ensino, se bem que não o único. Também a instigação pelos diálogos, as inquietações nascidas de provocações e desafios, todas elas são expressões que, de alguma maneira, tiram do lugar a passividade do aprendente e acrescentam demandas de saberes outros. Pedro Demo (2009) em um artigo que recupera a discussão sobre o construtivismo radical de Maturana, destaca que “O brilho da mente está em refazer tudo que toca, emprestando-lhe um ar de autonomia.” Essa perspectiva autoral apresentada por Demo corrobora com o entendimento do arrebatamento não apenas como uma expressão privilegiada do acontecimento comunicacional, mas como um aspecto propulsor da imaginação, da criatividade e do fazer a diferença. Que afinal de contas, é a artéria da produção do conhecimento, do espírito científico e das artes que alimentam a parcela *demens*³² da humanidade.

Na melhor das expressões, o arrebatamento, estrela guia das próximas propostas, representa um golpe iluminado de sorte e promovido por aspectos insondáveis, mas que serão perseguidos a partir de pistas sobre os imateriais já descritos, que Ciência discorre há algum tempo, mas com pouco espaço no âmbito da Comunicação.

³¹ Conforme sugere Merleau-Ponty (2007, p.24) “um autêntico diálogo me conduz a pensamentos de que eu não me acreditava, de que eu não era capaz, e às vezes, sinto-me seguido num caminho que eu próprio desenhava e que meu discurso, relançado por outrem, está abrindo para mim”.

³² Alusão à referência de Edgar Morin sobre a definição do homem como sendo *Homo Sapiens Sapiens Demens*, por sua natureza, parte razão, parte emoção, portanto, imbuído de um quê de delírio ou demência. In: Edgar Morin – Coleção grandes educadores. Documentário em DVD. São Paulo: Paulus, 2006.

Adendo I: Pedido de licença poética

Desde já há algum tempo que a palavra “comunicação”, muito mais do que um simples vocábulo, tem exigido de mim esforços no sentido de tentar compreender as várias faces que abrangem esse “conceito”.

Apesar do termo Comunicação Social ter sido cunhado pela igreja católica durante o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), e de outros autores, como Bordenave identificar que sociedade e comunicação sejam uma só e mesma coisa, caracterizar se é possível encontrar uma essência para todo e qualquer emprego do termo parece uma tarefa bastante complicada.

No Brasil, a área de estudos *sobre a comunicação* (a Comunicologia), é chamada (reduzidamente) de Comunicação.

Também leva a mesma denominação os sinais entre os animais de comunidades organizadas, como as abelhas. E então temos uma pergunta: conforme inferiu Bordenave³³, é comunicação a própria sociedade? Também Niklas Luhmann conceitua que a única realidade possível é a realidade dos meios de comunicação. E ainda que os estúdios de Walt Disney, com o filme *Mogli - o menino lobo*³⁴, e ainda, o semelhante mito criado pela farsa das irmãs Amala e Kabala, tenham admitido o contrário (ou seja, a sobrevivência humana independente de um social), não há registro algum comprovado de que um ser humano possa sobreviver sem estar em relação com seus semelhantes. Comunicação é relação?

Solicito uma pausa para John Donne³⁵ passar:

“Nenhum homem é uma ilha isolada;
Cada homem é uma partícula do continente,
uma parte da terra;
Se um grão de areia é arrastado para o mar,

³³ Pesquisador de origem paraguaia que é responsável por um dos livros mais lidos pelos ingressantes aos estudos de comunicação no Brasil. O livro “O que é Comunicação?” é integrante de uma coleção denominada Primeiros Passos, que tem como propósito inserir o leitor ao tema em questão.

³⁴ Título original: *Jungle book*. Diretor: Zoltan Korda. EUA: Walt Disney, 1942.

³⁵ Poeta Jacobino inglês que viveu no século XVII. Este poema inspirou o título de uma das mais célebres obras de Ernest Hemingway, escritor americano, nobel de Literatura em 1954. O romance “Por quem os sinos dobram” é um relato de suas próprias experiências na guerra civil espanhola.

A Europa fica diminuída,
Bem como ficaria se fosse um promontório,
Bem como ficaria
se fossem as terras dos teus amigos
ou as tuas próprias;
a morte de qualquer homem diminui-me,
porque estou envolvido na humanidade.
E por isso não perguntes por quem os sinos dobram;
eles dobram por ti”.

Se pensarmos em termos de artefatos, objetos e outras geringonças que facilitam a vida em sociedade (a vida da relação), entenderíamos que comunicação também é um processo em evolução. As imagens contidas na obra de McLuhan³⁶ são referência para demarcar como a forma de comunicação oral (a tribalização) nos convida, por meio de um retrovisor, a refletir qual seria? o termo mais apropriado para o homem ‘das cavernas’; um termo semelhante ao que atualmente designamos como ‘internauta’, para nos referirmos ao agente da comunicação na era da comunicação rupestre e por hieróglifos. Se hoje se navega (apesar do termo não ser exatamente apropriado, uma vez que a internet não é conhecida como oceano, mas sim como nuvem...) naquela época seria o quê? Comunicação é evolução?

Figura 2 – A nova interdependência eletrônica recria o mundo à imagem de uma aldeia global³⁷

³⁶ MCLUHAN, Marshall e FIORE, Question. Os meios são as massa-gens. São Paulo: Ed. Record, 1969.

³⁷ Legenda idêntica à que consta na imagem do livro referido. p.95

Mas afinal, se agora temos o internauta, antes disso o *gamer*, antes ainda, o Homer³⁸ (o Simpson! – conforme definiu Willian Bonner), qual será o desígnio para a próxima configuração comunicativa? Especialmente porque, como também tivemos um quase dualismo entre os que eram ouvintes e os letrados (uma vez que só aos alfabetizados era permitida a imagem espelhada do mundo no fim do século XIX), é possível afirmar que o atual perfil é um híbrido.

Pois que, na Escola de Comunicação e Artes, uma disciplina ministrada pelo professor visitante na Universidade de São Paulo (USP), Manfred Fassler (Manfred Faßler – Goethe Universitat, Frankfurt), em 2009, apresentou a possibilidade de uma nova terminologia para o comunicante hodierno: o ser infogênico. Um homem que, sob um contínuo jogo entre cibernética e comunicação, está 'literalmente ligado' às máquinas.

Reestartemos: o infogênico é o desígnio do homem no pós-humano?

Apesar dessas interfaces terem aberto novas possibilidades de se pensar os tradicionais usos dos conceitos sobre virtualidade, interação e automação, a terminologia utilizada para a definição do sujeito de uma era fluída não só nos levou a buscar outra compreensão do ser que é fisicamente estimulado, como também nos conduziu ao percurso do seguinte desafio reflexivo: E se o acontecimento comunicacional, único, singular e impossível de ser representado (como uma experiência estética perante uma obra de arte), pudesse, por alguma ligação cibernética ou interação homem-máquina, ser mapeado? E se essas hibridizações – digo, se todas as convergências comunicativas, mais a convergência homem/máquina – pudessem ir além do limite e as futuras tecnologias fossem capazes de reconstruir a cena de um sonho, cartografar a agudez de uma dor ou de um medo, ou, então, superpor sensações experimentadas em momentos diferentes, porém com a possibilidade de serem remixadas em uma nova versão que pudesse ser compartilhada, acessada, virtualmente experimentada e vivida inúmeras vezes por um outro?

Não é possível preconizar o que realmente pode haver de efetivo ao futuro da A.I (*Artificial Intelligence*); porém o fato é que enquanto o 'mistério da caixa-preta' (mental) for

³⁸ Alusão pouco auspiciosa em relação ao telespectador da televisão brasileira. Willian Bonner, apresentador e editor do Noticiário de Televisão mais assistido no Brasil, fez certa vez uma brincadeira utilizando o personagem Homer Simpson para caracterizar o perfil médio da audiência brasileira. O perfil foi comparado para justificar como (para quem?) deveria ser produzido o conteúdo do telejornal. Tal comparação foi motivo de inúmeras críticas.

inacessível, um mundo inteiro de obscuridades de um ser, aliás, de bilhões deles, continuará sendo factível apenas ao sabor do vivido.

Para esta realidade, em que o acontecimento comunicacional é efêmero, singular e no instante, utilizando de minha licença poética, criei uma terminologia própria. Vamos primeiro à sua genealogia e depois ao termo. Jacques Derrida escreve sobre a feminilidade, em *Éperons*, e também traduz para o mesmo vocábulo que é título de seu livro o termo o *Spurs* (que alguns adotam como trilhamento), da obra *Spurs: Nietzsche's Styles*. É provável que Derrida está, em ambos os casos, fazendo um jogo de linguagem, porque em francês éperon tem como sentido mais comum a palavra espora (esporas para o pensamento), mas também é um tipo de dispositivo (parte inferior da haste de um navio), em que Derrida provavelmente tenha construído sua analogia, pois seria um trilhamento sem rastro, ou, uma abertura (quebra de água) feita pela haste, que sai “rasgando” o mar, abrindo um caminho sem pista - como figura alusiva à feminilidade, ou, à abertura dos pensamentos para o estilo de Nietzsche. Criação de um poro, eu completaria.

O ser do acontecimento comunicacional (irrepresentável) é, ele próprio, essa figura que sai fissurando o mundo. Atravessado por seus afetos, às vezes ele rasga a si próprio, corta-se, podendo até se mutilar fisicamente³⁹ sem que haja um diagnóstico de transtorno, se o incômodo sobre a surdez do mundo em relação às suas vozes interiores for forte demais.

Este é o ser da angústia de Heidegger. Do nada de Sartre. Do ceticismo nietzschiano. Ou, em nossa terminologia, o si-mesmo cortado, o ser perogênico (ou esporogênico, ou ainda porogênico) para usar de uma expressão aportuguesada do Éperon. “Um eu que não é outra coisa senão o sujeito do para si”. Um ser atravessado por diversas afecções espinosanas⁴⁰ e que se coloca diante do mundo sob a égide de todas as potencialidades cabíveis. Ou não.

³⁹ “Cutting”, ou auto-mutilação é um distúrbio que envolve o ato de agressão ao corpo sem a intenção consciência de suicídio. O objetivo é um alívio de dores emocionais. Essas ações também estão associadas ao chamado Transtorno de Personalidade Limítrofe.

⁴⁰ Em referência aos afetos e afecções, trabalhados por Baruch de Spinoza, em a Ética.

Adendo II: Por uma comunicação com K: Komunicação

Pois que, sendo o caso de se criar um neologismo com o objetivo de dizer quem é o ser de uma comunicação com 'k' (indexação que acabei de inventar), a escolha seria alguma alusão ao 'si-mesmo cortado', ao ser perogênico.

Para o ser da comunicação, não pode haver dúvida de qual comunicação ele é ser.

Então ele é o ser da comunicação com K: Komunicação.

Sempre que alguém me pergunta qual é meu objeto de pesquisa ou o quê da comunicação estou estudando, eu respondo de pronto: Eu pesquiso a comunicação com K. Falo isso com humor na caserna e ainda há quem acredite que exista uma comunicação com K, uma vez que quase ninguém de lá (do meu nicho) entende de coisa alguma de comunicação; que dirá com K! Bem, de agora em diante existe, posto que acaba de ser inventada! Mas é preciso notar que “com K” não será apenas uma mudança de grafia, mas uma adjetivação.

Tudo bem que tive uma aluna que sempre se apresentava como: eu sou a Karol com K. Dava até para achar que Conká (que é a pronúncia da fonética da letra) era seu sobrenome, mas não foi esse episódio que me inspirou a sugerir uma Comunicação com K... Enfim, talvez esse *Éperon* possa até ter interferido na minha escolha da comunicação com K, que é uma comunicação especial, pois é a comunicação do *acontecimento comunicacional*. Mas a real motivação na verdade foi outra. Eu explico.

Uma das mais brilhantes explicações do meu orientador de doutorado, Ciro Marcondes Filho, a respeito do sentido da comunicação que arrebatava com nosso equilíbrio (A comunicação do *acontecimento comunicacional*), teve como eixo um sentido de comunicação antigo utilizado pelos alemães.

Na verdade, a palavra atual que designa comunicação em alemão é Kommunikation, de origem latina. Porém, nem sempre foi assim.

Marcondes Filho explica (notas de aula/2009) que já houve uso para comunicação originado da palavra *mitteilen*, que significa compartilhar e que também é daí que provém a palavra *mitteilung*, que significa mensagem. Ao nosso ver, esse sentido está muito mais condizente com o que o acontecimento comunicacional na instância singular do sujeito quer dizer; pois, no nosso entendimento, não é possível transmitir coisa alguma (exceto bits, é

claro). Não podemos sequer compartilhar de algum sentido, já que para cada novo sujeito o sentido já será outro.

Brincando com joguinhos no Google tradutor, achamos os seguintes:

Kommunikation = comunicação

Mitteilen = através da partilha

Teilen mit = partilhar com

Mit = com Teil = parte

Teilen = compartilhar

Anteil = compartilhar

Mitteilung (Mit Teil ung) = mensagem Mit Teilung = com distribuição

Mit = com Teilung = divisão

No mínimo sugestivo refletir sobre esses jogos de palavras. Mas daí seria tautologia.

O que vale aqui, Por ora, é apenas militar⁴¹ a favor de uma comunicação com K – homenageando a maestria da língua alemã. Que tem um passado mais condizente com o conceito da comunicação cujo sentido (inteligível) só se sente por dentro. Aquela que Sócrates praticava com seus alunos. E não essa dos estudos desenvolvidos aqui no Brasil, que valeria uma texto derivado.

Passando uma vista nesses joguinhos, é justo concordar que uma mensagem pode ser, no máximo, compartilhada. Mas não do mesmo sentido. Compartilhar aqui significa manifestar. Dar ao outro a perceber o que do sentido foi possível traduzir pela linguagem. Expressar. Compor junto (partilhar com) as significações que sussuram um mundo.

Transmitida é forte (ou fraco?) demais para esse texto. Deixemos a transmissão para a cibernética, para o fluxo de Shannon e para os robotrônicos dos seres infogênicos, se o prof. Fassler me permite a liberdade. Voltemos ao **perogênico**: um ser que definitivamente tem anseio de uma Kommunikation com K, já que, mesmo estando as abelhas e os radiotransmissores ainda no palco de discussões sobre a comunicação, é a capacidade eminentemente humana de 'significar' nosso mundo interior, esse milagre divino para uns, naturado para outros, que nos permite sempre acrescentar um algo a mais (fiquem à vontade!), uma capacidade que faz com que possamos ser infogênicos, perogênicos, porogênicos,

⁴¹ Militar de militância mesmo, não de ensino, muito menos de ludicidade na caserna.

geneticamente outra coisa, e o que mais nossos sonhos almejem e as possibilidades tecnológicas futuras permitirem.

Notação 1:

A tradição dos estudos desenvolvidos pelos programas de Pós-Graduação das Universidades está imbuída também da origem e escola [ideológica] a partir das quais foram formados seus pesquisadores. Muito das marcas conceituais e a própria orientação sociológica dos estudos realizados na Pós-Graduação da ECA/USP se deve à *performance* de formação desses professores. Mas há outras fundações que caracterizam o perfil dos programas. Não temos informações precisas sobre essas características, mas é possível que fatores locais também interfiram, como, por exemplo, a pujança de atividades de cultura na cidade do Rio de Janeiro, que pode ter sido preponderante para a formação do Programa da ECO/UFRJ, intitulado como “Comunicação, Cultura e Novas Tecnologias”.

Fratura

Os atritos em minha superfície se digladiam.
Ora surrupiando os lastros das exigências que a convenção deixa deslizar;
ora se rebatendo na contra direção de um salto
que a coragem esqueceu de emprenhar.
Fendas sem fundo que dividem meu olho do espírito.
E expõe a carne.

Fraturada,
Sou louca de menos para romper com o ordinário;
e saturada demais para ter com ele.

Não acreditar em uma coisa senão quando a sonhei.
Acreditar não significa para mim apenas ter uma
certeza, mas reter em si de tal sorte que o ser fique
modificado.

Gaston Bachelard

2. Acontecimento Comunicacional: Atrito e estranhamento que arrebatam

A força de uma filosofia mede-se pelos conceitos que cria,
ou cujo sentido renova, e que impõem um novo recorte às
coisas e às ações.

Deleuze

2.1.1. Do acontecimento

O percurso constituinte deste estudo foi, de saída, incitado por alguns textos de Gilles Deleuze, em especial aqueles que fazem referência ao Anti-Édipo, pela coerência desta obra com as crenças particulares desta pesquisadora⁴², e também pela beleza e originalidade com que o filósofo contempla e relaciona o Humano com seus periféricos. Porém, a extensa obra do autor – repleta de inaugurações conceituais e de exagerado neologismo para figuração de seu projeto por uma subjetividade outra – desestimulou a aplicação de seus escritos à nossa investigação. Porém, não abandonamo-lo de todo, afinal, sua parte dedicada à noção de Acontecimento é eficiente a uma ideação que nos interessa, principalmente os termos desse conceito tratados na obra *Lógica do Sentido*, porque faz ponte com a aposta que fazemos doravante: considerar um conceito de Comunicação compreendido a partir da noção de Acontecimento.

Importante é notar que esta adoção não se inicia aqui. Ela já vem sendo trabalhada de forma prioritária por alguns acadêmicos do núcleo filiado à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, (o Filocom), inclusive pelo professor Marcondes Filho, principal mentor da proposta e chefe do núcleo. A colaboração de nosso ponto de vista, portanto, é apenas uma de muitas matizes que se pretende candidata à expansão desta faceta conceitual aos celeiros acadêmicos, tanto por meio do ensino quanto pela pesquisa, a partir de suas publicações derivadas. Porém, pela própria característica de um trabalho tecido à flor de uma maturidade intelectual, haverá pontos de convergência com o núcleo comum do Filocom, outros de distanciamento, os primeiros mais do que os últimos.

⁴² Principalmente em relação ao posicionamento crítico deste filósofo com relação à psicanálise, mas também pelo adequado tratamento às questões da diferença (o *esquizo*).

Mais do que uma junção colaborativa entre Filosofia e Comunicação, o trabalho do Filocom é observar os fenômenos da comunicação a partir de uma densidade teórica, que convida autores de vários campos do conhecimento para, cada qual com sua contribuição, se entranharem nas reflexões que têm o questionamento sobre o que é a comunicação como objeto primeiro. A fundação desse questionamento parte principalmente da Filosofia porque ela mesma é órbita por onde circulam os pensamentos fundamentais das ações humanas.

Retomando a Teoria da Comunicação⁴³ na obra *O princípio da razão durante*⁴⁴, Marcondes Filho perpassa por inúmeros exemplos de incomunicabilidade e outros de reais possibilidades de comunicação, sendo que estas últimas estão frequentemente amparadas na noção do acontecimento, que toma para si a abordagem de Gilles Deleuze. Em uma das passagens da obra de Marcondes Filho, encontramos como uma das definições que cabem ao conceito de comunicação “aquilo que tem a virtualidade de evocar em nós a necessidade de pensar sobre a coisa” (2010, p.10), fazendo referência ao que Deleuze retrabalhou de Platão, sobre a existência de apenas dois tipos de coisas no mundo: as que lhes são apenas a aparência de atividade, que Deleuze chama de objetos de reconhecimento (objetos que eu simplesmente reconheço), e as que nos fazem pensar seriam para Deleuze as “coisas que violentam o pensamento”.

Pressuposto este que se configura como um dos nortes da Teoria da Comunicação-Acontecimento (TCA), pois muda em absoluto a direção dos tradicionais estudos sobre a comunicação, quase todos calcados em um estatuto conceitual em que a comunicação acontece sempre fora do sujeito.

Diferentemente deste estatuto, a TCA defendida por este trabalho considera os aparatos e os métodos tradicionalmente tidos como ‘os engates’ da comunicação, (meios, mediações, processos, linguagens, etc.) só que de forma suplementar, ou seja, necessários ao acontecimento, porém, na esteira dele. É o acontecimento, e não seus propulsores, que permite ao humano agenciar sua humanidade. O acontecimento é o atrito que permite esse

⁴³ A Nova Teoria da Comunicação, elaborada a partir de extensa bibliografia, propõe-se a estudar a comunicação *strito sensu* e para isso busca investigar o fato comunicacional no momento de sua ocorrência.

⁴⁴ “O princípio da razão durante” é o empreendimento da Nova Teoria da Comunicação, proposto a partir das pesquisas realizadas pelo Filocom e que tem como princípio estudar o fenômeno da comunicação no exato momento em que ele ocorre, operando o estudo no “durante”. Tal lógica vai nortear a terceira etapa dos estudos sobre a Nova Teoria da Comunicação, cuja primeira etapa da teoria (ainda em geminação) fora iniciada no final dos anos 1980. Um estofo conceitual significativo percorrendo sobre a Nova Teoria foi publicado, em cinco tomos, exatamente com o nome “O princípio da razão durante” – Nova Teoria da Comunicação III. Constan das referências.

movimento reflexivo interior, denominado pela Filosofia e pela Ciência de diversas formas (noema, cogito, elucubração, insight, experiência de pensamento, percepção do ser bruto, etc), que é ‘disparado’ por condições as mais variadas, algumas das quais explanadas ao final da exposição desta etapa do texto.

É por esta perspectiva diferenciada da comunicação que o projeto do Filocom investiu em uma proposição metodológica de trabalho também diferenciada, que leva uma nomenclatura ainda pouco familiarizada entre os pesquisadores em Teorias da Comunicação. Este método, ou quase-método, denominado metáporo⁴⁵ é o adotado pelo Filocom como procedimento de trabalho. Outro fragmento deste estudo dá conta de explicar melhor sobre este procedimento de investigação, sob o viés de nossa parte.

Por ora, cabe adentrarmos um pouco mais na intimidade do acontecimento, para nos valermos dele e convalidar a hipótese de que é a Comunicação/Acontecimento, que chamaremos doravante que **acontecimento comunicacional**, a expressão mais autêntica da Comunicação, pois é ela mesma a entranha e a eminência do espírito ontológico. Entendamos melhor essas proposições.

Pelo uso do senso comum, acontecimento denota um fato ou um evento que tem certo caráter acidental ou fortuito. Ou seja, alguma coisa não prevista, mas que, de alguma maneira, ‘acontece’. Interessante como o uso comum do substantivo toma um sentido diretamente oposto àquele que tentaremos arriscar de forma especulativa, a partir da filosofia deleuzeana.

Em uma das várias passagens em que o acontecimento é narrado, o filósofo francês postula que “o brilho, o esplendor do acontecimento é o sentido. O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é *no que* acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera” (Deleuze, 2006, p.152). Esta lapidação/fusão que Deleuze faz entre o acontecimento e o sentido é o grande empreendimento da obra, que utiliza da literatura ‘paradoxal’ de Lewis Carroll e de apoios também no campo do estético, como Bousqueut e Paul Valéry, para dar o tom de suas notas magistrais.

É preciso ter clareza que, ainda que a obra permita, no máximo, uma contemplação de sentido, o uso do termo sentido como sinônimo de acontecimento não é exatamente o que

⁴⁵ Uma definição sumária desta proposição foi elaborada em 2009 por Marcondes Filho In: MARCONDES FILHO, Ciro. Dicionário da comunicação. São Paulo: Paulus, 2009.

comumente se espera. O Sentido, neste momento do autor, assume o lugar do efeito que se rebate na singularidade. Mas no estado de um puro devir. Devir ilimitado. Acontecimento infinitamente divisível.

O apoio de Deleuze para este raciocínio é a lógica estoica. Ele retoma a reconstrução de Emile Bréhier⁴⁶, sobre o pensamento estoico, para ilustrar porque a propriedade do acontecimento, diferente da propriedade dos corpos, além de incorpórea, somente pode ser expressa como atributo:

Quando o escalpelo corta a carne, o primeiro corpo produz sobre o segundo não uma propriedade nova, mas um atributo novo, o de ser cortado. O atributo não designa nenhuma qualidade real..., é sempre ao contrário expresso por um verbo, o que quer dizer que não é um ser, mas uma maneira de ser... (Deleuze, 2006, p.6)

E com este raciocínio, Deleuze inaugura um espaço considerado como a fronteira entre. O espaço onde reside o acontecimento. Onde duas faces sem espessura coexistem. Fronteira entre as proposições e as coisas.

É neste sentido que é um ‘acontecimento’: com a condição de não confundir o acontecimento com sua efetuação espaço-temporal em um estado de coisas. Não perguntaremos, pois, qual é o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido. O acontecimento pertence essencialmente à linguagem; mas a linguagem é o que se diz das coisas. (ibid, p.23)

Está instaurado o calcanhar de Aquiles. Porque no momento em que o acontecimento/sentido passa a ser proposição (ou enunciação), deixa de ser atributo e passa a ser estado de coisas. Porém, o atributo (ou a maneira de ser) é a propriedade do acontecimento. O ‘ser cortada’ da carne é o atributo, portanto o sentido entre a faca e a carne. Como no caso de um sentido ocorrido no sujeito: sua enunciação já é outra coisa.

O destaque deste ponto para o trabalho que se segue é importantíssimo, porque caracteriza este sentido, este caminho do meio, este “acontecimento” como uma forma de êxtase ‘cognitivo’⁴⁷, que vai engendrar outras formas de conceber o próprio acontecimento, inclusive igualando-o ao pensamento, à consciência e mesmo à existência. Mas o que serve de ressalva para a especificidade do **acontecimento comunicacional** – e aqui já estamos

⁴⁶ BRÉHIER, Emile. *La Theorie des incorporels dans l’ancien stoïcisme*. Vrin, 1928, p.11-13.

⁴⁷ Apesar desta menção, não há por parte do trabalho qualquer pretensão de se entrar na seara acerca dos processos mentais no desenvolvimento humano.

entrando no campo situado entre o mundo e o homem – é justamente o aspecto *sui generis* da comunicação humana, que **não se restringe** à aliança entre a experiência e a capacidade de memória, entre um problema empírico e a capacidade de resolvê-lo (e de ainda memorizar esta solução), entre desejar alguma coisa e construir meios para sua realização; além de outras capacidades próprias à razão e à comunicação. Aspecto *sui generis* em que a palavra mais imprópria é a palavra restrição.

Destarte, quando acontecimento e comunicação se aliam, se é que é possível distingui-los, porém um sendo predicativo do outro, deixa de ser só mais um acontecimento ou qualquer comunicação, da maneira como temos por aí às pencas.

2.1.2. Acontecimento comunicacional

O **acontecimento comunicacional** é o fenômeno pelo qual a mediação entre o ser o mundo vai construir um sentido tão ímpar no sujeito que pode mesmo mudar sua história, no cálculo de uma proporção menor, e mudar também com a história de muitos, numa aposta mais otimista. Assim, a capacidade de desejar alguma coisa e construir meios para sua realização (como voar), por exemplo, pode ter sido desejada por muitos, mas poucos puderam realizá-la de forma pioneira.

Nosso pressuposto é o de que, consideradas todas as relativizações possíveis, como contexto, oportunidade, acesso ao conhecimento, etc., que não estão em jogo nesta discussão, o sentido só é possível ‘ao um’ de forma absolutamente singular, e que há um dispositivo receptor desta singularidade que é excitado pelo contato do sujeito com o mundo. Por isto estas ‘excitações’, estas afecções, que será assunto tratado a posteriori, tem relevância prioritária para a compreensão do **acontecimento comunicacional**. São elas, ‘comunicadas’ de alguma maneira ao sujeito, que acionam esse dispositivo e faz com que um elemento qualquer e de aparência ingênua mexa com toda a estrutura deste sujeito. Temos como exemplo uma maçã qualquer despencando de uma árvore, e temos a maçã despencando sobre a cabeça de Newton. É muito provável que nada havia de peculiar na maçã de Newton, exceto o fato de ter disparado no “aqui e agora” daquele momento newtoniano um acontecimento comunicacional.

2.1.2.1. Exorbitando ranhuras: acontecimento é efeito exercido na singularidade

Há neste desenvolvimento conceitual do acontecimento comunicacional um apelo importante que precisa ser muito bem compreendido, pois a busca por uma fundamentação filosófica para o estudo explorado não é gratuita. Ela justifica a dimensão “efeito” articulada junto à subjetividade que só a explicação filosófica consegue alcançar. Dizemos isto porque poucos temas são tão delicados de se tocar quanto o da subjetividade e há inúmeras portas pelas quais podem passar compreensões das mais variadas, e, via-de-regra, é a Psicologia que arrola a gama maior de tentativas para sua compreensão.

Entretanto, por nosso turno, não buscamos compreender a produção de subjetividade, senão apenas considerá-la como unidade que se coaduna e interfere sobremaneira na ocorrência de um acontecimento, porque ela vai permitir ou não determinados agenciamentos que só se articulam pelos poros da pele subjetiva. Guattari, buscando situar a produção da subjetividade, incluindo dimensões que não serão priorizadas aqui, compreende que “a subjetividade, de fato, é plural, polifônica, para retomar uma expressão de Mikhail Bakhtine. E ela não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca.” (Guattari, 1992, p.11).

Interessa-nos, porém, não o que determina a subjetividade, mas que ela, na sua forma de adjacência com as vinculações do mundo, propicia o acontecimento comunicacional justamente a partir da diferença e da maneira unívoca como cada um agencia suas referências.

Entendamos por partes. Deleuze, desde sua obra *Diferença e Repetição* (tese de doutorado do autor) já anunciava sua preocupação e movimento intelectual em torno do tema acontecimento. A unidade dos mesmos pressupostos aparece posteriormente à *Diferença e Repetição*, em diversas outras obras, e com mais acuidade em *Lógica do Sentido*. Análise detalhada sobre a configuração do acontecimento como a base de todo o pensamento do autor fora exposta por Silva (2006), em “*Diferença: filosofia da fronteira: o pensamento do Acontecimento de Gilles Deleuze*”.

Esta vinculação fortemente presente no conjunto da obra do autor com o tema acontecimento (e, conforme já mencionado, com inspiração estoica) ganha proporção e justifica como fundamentação ao **acontecimento comunicacional**, justamente por tramitações conceituais que se diferenciam de maneira radical do acontecimento na forma tal qual é construída pelo cenário dos meios de comunicação.

Quem melhor aponta esta diferença é Sodré⁴⁸ (2009, p 36-37), que, além de retomar a distinção feita por Mouillaud, atribuindo “uma distinção particular entre o acontecimento (existencial) e informação (ou acontecimento midiático)”, também reconhece que o que é veiculado pela mídia é realização (ou pelo menos potencial) de um estado de coisas, enquanto que, para a mesma circunstância do ponto de vista da proposição deleuzeana, o acontecimento não deve ser entendido como uma sucessão de dois estados de coisas (antes e depois) e sim como a síntese dessa disjunção na linguagem. Informação midiática seria, segundo Sodré, uma atualização do estado de coisas e o acontecimento, uma modalidade do tratamento do fato.

É justamente este ponto, de ser ou não ser um estado de coisas, que o acontecimento ‘existencial’ conforme chamou Mouillaud, de base filosófica, se distingue do acontecimento midiático. Enquanto o acontecimento midiático reside como estado de coisas, porque é uma mera reconstrução do real, é enunciação, é mediação, é causa, é representação, é corpo objetual, é materialidade, donde se conclui, que ele existe, o acontecimento, por nós melhor compreendido [até por uma questão lógica] como o acontecimento ‘no sujeito’ é sentido, é efeito, é apreensão, é incorpóreo, é significação, e portanto, subexiste ou, conforme a poesia deleuzeana, insiste.

Vale notar que as diferenciações são elementares. A informação (ou, o acontecimento reconstruído) só pode ser causa, pela sua peculiar materialidade, pela sua existência como corpo porque, na forma como concebe Deleuze, “não há causas e efeitos entre os corpos: todos os corpos são causas, causas uns com relação aos outros, uns para os outros”. Enquanto que o sentido (o acontecimento, que Deleuze acentua como entidade não existente) é efeito incorpóreo, e como tal, não dispõe de qualidades ou propriedades físicas; antes, são atributos lógicos ou dialéticos.

Fica patente uma nova dualidade entre os corpos - ou os estados de coisas - e os efeitos ou acontecimentos incorporais. E é pela via desta dualidade que nossa pesquisa

⁴⁸ A prioridade dos escritos de Sodré é situar o acontecimento à luz dos desdobramentos que assumem os conceitos de fato e notícia. Entretanto, o autor reconhece como problemática a generalização da categoria acontecimento, recuperando, além da distinção emprestada de MOUILLAUD, (In: MOUILLAUD, M. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: UnB, 2002) a vertente trabalhada por Deleuze e Guattari – de mesmo cunho originário que a proposta por nossos argumentos. A citação desses últimos autores utilizada por Sodré é: “o acontecimento não é absolutamente o estado de coisas, ele se atualiza num estado de coisas, num corpo, num vivido, mas ele tem uma parte sombria e secreta que não para de se subtrair ou de acrescentar à sua atualização: ao contrário do estado de coisas, ele não começa, nem acaba, mas ganhou ou gurdou o movimento infinito ao qual dá a sua consistência”. In: DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Qu’est-ce-que la philosophie?* Paris: Minuit, 1991. p. 147-148.

encontrou o suporte que justificaria o acontecimento comunicacional (ou, a comunicação em ato), em correspondência com a proposição que já havíamos discutido em momento anterior. Uma proposição que destitui qualquer corpo, representação e estado de coisas – como a informação ou qualquer outra forma usual que se convencionou chamar de comunicação – do sentido de acontecimento comunicacional.

Seguindo as pistas dessa dualidade, fica compreendido o acontecimento comunicacional: o efeito resultante da fricção entre corpos ou estado de coisas. Exorbitação de ranhuras entre corpos não idênticos, que, partindo da diferença, de um estranhamento causado pelo choque do encontro entre eles é que se tem um ‘efeito comunicativo’.

Silva (2006, p.78) debruçando-se sobre uma análise deleuzeana em sua tese, também reitera a importância da diferença na obra do autor, principalmente como engrenagem que põe o pensamento a pensar: “a diferença é o que mais se opõe ao pensamento e, no entanto, é o que nos força a pensar (...) <todo mundo> bem sabe, que de fato, os homens pensam raramente e o fazem mais sob um choque do que no elã de um gosto”. (Deleuze apud Silva,).

Assim é o acontecimento comunicacional. É com este sentido que nos propusemos a trabalhar. Com esse jogo de arestas. De farpas em constante fricção. De poros arrepiados roçando-se mutuamente.

Dessas diferenças; da não conformação; do estranhamento que ocorre no entre e na *Razão Durante*, conforme propõe Marcondes Filho, é que pode surgir um algo novo, uma criação, uma subjetividade nascente. Ocorrência entre o ser e uma representação; ou, da tangência entre dois sujeitos, conforme expressa Merleau-Ponty a respeito do que vem a ser um autêntico diálogo: “Um autêntico diálogo me conduz a pensamentos de que eu não me acreditava, de que eu não era capaz, e às vezes sinto-me seguido num caminho que eu próprio desenhava e que meu discurso, relançado por outrem, está abrindo para mim.” (p.24)

Este mundo de possibilidades que se abre, intuitivamente iluminado por Merleau-Ponty, contando com as peripécias da obscuridade e mistérios da presença do outro, próprias da alteridade, não é apenas de um devir infinito que o acontecimento comporta. Antes, é estranhamento e diferença nascidos da relação; é perene latência de acontecimento aonde pode residir o limite de sua bolha. Acontecimento-bolha que explode quando o sentido se instaura, relançando o movimento de possibilidade do qual o Acontecimento Comunicacional vai ocupar lugar.

Esse tipo de espessura para o acontecimento – espessura ‘bolha’ – que figura um estado de permanente devir; de um vir a ser eclodido a qualquer momento dentro de suas condições de possibilidade, é uma opção conceitual cujo contorno transparente se esquia de forma radical do contorno utilizado mesmo pelas Ciências Sociais para a noção de acontecimento.

Encontramos, por exemplo, na exposição de Fausto Neto (2009), um parêntese para explicar a noção de acontecimento, segundo utilizou Kant para explicar o progresso constante do gênero humano. No contexto exposto pela tese de doutorado de Fausto Neto, encontramos como correspondente ao acontecimento o que está em torno de uma revolução (Kant se referindo especificamente à Revolução Francesa) como signo do progresso da espécie humana:

Segundo o filósofo, o importante não seria a revolução em si, mas aquilo que talvez então estivesse na mente dos que não a fazem diretamente, isto é, que não são seus agentes principais (...) trata-se do fenômeno que jamais será esquecido pela humanidade, que jamais deixará de povoar o imaginário do homem moderno, uma vez que se encontra por demais combinado às necessidades e injunções no alcance de um progresso permanente de toda a espécie. Trata-se, pois, de pensar a revolução como acontecimento que aponta para a existência constante de um tipo de virtualidade que não pode mais ser esquecida. (Fausto Neto, 2009, p.23-24).

Como se vê, a noção imprimida pela mídia para o acontecimento tem parentesco com esta perspectiva histórica e social, que habita o imaginário coletivo e cujo propósito é o de lançar adiante o progresso do gênero humano, sendo a própria noção de acontecimento o que vai constantemente evocar a virtualidade contingencial das condições que levam e levaram o gênero à revolução.

Porém, pelo pressuposto filosófico deleuzeano, o histórico e o social não participam da reflexão, exceto se vistos sob a perspectiva de séries que formam a estrutura, isto porque o acontecimento vai resguardar a tônica da singularidade no efeito trazido pelo atributo incorpóreo. “Se as singularidades são verdadeiros acontecimentos, elas se comunicam em um só e mesmo *Acontecimento* que não cessa de redistribuí-las e suas transformações formam uma *história*”.

Por aí se vê que o propósito de discutir o acontecimento comunicacional pela via do histórico e do social, tal como se procede nos estudos de mídia, não encontra equivalência na

superfície que nos propusemos a deslizar. Ainda inscrito por uma outra natureza, talvez o convite deleuzeano às séries que compõem as estruturas façam a vez de uma (outra) noção ainda diferenciada de Acontecimento. Porque o *Acontecimento* (por esta ocasião, utilizado por Deleuze com o A maiúsculo, sempre vinculado à noção de estrutura) “possui uma verdade eterna e seu tempo não é nunca o presente que os faz existir, mas o *Aion* ilimitado, o Infinito em que eles subsistem e insistem”. Mas este âmbito (da estrutura, ou seja, do expresse) já subjaz outra formalização, cuja pretensão descritiva não pretendemos tocar.

Interessa-nos, todavia, a diferença – que aparentemente é a própria percepção – e que interfere no acontecimento. Realizada na singularidade, essa diferença a princípio nos foi sugerida como algo de natureza intangível e por isso perseguimos um caminho que depois se revelou instável: a justificativa do acontecimento comunicacional a partir dos aspectos imateriais.

2.1.3. O imaterial, o incorpóreo e o intangível na Comunicação

A pretensão de se levantar indagações a respeito do que é imaterial no acontecimento comunicacional nasceu de uma dúvida que a princípio parecia bem simples, mas que aos poucos foi se mostrando como algo não tão tranquilo de se responder. O ponto de partida foi considerar que a exposição dos sujeitos aos lampejos do mundo, às mediações, às informações e a todas as referências de uma maneira geral, instigasse à pergunta: o que faz com que uma representação se manifeste ou signifique de maneira bem diferente a cada pessoa?

Essa indagação inicial teve como objetivo situar que há uma materialidade em uma informação mediada (dado), que essa materialidade é plataforma comum que possibilita o compartilhamento do código, portanto, é um aglomerado de idênticos (acoplamento estrutural, na elucidação de Maturana), porém, sob a constatação de que não é exatamente o que há de igual nas referências disponíveis que faz com que o acontecimento comunicacional aconteça.

Assim, uma transmissão televisiva, sendo preparada e produzida com elementos técnicos que permitam que ela seja materialmente trabalhada (não só os aparatos, mas também o gênero e o formato) pode ser entendida como uma engrenagem material que permite a comunicação, enquanto que a todos os demais aspectos invisíveis que atravessam o sujeito e que dão à apreensão do conteúdo transmitido uma vida independente e um sentido único, a eles chamaremos de aspectos imateriais que promovem a comunicação.

A necessidade dessa distinção inicial surgiu do diagnóstico de que é impossível se transmitir uma informação a alguém. Mas em verdade, do ponto de vista físico e material, no momento em que informações são lançadas de forma espectral, por exemplo, sinais organizados são emitidos, transmitidos mesmo, para que, de acordo com a intencionalidade, a atenção seletiva, e um sem número de outros mobilizadores, o interlocutor (nota1) possa fazer uso dessa transmissão, conferindo sentido de acordo com seus referenciais disponíveis. Trata-se da diferença entre uma referência como um dado bruto, que simplesmente movimenta e alimenta os processos, e uma referência em que já foi atribuído um valor (ou um sentido, que chamamos acontecimento).

É porque uns arrepiam e outros não, porque determinadas informações servem de canteio para criações espetaculares enquanto que para outros são meros dados descartáveis que nosso intuito de pesquisa foi buscar uma trajetória junto aos imateriais.

Admitindo que há uma materialidade na informação, mas que não é ela que fará a diferença na apreensão de sentido para cada um, nossa investigação passou a valorizar os aspectos imateriais responsáveis pelo acontecimento comunicacional. Mas antes de tentar definir quais seriam esses imateriais, saímos à busca de uma definição plausível do imaterial à luz do acontecimento comunicacional.

Uma das noções mais básicas a respeito do que é imaterial é quando se admite que uma entidade é ou está desprovida de matéria. Mas essa noção é pouco elucidativa, uma vez que não nos ajuda a encontrar no processo da comunicação os imateriais que buscamos. Mora (1971) destaca que os imateriais são objetos especialmente importantes para a gnoseologia e a metafísica, e que filosoficamente, os imateriais são atribuídos às entidades não sensíveis, se considerarmos que as realidades sensíveis são equiparadas com as realidades materiais. De forma que uma entidade imaterial só pode ser apreendida por meio da inteligência. Assim, qualquer objeto que possa ser tocado ou sentido é um algo material, pela sua substância, mas a noção dessa substância é algo imaterial. Para Platão, por exemplo, a própria ideia é um imaterial.

Os tomistas distinguiram várias espécies de imaterialidade. Se por um lado algo é imaterial porque é abstraído mentalmente de uma realidade concreta (o bom, por exemplo, é imaterial quando extraído das coisas boas), por outro, esta noção de imaterial depende intrinsecamente deste algo material. Os tomistas acreditavam que para que algo fosse

plenamente imaterial, seria necessário ser intrínseca e extrinsecamente independente da matéria, como por exemplo, os espíritos puros e deus.

Os estóicos se ocuparam muito mais com a noção de corpos (e incorpóreos) do que com a noção de material e imaterial, e, conforme vimos, foram eles que nortearam a concepção de acontecimento proposta por Deleuze. Entretanto, os estóicos utilizam do conceito de matéria para crivar a diferença entre o princípio passivo e princípio ativo: o princípio ativo, que é a natureza ou deus, está permanentemente relacionado com um princípio passivo, a matéria, que é uma substância sem delimitação qualitativa. Sêneca (apud Long, 1977, p.153), dá uma sucinta descrição desses princípios: “A matéria é inerte, coisa disponível para tudo, porém permanecerá adormecida a menos que algo a mova”. Concluimos, partindo deste princípio, que o movente (ou, o princípio ativo) é imaterial, ainda que para os estóicos este seja um princípio ativo fechado como a natureza, ou deus.

O mais importante ensinamento da visão estóica para a nossa compreensão dos imateriais é que, com o objetivo da descrever o que é matéria – para discorrer sobre a noção de existência, cuja definição para eles é algo capaz de atuar ou sofrer ação – os estóicos nos municiam de inspiração para dar correspondência aos imateriais como a própria ação que faz existir. São os imateriais que dão o sentido. Sendo assim, seriam eles o próprio pneuma que alimenta a razão de ser e existir do que é material? Um dos destaques de Long (1977) é que “O bien el pneuma puede ser comparado con la noción de un <<campo de fuerza>> que activa la matéria”.

Essas e outras sugestões filosóficas sobre os imateriais (como por exemplo a noção aristotélica) nos leva a crer que é o aspecto imaterial que confere vida aos materiais. Que mobiliza algo intangível como o acontecimento a partir da relação da percepção com o que há de tocável (e material) objetivamente no mundo. Portanto, é o que dá vida ao acontecimento. É o permite a fricção no entre.

Porque absolutamente tudo o que está representado se resume em algum aparato material, mas que, para a existência desta materialidade à nossa percepção é preciso um princípio ativo imaterial atuando sobre ela. Obviamente que encontrar algum desses princípios nunca foi tarefa fácil. Pior: sempre foi o ponto de interrogação na própria História da Filosofia.

Há ainda uma outra seara pela qual se envereda o conceito de imaterial, cuja noção está muito mais associada a seu uso social e econômico. Falaremos dela adiante. Mas para não perder o tom filosófico da discussão, entendamos que o imaterial a que se quer chegar é distinto do incorpóreo estóico, sendo que ambos estão vinculados à conceituação do acontecimento comunicacional.

Na verdade o incorpóreo está associado à gênese da teoria do acontecimento comunicacional, uma vez que um incorpóreo, segundo os estóicos, é a própria noção de acontecimento. Já o imaterial, na nossa investigação, é o que possibilita o acontecimento. Portanto, um imaterial, entendido como um movimento de abstração, um princípio ativo ou metafísico, é o que liga duas causalidades (corpóreas) provocando um incorpóreo, o acontecimento. “É incorpóreo aquilo que pode ser ocupado por corpos, mas não está ocupado” (Os Estóicos I). De acordo com a leitura de Marcondes Filho (2004, p.41), na dialética estóica encontramos proposições, atributos e predicados. Ela não se aplica às leis das coisas (corpos), mas especificamente aos incorpóreos. Se Aristóteles dizia, continua Marcondes Filho, que os sujeitos têm um predicado (S é P), que as coisas são, os estóicos irão dizer que o mundo é algo vivo, as coisas estão sendo ou acontecendo: sentir é ter o sentido e a alma modificados por aquilo que é exterior.

Um exemplo de Sexto Empírico sobre o princípio da causalidade estóica (de que nada se produz sem causa e toda causa é um corpo), explica como o acontecimento é um atributo incorpóreo: O fogo, que é um corpo, é causa para o corpo que é madeira, de um efeito incorpóreo, o predicado ‘ser queimada’. Notamos que o atributo ‘ser queimada’, sem deixar de ser um acontecimento, não é o mesmo que queimar.

O incorpóreo só existe localmente, quando ocorre tal situação, que é uma situação dos corpos em contato com um determinado corpo: os corpos têm então lugar e momento na sua periferia, os predicados incorpóreos desfrutam de uma existência local, dependendo de uma situação perceptiva atual, da mesma forma que o enunciado que descreve tal situação e sua franja de sentido. (Ildefonse, 2007, p.54)

É porque o incorpóreo é uma maneira de ser, que não se separa da substância, que o acontecimento também só existe como uma maneira de ser. O incorpóreo ‘ser informado’ (como o ser queimado), existe para mim no momento em que o corpo pensamento (como o fogo) é causa de um outro corpo, a informação (madeira), representada para mim como o exprimível de algo novo (não uma redundância). Ser informado é um incorpóreo que existe

para mim se não tenho a informação, do contrário não seria uma maneira de ser. Como o caminhar, que existe para mim quando eu caminho, mas quando estou deitado ou sentado, ele não existe.

Resta entender que os imateriais podem ser os fragmentos que permitem toda esta causalidade do acontecimento, assim como, no estoicismo, o encadeamento universal das causalidades é dado pelo *pneuma* divino, que liga e unifica os acontecimentos pela lei do destino.

Hace del universo um continuum dinâmico, cuyas partes están todas conectadas entre sí, aunque difieran unas de otras individualmente, de acuerdo con la mezcla y la tensión del *pneuma* que las penetra. La materia se hace coherente y se establece merced al equilibrio de las fuerzas que actúan sobre ella, a través de su asociación con el *pneuma*. (Long, 1977, p.156).

Conforme já indicamos, pode ser um imaterial um movimento de abstração, um princípio ativo ou metafísico que liga duas causalidades (corpóreas) provocando um incorpóreo, o acontecimento. Porém, na dúvida sobre este imaterial poder ou não ser igualado à percepção, posto que esta depende de afetações que se localizam entre o que é material e o que é imaterial, como por exemplo, os cinco sentidos, optamos por considerar apenas o afeto como um conceito forte de imaterial mobilizador do acontecimento, e à temática percepção, suficientemente complexa, incorporamos o desafio de realizar um estudo específico em outro momento.

Por ora, partiremos ao entendimento de como encontrar e quais são as características do afeto tais que o classifica como um imaterial, compreendendo também se ele é ou não capaz de provocar a fricção de dois corpóreos ou dois corpos, produzindo o acontecimento. Não se trata mais do acontecimento, ou do incorpóreo ‘ser cortado’, entre o escalpelo e a carne, mas sim do ‘ser comunicado’ (aqui entendido como ‘ser afetado’) entre o homem e a realidade. Que não é outra coisa senão um dos eixos pelo qual a filosofia se voltou desde os primórdios. Mas não nos intimidemos, ousemos falar.

Quais imateriais podem ser responsáveis por este afetar? Por este comunicar? Porque, no campo da Comunicação, aos materiais já foram dedicados muitos esforços.

Visualizamos um exemplo. A presença de alguém (um outro, o *alter*) enquanto ‘cadência material’, numa situação de comunicação interpessoal, por exemplo, é perfeitamente descritível: É possível determinar se está um pouco mais perto ou um pouco

mais longe. Se exerce um comportamento de poder, de subserviência, ou de igual expressão. Se mantém uma relação de afeto, apatia ou hostilidade. Ainda sob o aspecto da cadência material, é possível identificar numa situação de encontro (presencial), o cheiro, a vibração emocional, a expressão visual que pode demarcar um estado de espírito. Enfim, todas essas questões, são possivelmente descritíveis, com um tanto mais ou menos de acerto sobre o que se apresenta.

Nenhum desses aspectos materiais (em relação à presença de um outro) interessa ao acontecimento comunicacional. Interessam vias tributárias ao campo do sentir unicamente. Na efemeridade do acontecimento. Como na duração bergsoniana. E na relação entre duas pessoas, é a *perturbação* na relação com o *alter* o ponto nevralgico do imaterial. Há correspondências na relação de comunicação entre duas pessoas que são intocáveis e até mesmo inexprimíveis para todo um restante de pessoas, mas para a dupla da relação, elas são perfeitamente sentidas. Até mesmo sem que haja verbalização. Correspondências pertinentes àquela alteridade que podem ser secretas a todo o resto do mundo, mas não a cada uma delas. Ou, que seja mistério apenas a cada uma delas: um infinito [de possibilidades nascentes] a ser desvendado entre duas pessoas.

Usamos este exemplo para caracterizar que, se há um quê de intocável, de intangível no imaterial, então a alteridade certamente é um tipo de aspecto imaterial por nós vislumbrado. Mas não a exploraremos do ponto de vista conceitual, porque implicaria a sobreposição de acontecimentos; dobras e redobras em relação a cada um dos seres afetados, em relação a cada uma das alteridades presentes em ato. E este desafio, esta captação parece nos distanciar da crença primeira de que o sentido – o acontecimento – ocorrido no outro é intangível, ainda que, por ele mesmo, possa ser expresso.

Importa ainda, para fins de consolidação da proposta no âmbito geral do projeto, indicar a cartografia de como se chegou à constatação de que a propulsão do acontecimento comunicacional tem ignição pelo imaterial.

Realizar o fechamento da proposta no imaterial não foi tarefa fácil. Havia excitações provocadas pelo entrecruzamento de diversas leituras que sugeriam que, para a ocorrência do acontecimento comunicacional, necessariamente deveria-se supor alguns elementos de fricção que disparariam o estarte do momento. Mas a pergunta era: quais seriam esses elementos?

Num segundo momento, após a admissão da hipótese de que o acontecimento comunicacional é uma mudança de estado, a reflexão posterior foi demarcada pela seguinte questão: em quais condições há a possibilidade do acontecimento comunicacional se manifestar? E foi a partir daí que se iniciou a busca do entendimento sobre os imateriais e se as manifestações objetos de abstrações, como é o caso da subjetividade, poderem ser consideradas como imateriais.

Essas são algumas das divagações que levaram nossa proposta à procura de situar os aspectos insondáveis (do ponto de vista da impossibilidade de se fazer representar) como os elementos imateriais que possibilitam o acontecimento comunicacional. Como já mencionados, a subjetividade e a alteridade são algumas das formas compreendidas no âmbito do que se quer chegar. Em momento oportuno, elas serão apresentadas na sua relação com um self, que, em nosso caso, coincidirá com o relato do pesquisador, a partir de sua autobiografia que valida a pesquisa. Porém, esta é uma outra etapa.

Diferentemente de algumas perspectivas elucidadas pela Psicologia, a subjetividade é um dos elementos que está sendo considerado como um imaterial porque, por mais que as proposições psicanalíticas tentem discorrer sobre a possibilidade de se tocar a caixa-preta, nosso entendimento coaduna com os argumentos de Guattari (1992), para quem a subjetividade está além das ‘formatações subjetivas’ das fases freudianas, mas se apresentam como níveis de subjetivação que se manterão paralelos ao longo da vida. Fazendo referência a um estudo de Daniel Stern, Guattari sugere que a composição da subjetividade em sua fase emergente exige uma dialética entre os afetos partilháveis e os não-partilháveis, e que dessa forma estruturada, a “subjetividade em seu estado nascente não cessaremos de encontrar no sonho, no delírio, na exaltação criadora, no sentimento amoroso...” Há uma série de outras argumentações de Guattari que elucidam o conceito de Agenciamentos de subjetivações e que também importam à construção da nossa proposta. No entanto, são os afetos não-partilháveis (e porque não dizer, intangíveis) mencionados há pouco que, para o nosso trabalho, edificaram a subjetividade como um imaterial possível.

Esses afetos não-partilháveis não são apenas componentes para a edificação da subjetividade como um imaterial. Eles mesmos podem ser compreendidos como imateriais, na medida em que também se configuram como algo intangível. Por isso o afeto assumiu um lugar privilegiado nos nossos argumentos. Veremos adiante.

Guardadas as devidas proporções, o intangível aparece como característica comum a várias outras definições de imateriais, em geral recorrente em alguns pontos de vista das teorias econômicas, sociais e do direito, que vincularam como imaterial aquilo que não se pode apreçar, sob o viés do capitalismo. A difícil precisão sobre como definir o valor de uma ideia, por exemplo, em especial no momento em que o valor capital do conhecimento alargou sua capacidade exponencial, e ainda mais, a também impossibilidade de se mensurar o patrimônio cultural de um povo, fez que com o imaterial nas teorias econômicas não fosse simplesmente o ângulo inverso do materialismo marxista.

O ciclo da produção imaterial e também sua partilha ganha discussões importantes porque ressignifica as relações de trabalho e de peso da inovação para a economia do cenário contemporâneo. Em um ensaio que considera em especial a produção de subjetividade nesses sistemas, Lazzarato (2001) define trabalho imaterial como algo que inova continuamente as formas e as condições de comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo). Entre outras peculiaridades, ele destaca que o trabalho imaterial:

Dá forma e materializa as necessidades, o imaginário e os gostos do consumidor. E estes produtos devem, por sua vez, ser potentes produtores de necessidades, do imaginário, de gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (pois o seu valor de uso consiste essencialmente no seu conteúdo informativo e cultural) está no fato de que ela não se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Ela não reproduz a capacidade física de trabalho, mas transforma o seu utilizador. (Lazzarato, 2001, p.46)

Lazzarato (ibid) justifica que a matéria-prima do trabalho imaterial é a subjetividade e os trabalhadores imateriais (constituidores de ideias e conhecimentos pela inovação) satisfazem uma demanda do consumidor, ao mesmo tempo em que a constituem.

Um elemento de peso imaterial como é a subjetividade (como se vê também nas relações de economia e trabalho), apontado sob vários pontos de vista como preponderante peça do tabuleiro social, é em nosso trabalho entendido como um aspecto subvalorizado no contexto dos estudos em comunicação. Principalmente se considerarmos a comunicação em seu aspecto ontológico. Por isso, foi nosso objetivo conferir-lhe a força necessária à circunstância de sua *performance* no acontecimento comunicacional – um movente radical que possibilita o acontecimento.

Um último atalho para a desmistificação do imaterial ou para uma melhor compreensão de sua existência como um agente necessário ao acontecimento comunicacional, nos é dado por duas ideias fundadoras de algumas reflexões filosóficas.

A primeira delas reside na explanação desenhada por Vilém Flusser (2007, p.23-32) para quem o conceito de imaterialidade sempre fora tomado de forma distorcida. Vejamos como a leitura do imaterial como uma não oposição ao que é material pode auxiliar em nosso ponto de vista.

Flusser parte de uma análise etimológica que primeiramente distingue o que é matéria do que é forma. Segundo Flusser, a palavra matéria resulta da tentativa dos romanos de traduzir para o latim o termo grego *hylé*. Originalmente, *hylé* significa ‘madeira’, e a palavra matéria deve ter designado algo similar, o que nos sugere a palavra espanhola *madera*. Porém, o uso da palavra *madera* não tinha um sentido genérico, mas referia-se ao material estocado pelos carpinteiros que ainda não tinha sofrido uma intervenção na forma. Tratava-se de encontrar um termo que expressasse a oposição em relação ao conceito de ‘forma’ (a *morphé* grega). *Hylé* portanto significa algo amorfo, e *morphé* a forma dada à matéria (como na alegoria do carpinteiro que confere forma à madeira). Flusser também discorre sobre a palavra ‘estofo’ (*stoff*), substantivo do verbo estofar (*stopfen*), alegando que o mundo material é aquilo que garante as formas com estofo, é o recheio das formas, em outras palavras, o mundo ‘do estofo’ só se realiza ao se tornar o preenchimento de algo. Partindo dessas considerações (que na discussão original do autor se estendem por outras vias), Flusser sustenta que o conceito de informar significa impor forma à matéria, e que, seja qual for o significado da palavra matéria, só não pode exprimir o oposto de imaterialidade, pois, a forma é precisamente aquilo que faz o material aparecer. A forma é a aparência do material.

Argumento para o qual lançamos a seguinte questão: se o que nos aparece como forma é o material (que antes da imposição da forma – o informar – seria o mesmo que um inaparente), e se a oposição matéria-forma é o mesmo que conteúdo-contidente, então, como raciocinar sobre o imaterial, posto que entre o amorfo e ao que se conferiu forma há inúmeros agenciamentos inapreensíveis, para além da forma e do conteúdo, em especial sobre o que não se pode representar?

Essa nossa indagação é acalorada pela exposição de Flusser, que, se não nos sugere a busca de um lugar para o não representável, pelo menos nos provoca algumas inquietações a

este respeito, além de nos indicar uma crítica que destitui o ponto de vista do que seja o senso comum sobre a cultura imaterial, deflagrada pela seguinte passagem:

Antigamente (desde Platão, ou mesmo antes dele) o que importava era configurar a matéria existente para torná-la visível, mas agora o que está em jogo é preencher com matéria uma torrente de formas que brotam a partir de uma perspectiva teórica e de nossos equipamentos técnicos, com a finalidade de ‘materializar’ essas formas. Antigamente, o que estava em causa era a ordenação formal do mundo aparente da matéria, mas agora o que importa é tornar aparente um mundo altamente codificado em números, um mundo de formas que se multiplicam incontrolavelmente. Antes, o objetivo era formalizar o mundo existente; hoje, o objetivo é realizar as formas projetadas para criar mundos alternativos. Isso é o que se entende por cultura imaterial, mas deveria, na verdade se chamar ‘cultura materializadora’. (Flusser, 2007, p.31).

Cada uma das alusões ao imaterial percorridas até aqui intentam consolidar a possibilidade dos imateriais serem os mobilizadores do acontecimento comunicacional, tal como o compreendemos. Apesar de intangíveis, acreditamos serem os imateriais moventes plausíveis de serem compartilhados⁴⁹, ainda que sob a perene suspeita de que a qualquer outro, a descrição de um imaterial agenciado pelo self ganhará outro corpo, (se não forma, pelo menos sentido), tratando-se, portanto, de uma outra coisa. Todavia, reiteramos, não podemos furtar a Comunicação de ser guarnecida dessas possibilidades. De discutir o singular quando o comum aparece com um tanto de desgaste.

Parte das proposições resgatadas até aqui podem ganhar um *plus* no que tange à expansão de exemplos e acréscimo de argumentações sob as mesmas perspectivas. No entanto, a tessitura apresentada com tamanha objetividade vislumbrou a demarcação conceitual do que é um imaterial. Para que alguns movimentos (como a subjetividade) possam ser tratados na Comunicação a partir destas perspectivas. Filosoficamente, é extremamente difícil se esgotar o conceito, haja vista que ele se imbrica com questões mais densas, como a realidade, a consciência, o transcendente e o invisível, apenas para começo de conversa, cada um desses termos investidos de complexidades outras que vão se atando às muitas abas que compõem o meta-olhar.

Também é limitador ao recorte deste trabalho, apesar de que haverá algumas tentativas em seu decorrer, confrontar juntamente com os aspectos tomados como imateriais,

⁴⁹ Ao invés de informar, o que incorre em uma mudança radical, pois exprime algo que já não será o mesmo para um outro.

outros tantos ensejos que *aparentemente* pertencem à mesma seara, como é o caso das teorias vinculadas ao estudo da percepção.

O próprio conceito de imaterial de Berkeley, em *Princípios do conhecimento humano*, por exemplo, é mais objeto de confusão do que norte. Porque, com seu ‘ser é ser percebido’, Berkeley sustenta que não existem substâncias materiais, mas sim substâncias mentais finitas. “Ninguém pode formar uma ideia de um corpo extenso e em movimento a não ser que lhe atribua alguma cor ou outra qualidade sensível que, admite-se, existe apenas na mente”. Apesar do projeto de Berkeley incitar as primeiras sugestões que mais tarde foram revisitadas pela fenomenologia, as noções de *minimum visíveis* e *tangíveis* em uma Nova Teoria da Visão dizem respeito às modalidades sensíveis, ligadas às capacidades dos sentidos (de visão e de tato), ainda que para Berkeley mesmo a percepção seja um estado mental construído e os objetos são apenas ideias dos sentidos. De acordo com a exposição de Flage, Berkeley defende que “não podemos formar uma ideia de um substrato, pois, o máximo que alguém pode fazer é formar uma ideia obscura e relativa de uma substância em geral”.

O imaterialismo e o idealismo radical de Berkeley possivelmente nos levarão às visões mais recentes sobre a percepção, não só no intuito de demarcar que, mais do que os cinco sentidos funcionando como agentes [também fisiológicos] que se articulam com os imateriais para produzir o sentido, é possível que exista na percepção um estágio de afecção que pode ir além das experiências com os cinco sentidos, e que esse estágio é uma afecção, ou melhor dizendo, uma afetação de características imateriais que também serão garimpadas por esta pesquisa.

Para não perdermos o fio condutor, retornamos à discussão reiterando que a sugestão inicial indicava que o imaterial fosse compreendido como um mobilizador do acontecimento comunicacional.

Enquanto o projeto intitulado de ‘Razão Durante’ do Filocom, no qual esta pesquisa está inscrita, busca consolidar que nem toda expressão que prevê ‘aparatos comunicativos’ necessariamente promovem o comunicar, nossa tentativa é a de identificar alguns possíveis mobilizadores do acontecimento, caso ele venha a acontecer. Essa é a proposta de situar o imaterial. Caracterizar como ele é um possível e se suas hipotéticas configurações, apesar de intangíveis, são válidas para serem descritas, a partir do relato da experimentação do acontecimento (da comunicação em sua máxima expressão).

2.3. O Arrebatamento como expressão genuína do acontecimento

A imagem que nos vem como aforismo é a de levar uma chicoteada. De um chicote invisível, no sentido mesmo que ninguém vê, mas que se sente tão vívido como é sentida a dor na carne castigada, cortando a pele em sangue vivo. Essa agudez nas sensações pode provocar uma memória que nunca vira cicatriz; inflamada como ferida exposta, que vívida permanece por todo o sendo.

O que há de posterior são re-ejaculações. Permanência da vivência, não em ato, só em efeito. Efeito na singularidade. Mas o que interessa aqui é o ato. O arrebatamento que fisga as sensações à fronteira da pele, trazendo à superfície o que faz arrepiar.

Eclosão repentina que não acontece unicamente como em um susto. Pode até ser por supetão, mas também uma reversão que pode ir eclodindo em processo crescente. Com medidas desacertadas de acontecimentos sutis, vão se amarrando em camadas que vão ficar à espreita de um último acontecimento arrematador-arrebatador: um estarte que irrompe todas as camadas, atravessando suas texturas e guinando as medidas iniciais em um único giro. Como em um filme de suspense, em que a revelação final entra sem anunciar seu tempo e confere um novo sentido ao que já tinha sido dado como óbvio e certo.

Esta ‘fisgada’ de dentro para dentro, contorcendo a superfície em torno dela mesma é o arrebatamento. Sensação fugaz de efeito perene, que também leva outras designações tidas como sinônimos, como iluminação e insight, ou ainda, pela expressão revelada como cogito, ainda que a acepção original do termo tenha um sentido muito particular cunhado por Descartes na inauguração da Filosofia moderna.

A título de ilustração, consideraremos o cogito como uma forma particular de arrebatamento, de acontecimento comunicacional. Mas antes de explorarmos o cogito, revisemos a seguinte figura: um ‘estalo’ repentino, sempre que alguém é acometido pelo surgimento de uma ideia investida de um modo outro de pensar. Esse susto, esse surto, quase uma maneira atônita de ser, que, tomando conta do eu (carne e espírito) e da consciência, modifica visualmente o comportamento das feições (sobrancelhas altivas, olhos saltados ou discretamente fugidios, um sorriso em silêncio...), deixando o sujeito refém da constatação de que alguma coisa mudou. Uma modificação (guinada passageira ou permanente) que pode provocar um reposicionamento do si perante as coisas.

O cenário que estamos tentando identificar até que tem a ver com a mudança de um pensamento, crença ou juízo, como por exemplo, mediante a argumentação de um *alter*, ou mediante o desvelamento de uma causa ou até mesmo o consumo de um artefato simbólico

que passa a agregar novos valores, construindo sentidos ainda não experimentados que depois se traduzirão em *modus de ser*, de viver e de conduta.

Mas prioritariamente interessa-nos outro tipo de modificação. Transformação talvez fosse a melhor definição.

Essa transformação opera no âmbito do imaterial, do insondável e do indescritível. E porque irrealizável (já que imaterial, insondável e indescritível) do ponto de vista da mediação, pelo menos em sua plenitude (ou de sua captura pelas Ciências da Comunicação), só é possível compreendê-la porque a Filosofia possibilita refletir sobre seus mistérios.

Pois o nosso desafio é provocar esses mistérios, escavá-los, torná-los menos errantes para que as Ciências da Comunicação também possam encontrar uma forma de identificar um lugar que precede a criação, a intuição e a efervescência de uma ideia ainda não experimentada. Esses precedentes são as *epistemes* que tornam possível o arrebatamento. Recogitações.

Entender que o arrebatamento é ele mesmo a exata expressão do acontecimento comunicacional foi nossa tarefa inicial. Porém, é a mudança de um estado de coisas, do impensável para o pensado, da observação desprentensiosa para o fechamento eidético como uma forma *sui generis* de experiência do real, do não para o sim, do ‘nem pensar’ para o talvez, do ascético para o crente, tudo isso são estados de coisas que não se organizam de forma taxonômica, porque não são situações antagônicas, antes disso, são cristais (no sentido de valores cristalizados) que ganham rachaduras por onde escorre um fluido que faz a ligação significativa do antes para o depois. Porque a transformação não se dá apenas no plano da ideação; ela conjuga afetações em que o percipiente é ao mesmo tempo sólido e fluidez, corpo e consciência, razão e emoção.

De maneira que o arrebatamento não é uma nova ideia, mas a presença de um fio que alinhava o que já estava presente como referência ao que agora se apresenta, os porvires e o que está ausente. Todos se manifestando a um só tempo.

O arrebatamento, exemplo concreto da Teoria do Acontecimento Comunicacional, é entidade privilegiada em nossos estudos e por isso buscamos no conceito de afeto as pistas que possam municiar melhor a compreensão do arrebatamento, fazendo emergir da Filosofia uma trajetória possível às Ciências da Comunicação.

2.4. Afeto como movente do acontecimento comunicacional

Uma agulha atravessando a pele, fissurando o ser da percepção. Tal condição talvez seja uma das alegorias mais pertinentes para ilustrar o afeto, porque é assim mesmo que ele se comporta: atravessando o ser, provocando fissuras que remetem a um novo estado do sentir. Ele próprio rasgando a superfície, ao mesmo tempo movendo as coisas de lugar, ainda que elas pareçam continuar num mesmo patamar.

Falaremos aqui do afeto abrangendo, simultaneamente, duas instâncias diferenciadas de conceituação, mas que para o nosso propósito são incumbidas ou estão investidas de uma mesma propulsão: acionar a ignição do acontecimento comunicacional.

Os ‘afetos’ que iremos nos referir doravante, especificamente neste trabalho, vão comungar os dois sentidos usualmente tomados pela Filosofia, afecção e afeto, ambos aparecendo de forma privilegiada nos escritos de Espinosa. O primeiro, afecção, termo bastante abrangente, que por um sentido mais geral relaciona-se com sofrer uma ação ou ser influenciado ou modificado por ela; e o segundo, o afeto, utilizaremos não apenas no sentido usualmente compreendido e que tem a ver com a afetividade (que se refere à esfera das emoções e das paixões), mas também assumindo um sentido daquilo que é estimulado ou ocasionado por um agente externo. Assim, os afetos ou o conceito mais abrangente de afeto que estamos propondo alude tanto à condição de infectar, acometer em afecção, quanto de interferir, afetar.

Conforme já vimos, a suscetibilidade do acontecimento comunicacional não se dá de maneira ocasional ou despreziosa. Sua dependência de uma ontologia do sensível, e de todos os vetores que conjugam os verbos que há entre a imanência e transcendência, exigem a compreensão destes intervenientes ‘facilitadores’ do acontecimento. Está claro que há outros aspectos envolvidos nessa interveniência. Já enumeramos anteriormente, mas não de forma muito detida, aspectos como a subjetividade e a alteridade. Haveria outros aspectos afiliados a temáticas que atravessam todos os tempos da história de desenvolvimento humano. Contudo, recuperaremos doravante apenas estes dois aspectos (a afecção e o afeto); que soldamos em um único termo; os ‘afetos’, por se tratar de conceitos que agenciam o acontecimento de forma peculiar no ambiente em que nos propusemos a observar: o espaço formal de ensino, representado pela sala de aula.

É mister salientar a fusão-e-confusão do movente afeto com a experiência vivenciada pela pesquisadora que descreve este estudo. Seu caráter prioritário se justifica no momento em que relatos de acontecimentos comunicacionais, movidos por afetos que atravessaram o percurso da pesquisadora, passarão a ocupar a cena principal deste trabalho.

Veremos em fragmento específico desta pesquisa porque afecção e afeto, ou simplesmente ‘afetos’, requisitam para si uma estatura de destaque na compreensão do acontecimento comunicacional.

Por ora, recuperaremos algumas proposições sobre os afetos, presentes em Espinosa, mas também relançadas por outros autores, como Deleuze, e que dão conta de uma proposta que envolve o ser encrustrado em uma linha tênue que faz limite de sua existência com sua potência.

Cabe, antes de recuperarmos a designação que nos interessa, ressaltar dois parênteses descartados para o termo afeto: um no sentido mais popularmente identificado como sinônimo de simpatia, afeição, sentimento e demais emoções positivas que se referem a pessoas. Outro, quando é tomado no sentido de algo que é da alçada ou competência (incumbência) de alguém, como em “seu caso está afeto à Receita Federal”. Essas acepções não interessam a este trabalho, se bem que a afetividade como uma das três dimensões trabalhadas por Henri Wallon, de certa forma tangencia com o termo mais global de afeto que estamos tentando nos referir.

Enfim, é pelo uso como prática ou exercício de alguma coisa com dedicação (como em seu sinônimo: aficionado), como no exemplo “ele sempre foi afeto a artes plásticas”, que o termo se aproxima mais da sua origem etimológica: do latim, *affectus*, que é o particípio passado de *afficere*, que significa afetar, influenciar.

Este sentido originário é o que mais nos interessa, porém, como há uma utilização por vezes sinonímica entre os sentidos de afecção e afeto, porque ambos têm como corresponde o termo afeição, ainda que pelas definições o termo afecção englobe o afeto, exatamente por isso, usaremos, destarte, para a explanação do sentido de afecção, a transcrição de uma compilação muito bem situada por uma obra de referência de termos, para assim recuperarmos essas diferenças e avançarmos na direção de nosso propósito, que é o de situar a profusão do acontecimento a partir dos ‘afetos’.

O termo afeição, que às vezes é usado indiscriminadamente por afeto e paixão, pode ser distinguido destes com base no uso predominante na tradição filosófica. Nesta, afecção designa todo estado, condição ou qualidade que consiste em sofrer uma ação ou em ser influenciado ou modificado por ela. Nesse sentido, um afeto (que é uma espécie de emoção, ou uma paixão, é também uma afecção, por implicar uma ação sofrida, mas tem outras características que fazem dele uma espécie particular de afeição). Dizemos comumente que um metal é afetado pelo ácido, ou que fulano tem uma afecção pulmonar, ao passo que

reservarmos as palavras ‘afeição’ e ‘paixão’ para situações humanas, que apresentam, todavia, certo grau de passividade por serem estimuladas ou ocasionadas por agentes externos.

Nesse sentido generalíssimo, Aristóteles entendeu a palavra que considerou como uma das dez categorias e exemplificou com “ser cortado, ser queimado” (Cat 2 a 3); chamou de afetivas as qualidades sensíveis porque cada uma delas produz uma afecção dos sentidos (ibid., 9 b 6). Além disso, ao declarar, no princípio de *De anima*, o objetivo de sua investigação, Aristóteles entendeu que visava a conhecer (além da natureza e da substância da alma) tudo o que afeta a alma, isto é, tanto as afecções que parecem suas, quanto as que ela tem em comum com a alma dos animais (*De an.*, I, 1, 402 a 9). No referido texto, a palavra afeição designa o que afeta a alma, isto é, qualquer modificação que ela sofra. O caráter passivo das afecções da alma, caráter que parecia ameaçar-lhe a autonomia racional, levou os estóicos a declarar irracionais, logo más, todas as emoções (DIÓG. L. VII, 110): donde a conotação moralmente negativa que assumiu a expressão “afeição da alma”, revelada claramente em expressões como *perturbatio animi*, ou *concitatio animi*, usadas por Cícero (Tusc., IV, 6, 11-14) e por Sêneca (Ep., 116), e expressamente consideradas por Agostinho (De civ. Dei, IX, 4) como sinônimos de *affectio* e *affectus* (emoção). Mas Agostinho e, depois dele, os escolásticos mantiveram o ponto de vista aristotélico da neutralidade das afecções da alma do ponto de vista moral, no sentido de que elas podem ser boas ou más, segundo sejam moderadas ou não pela razão; ponto de vista que Tomás de Aquino defendeu referindo-se precisamente a Aristóteles e a Agostinho (S.Th., II, I, q.24, a.2).

A noção de modificação sofrida, isto é, de qualidade ou condição produzida por uma ação externa, mantém-se constante na tradição filosófica e exprime-se o mais das vezes com a palavra *passio*, que só na segunda metade do século XVIII assume o seu significado moderno. Assim, Alberto Magno entende com esse termo “O efeito e a consequência da ação” (S.Th., I, q.7, a 1). Tomás de Aquino, que dá idêntica definição (ibid., I, q. 97, a 2), distingue três significados do termo: “O primeiro, que é o mais próprio, tem-se quando alguma coisa é afastada daquilo que lhe convém segundo a sua natureza ou a sua inclinação própria, como quando a água perde a sua frieza por ação do calor, ou como quando o homem adoece ou se entristece. O segundo significado, que é menos próprio, tem-se quando se perde uma coisa qualquer, seja ela conveniente ou não; e nesse caso pode-se dizer que não só quem adoece mas também quem se cura e, em geral, quem quer que seja alterado ou mudado sofre uma ação (*pati*). Num terceiro sentido, diz-se quando o que estava em potência recebe aquilo que ele era em potência sem perder nada; em tal sentido, pode-se dizer que tudo o que passa da potência ao ato sofre uma ação mesmo quando se aperfeiçoa” (ibid., I, q. 79, a 2). Cada um

desses significados, distinguidos por Tomás de Aquino e compreendidos na noção geral de afecção/afeição pode ser encontrado no uso ulterior do termo. Passio, animi era a denominação que alguns escolásticos (cf. OCKHAM, In Sent., I, d. II, q. 8 C) davam à *species intellectiva*, isto é, ao universal ou conceito. A passio em geral é definida por Campanella (*Phil. ration. dialectica*, I, 6) como “um ato de impotência que consiste em perder a própria entidade – essencial ou accidental, no todo ou em parte – e em receber uma entidade estranha”. Descartes conferiu expressão clássica a essa noção em *Paixões da alma* (I, 1, 1650): “Tudo o que se faz ou que acontece de novo geralmente é chamado pelos filósofos de afecção, no que se refere ao sujeito a quem acontece, e de ação, no que se refere àquilo que faz acontecer, de tal modo que, embora o *agente* e o *paciente* sejam muitas vezes bem diferentes, a ação e afecção não deixam de ser a mesma coisa com esses dois nomes, devido aos dois sujeitos diferentes aos quais se pode referir.” Em sentido análogo, essa palavra é empregada por Espinosa para definir o que ele chama de *affectus*, e que nós chamaríamos de emoções ou sentimentos. As emoções, como *passiones*, isto é, *afecções/afeições*, constituem a impotência da alma, que as vence transformando-as em ideias claras e distintas. “A emoção, diz Espinosa, (Et., V, 3) “que é uma afeição, deixa de ser uma afeição assim que dela formamos uma ideia clara e distinta”. Nesse caso essa ideia só se distingue racionalmente da emoção e refere-se apenas à mente; assim, deixa de ser uma afeição (ibid., V, 3). Por isso Deus, que é desprovido de ideias confusas, está isento de afeição (ibid., V, 17). No mesmo sentido, exprime-se Leibniz (Monad., ## 49): “Atribui-se ação à mônada por ter ela percepções distintas; e afeição, por ter percepções confusas.” No mesmo sentido exprimem-se Wolff (Ont., ## 714) e Crusius (*Vernunftwahrheiten*, ## 66).⁵⁰ (...) Em conclusão, o termo afecção/afeição, entendido como recepção passiva ou modificação sofrida, não tem necessariamente conotação *emotiva*; e, embora tenha sido empregado frequentemente a propósito de emoções e afetos (pelo caráter claramente passivo destes), deve considerar-se extensivo a toda determinação, inclusive cognitiva, que apresente caráter de passividade ou que possa de qualquer modo ser considerada uma qualidade ou alteração sofrida.

Após esta longa explanação, que situa as diversas compreensões sobre a afecção (que inclui o afeto), algumas delas investidas de algum interesse que se entronca com nosso propósito, optamos por comungar as duas noções em um único termo, o afeto, primeiramente por um aspecto didático (o termo afeto se ajusta melhor ao universo do ensino do que o termo

⁵⁰ Outros aspectos que compõem a explanação completa da noção de afecção estão detalhados na notação 2, ao final desta etapa do texto.

afecção) e em segundo lugar, porque é a maneira como trabalha Espinosa, autor preponderante no nosso trabalho.

Partiremos, então, para uma compreensão mais detida em relação ao afeto espinosano, que justificará por quais linhas de força passarão as afetações presentes em nosso relato autobiográfico.

2.4.1. Afeto espinosano

Se, são as afecções e os afetos importantes partícipes do acontecimento, também considerados como disparadores desse elo entre o ser o mundo que o toca; se são eles então as próprias navalhas que provocam o incorpóreo do acontecimento, que geram o atrito e que ‘cortam’ esse ser – carne do mundo – não seriam então as afecções e os afetos o próprio ‘elemento diferenciador da subjetividade’, substratos de percolação ⁵¹que fazem construir uma forma única de existência do sujeito percipiente, percepção esta, enraizada num solo que é histórico e cultural?

Por afeto entendo as afecções do corpo, pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada, assim como as ideias dessas afecções. Quando, por conseguinte, podemos ser causa adequada de uma dessas afecções, por afeto entendo uma ação; nos outros casos, uma paixão”. (Espinosa apud Gleizer, 2005, p.33)

Como elementos diferenciadores, atuando de forma a acometer a consciência e a extensão, afecção e afeto constituem a tal subjetividade diferenciadora (deflorada por acontecimentos) porque, conforme expôs Espinosa, há na existência uma ontologia de potência para persistir ou perseverar no seu ser. Espinosa chama de *conatus* esse esforço para perseverar na existência.

A empreitada deste filósofo em sua teoria da afetividade, exposta principalmente em Ética III, vem ao encontro de nossa busca, especialmente porque nas experiências de ensino, a mediação entre o ser o mundo não vai ser orientada unicamente pela intencionalidade, ou pela atenção seletiva que cada um dos atores do processo desprende para os momentos da

⁵¹ Recuperamos este termo como próprio a uma analogia para o metáporo porque o conceito de percolação está ligado a um procedimento de filtragem com intuito de extração ou purificação. Na geotecnia é o processo de infiltração de líquido por entre os poros do solo. Porém, propomos como analogia uma figura simples que é bastante utilizada como exemplo interessante que permite a compreensão do fenômeno: o coar do café. Quando a água entra em contato com o pó, e os dois elementos passam pelos poros do filtro, o terceiro elemento já não é mais um, nem outro, mas resultado de suas transformações.

aprendizagem. Porque, anterior aos propósitos, pessoais e formais (institucionais) pelos quais cada protagonista se volta nos momentos de interação, existem demandas que muitas vezes se expressam de maneira incompreensível, até mesmo a especialistas que acompanham os desempenhos individuais, como psicopedagogos e assistentes sociais. Porque essas manifestações podem nascer no exato momento de sua aparência.

Espinosa não adentra no campo do lugar do sujeito para explicação das manifestações de toda uma potência de agir, apesar de considerar que cada ser está situado no mundo, portanto, em atrito com as outras formas de existência. Mas o que de fato ele defende é que o ser, para persistir na sua existência finita, tem que concorrer com outras existências finitas e cada obstáculo diante dos demais concorrentes exige uma forma de esforço. O esforço, portanto, seria “uma produção necessária de efeitos num contexto de interação com o mundo circundante (...), [e] a preservação da existência biológica bruta é apenas o conteúdo mínimo do *conatus* de um ser humano.”

Ao *conatus* referido à alma, Espinosa chamou de vontade e quando referido à alma e ao corpo, denominou apetite. Este, por sua vez, quando acompanhado da consciência de si, chama-se desejo.

Para dar conta dessas particularizações e explicar a causa da consciência de si, Espinosa complementa essa definição afirmando que ‘o desejo é a essência do homem, enquanto ela é determinada a fazer algo por uma afecção qualquer nela verificada’. A expressão ‘afecção qualquer’ introduz precisamente a referência às condições relativas à atualização do desejo situado concretamente no mundo, condições que dão conta da fixação desse impulso primordial que nos constitui sobre os diversos objetos particulares. (Gleizer, 2005, p.32)

Quando um sujeito é arrebatado, surrupiado por um acontecimento, quando é ininterruptamente atravessado por afecções com as quais não contava, quando ele é posto diante do aumento ou diminuição de sua potência de agir, é como se a consciência de si diante de sua existência finita (sua potência de pensar sobre sua limitação ou possibilidade de expansão) afetasse sua ação, posto que a consciência desperta e acometida, ela própria é compreendida como um afeto. Na concepção de Espinosa, “as próprias ideias das afecções, que alteram a potência de agir da alma, isto é, sua potência de pensar, são afetos.”

Utilizando do arcabouço conceitual espinosano, é possível atribuímos ao acontecimento o exato ponto de contato entre o que afeta e o que está sendo afetado. É esta ação infinitiva (o doer, o espantar-se, o chocar-se, e a própria experiência de um pensar atônito) que muda o estado do ser – é o estar! – catapultando-o para um novo estágio (ainda que reflexivo) da existência. E faz diferenciar sua sujeição no mundo a partir do jogo entre a consciência perceptiva e o corpo cognoscente.

Importante notar, contudo, que “o afeto não é o fruto de uma comparação, mas a experiência vivida de uma transição, de um aumento ou diminuição de nossa vitalidade.”, conforme analisa Gleizer (ibid., p.36).

Argumento que delineia com precisão esta passagem final que escolhi para finalizar o desenvolvimento conceitual sobre os afetos, que fora fruto de uma anotação que fiz em uma das aulas que me fizeram ‘levitar’.

“Quando sou tocada por essa relação intersubjetiva (a presença de outrem, seu olhar inquisitivo, duvidoso, amedrontado, provocativo, desdenhado, arreganhado), meu corpo todo é tomado por uma abundância de humanidade e de desejo, que perceptivamente saltam de meus poros; escorrem deles. São, esses olhares, espinhos em meu corpo e em minha lma, afecções aumentando minha potência em perseverar na minha vocação de ensinar”.

2.5. O cogito do sonhador

Por fim, uma última questão selou o caminho que levou nossas pesquisas ao amparo de elementos como o estranhamento e a diferença, o afeto e o arrebatamento, todas elas comprometidas e provocadoras do acontecimento comunicacional. Essa questão foi o cogito.

Porque, se o acontecimento estivesse refém unicamente de uma ignição nascida e disparada no exato momento de uma percepção, não haveria arrebatamentos que ocorressem a partir do amadurecimento, composição ou elucubração de questões que se fazem reincidentes, como é a procura por respostas. Não haveria acontecimentos resultantes do acúmulo de percepções esparramadas ao longo de um tempo, assim como, não haveria razão de ser do

processo de maturação de aprendizagens significativas que se fazem comunicação. Como aquelas do espaço do ensino formal, ocorridas no momento em que, após um longo trabalho de desenvolvimento de afetações em conta-gotas, todo o fluido compartilhado atravessasse o sujeito como num golpe de um balde inteiro caindo sobre sua cabeça, validando cada porção menor dos fluidos compartilhados ao longo de um processo.

A semelhança do processo de ensino-aprendizagem com o processo de erupção da dúvida cartesiana (um dos maiores acontecimentos comunicacionais do período moderno) sugeriu que buscássemos os intervenientes do acontecimento, que ultrapassam a configuração do que seja um acontecimento a partir da organização de diversos *inputs* aparentemente anônimos, mas que de repente passam a fazer todo o sentido.

Apesar de não se saber ao certo se o cogito cartesiano eclodiu a conta-gotas (o mais provável) ou se foi disparado por um elemento mobilizador, por algum tipo de afecção, o fato é que, os escritos cartesianos revelam um Descartes que já vinha se pautando sobre alguns dilemas que por fim levaram à sua constatação final; à máxima que se tornou o grande divisor de águas para o racionalismo e a para a Filosofia moderna.

Assim, pela aderência do cogito com uma forma de arrebatamento que não se dá *just in time*, mas ao longo de um processo, perfazendo uma outra configuração pela qual o acontecimento ganha corpo; e ainda mais, pela retomada do cogito por outros brilhantes pensadores ao longo da História, que se valeram da alegoria desta brilhante iluminação para reconduzir novas reflexões, elegemos neste trabalho o cogito como a figura representativa do acontecimento comunicacional: porque demarca a experiência de um pensamento diferenciado; porque exige o perfeito funcionamento de todas as faculdades eminentemente humanas para se projetar; e porque é dependente do ser da linguagem e da mediação com o mundo, que no ser provoca o exercício da potência diante da existência. Mediante estas razões, o cogito para nós é um digno representante do acontecimento comunicacional. Do acontecimento realizado a partir da mediação ser-mundo.

O título deste tópico, o cogito do sonhador, é homônimo inspirado pelo capítulo de mesmo nome, em Poética do Devaneio, de Gaston Bachelard. Tomamo-lo de empréstimo para reverenciar o autor, que influencia muitos dos cogitos elaborados ao longo desta pesquisa. Mas também para retomar, cogitando com Bachelard, porque ao acontecimento devemos acrescentar o predicativo comunicacional.

Bachelard se refere ao sonho noturno como um raptor do nosso ser, um algo que não nos pertence. E como as noites não se ligam umas às outras, não têm história. “Tornamo-nos inapreensíveis para nós mesmos. (...) Para um sonho que se conta ao regressar à luz do dia, quantos sonhos cujo fio se perdeu! Esses sonhos noturnos, esses sonhos de extrema noite, não podem ser experiências onde se formula um cogito” (Bachelard, 1988, p.140-141).

Esse reforço de Bachelard de que as experiências que nos sujeitam são condições para a elaboração do cogito também nos faz crer que um ‘acontecimento’ só pode ser disparado a partir da mediação ser-mundo, a partir das excitações movidas pela história e pela cultura e a partir do lugar do sujeito em meio a essas referências. Por isso o acontecimento é comunicacional.

Mas Bachelard adverte: “não é estudando o sonho noturno que poderemos revelar as tentativas de individualização que animam o homem desperto, o homem que as ideias acordam, o homem que a imaginação convida à sutileza.” Tal apelo é feito para sugerir que se tome como diferença radical o sonho noturno do devaneio: “ao passo que o sonhador do sonho noturno é uma sombra que perdeu o próprio eu, o sonhador do devaneio, se for um pouco filósofo, pode, no centro do seu eu sonhador, formular um cogito”. (Bachelard, 1988, p.144)

Assim como Bachelard, Merleau-Ponty também renderiza a noção de cogito, mostrando que na história da filosofia, o uso do termo certamente é muito maior do que sua designação, resumida a partir da expressão cartesiana “*cogito ergo sum*”.

Sou eu que reconstituo o Cogito histórico, sou eu que leio o texto de Descartes, sou eu que reconheço ali uma verdade imperecível e, no final das contas, o Cogito cartesiano só tem sentido por meu próprio Cogito, eu nada pensaria dele se não tivesse em mim mesmo tudo aquilo que é preciso para inventá-lo. (Merleau-Ponty, 2011, p.496)

Além de Merleau-Ponty, muitos outros pensadores demonstraram algum tipo de inquietude voltada, ao final das contas, com uma indagação sobre a auto evidência existencial do sujeito pensante.

Esse sentido orientador da expressão do cogito aparece em outros pensadores, ainda que com um tom diferenciado. Conforme examina Abbagnano (2007), na escolástica, Tomás de Aquino já propunha que “ninguém pode pensar com assentimento (isto é, crer) que não é,

já que, em pensando em alguma coisa, percebe que é”; Husserl o toma como a própria estrutura da experiência vivida e Kant como consciência reflexiva ou apercepção pura.

Para o nosso trabalho, ainda que o cogito possa parecer um *conceito-esfera* (com infinitos lados e ao mesmo tempo lado nenhum), essa noção é vital, posto que chama para si a própria razão de ser do nosso argumento, pois Comunicação é a movimentação, na interioridade, de inúmeras ideias concebidas a partir da percepção e que vão mudando essas próprias ideias de lugar. Recria-se a cada momento que se abastece. Nasce quando acontece, e vai acontecendo na medida em que permanentes estados de devir tornam-se ato inacabado.

Também Chauí (2002) retira de Fenomenologia da Percepção⁵², a renderização que Merleau-Ponty faz sobre o cogito, e que corresponde ao nosso pressuposto de que o acontecimento, mesmo partilhado, não exprime o idêntico ao sentido, porque já será um outro, um irrefletido:

Em Fenomenologia da Percepção, assistimos à proliferação de “Cogitos” que se encaixam uns nos outros, ao mesmo tempo em que são a retomada uns dos outros: o Cogito de Descartes, o de Kant, o de Husserl. E a arborização de cada um deles em direções de pensamento que aí nasceram (...) Essa proliferação arborizante é apresentada de modo que marca a distância insuperável entre o momento em que cada filósofo pensou seu pensamento e o escreveu e o momento no qual, escritos, são repensados “de fora”, pelo leitor (no caso, Merleau-Ponty cogitando os demais Cogito). Esse movimento vai desvelando algo insólito: cada um dos *Cogito*, que fora posto como presença absoluta de si consigo de cada filósofo que o efetuou, ao passar de Cogitans a Cogitatum, isto é, a pensamento proferido, inscrito e escrito na cultura europeia, retomado pelos pósteros e por Merleau-Ponty, não é um “Cogito propriamente dito”, pois o “Cogito propriamente dito” é aquele que cada um experimentou na solidão silenciosa da presença a si. Para quem o lê como reflexão de outrem, o “Cogito propriamente dito não é o ponto máximo da reflexão e sim um irrefletido. Chegamos, assim, à noção paradoxal e aparentemente impensável de *Cogito tácito*, de onde a *Phénoménologie de la perception* pretende falar. A reflexão em outrem sobre a reflexão de outrem nos dá a irreflexão. (Ref.)

Tal análise reforça nosso pressuposto de que o cogitar é expressão singular do acontecimento; de um acontecimento comunicacional que não pode ser reproduzido, ainda que seja partilhado (mediado). Porém, também indica que, ao se lançar uma reflexão ao *continuum*, a expressão já não terá o mesmo sentido. Entre o sentido (o acontecimento) e o estado de coisas (o expresso) há um hiato que só pode ser preenchido pela subjetividade que entra em jogo no momento da percepção. É porque há um “contato simultâneo do meu ser

⁵² E porque Chauí se debruça de forma imersiva na obra de Merleau-Ponty, optamos por nos dirigir considerando suas análises compiladas na obra *Experiência do Pensamento*. Não por coincidência, idêntico ao título do livro é o conceito trabalhado pela autora em *Convite à Filosofia*. E não por coincidência, o sentido adotado pela autora em *Convite à Filosofia* é similar, senão o mesmo por nós entendido como o acontecimento comunicacional.

com o ser do mundo” – que Merleau-Ponty chama de movimento profundo de transcendência – que é possível a realização de uma síntese perceptiva inacabada; assumindo, por isso mesmo, um *status* de irrefletido.

Se a única experiência do sujeito é aquela que obtenho coincidindo com ele, se por definição o espírito se furta ao “espectador estranho” e só pode ser reconhecido interiormente, meu Cogito é por princípio único, ele não é “participável” por outro. Dir-se-á que ele é transferível aos outros? Mas como tal transferência poderia alguma vez ser motivada? Qual espetáculo alguma vez poderá induzir-me validamente a pôr fora de mim mesmo este modo de existência cujo sentido exige que ele seja interiormente apreendido? (Merleau-Ponty, 2011, p.498)

Voltando a Bachelard, para quem o cogito do sonhador, diferentemente do cogito do pensador, se desloca e vai emprestar o seu ser às coisas a partir de um devaneio criador. Os objetos para os quais o ser foi emprestado passam a ser companheiros de devaneio, assim como o mundo passa a ser o mundo de seu devaneio.

É graças a esse tipo de apologia bachelariana, presentes na potência humana, que o espaço do sonho é infinito. E o mundo, mais do que elemento de afetações e espaço de cogitares, é acolhimento. Acolhimento de sonho. Portanto, um mundo infinito. Conforme nos lembra Bachelard, um privilégio do devaneio poético, pois, ao sonhar em solidão, somente podemos tocar um mundo tão singular que é estranho a qualquer outro sonhador:

A correlação do sonhador ao seu mundo é uma correlação forte. É esse mundo vivido pelo devaneio que remete mais diretamente ao ser do homem solitário. O homem solitário possui diretamente os mundos por ele sonhados. Para duvidar dos mundos do devaneio, seria preciso não sonhar, seria preciso sair do devaneio. O homem do devaneio e o mundo do seu devaneio estão muito próximos, tocam-se, compenetram-se. Estão no plano de ser; se for necessário ligar o ser do homem ao ser do mundo, o cogito do devaneio há de anunciar-se assim: eu sonho o mundo; logo, o mundo existe tal como eu sonho. (p.

Entre o cogito do pensador e o cogito do sonhador há um liame necessário.

Há pensamentos motivados por sonhos e sonhos motivados por pensamentos. Mas o pensamento cru e nu, aquele desprovido de um acontecimento, dificilmente vai se tornar um devaneio poético. A diferença na singularidade que alavanca os processos significativos que impactam a humanidade deleita-se de uma porção de devaneio.

Antes da chegada ao cogito, já havia algum tempo que Descartes vinha meditando sobre este tema: a superioridade das obras – seja de um edifício, uma cidade, uma legislação – que resultam na atividade de um único homem. Como “as construções começadas e concluídas por um único arquiteto são geralmente mais belas e mais bem ordenadas que aquelas que vários esforçaram-se por reformar, servindo-se de velhas muralhas que haviam sido construídas para outros fins” (Descartes, 1983, apresentação-VII).

O que faz com que a singularidade e a diferença promovam agenciamentos tão sublimes?

A dedicação à temática da diferença é desempenhada por toda uma legião de pensadores, embora adquira especial conotação com Jacques Derrida, a partir da criação do neologismo *différance*⁵³, que vai pautar, a partir desta proposição, toda uma direção filosófica de desconstrução de termos que vai adquirir um vigor de sentido que vai além do etimológico.

Quando cai uma maçã na cabeça de alguém, dependendo das condições, este fato tem pouca ou quase nenhuma repercussão para a vida do indivíduo. Porém, um ‘acontecimento’ como este, fortuito e desprezível, contribuiu para que Newton pudesse trabalhar no conceito da gravidade e melhorar sobremaneira os experimentos científicos da Física e áreas correlatas.

Conforme já mencionado, Descartes, por seu turno, já vinha amadurecendo seus dilemas metafísicos, mas quando se volta para sua expressão máxima *cogito ergo sum* – não exatamente de supetão, porque os subsídios de sua constatação já estavam em maturação, porém, como que por uma iluminação, num ‘acontecimento’ – este ‘simples pensar’ não só inaugurou o novo estatuto filosófico da racionalidade, como também abriu passagem para o

⁵³ A compilação da plataforma colaborativa Wiki apresenta uma exposição analítica, da qual recortamos uma passagem curta e ao mesmo tempo eficiente da explanação do termo: Dando conta do signo sempre como resultado simultâneo da "diferença" (*différence*), tal como a compreende Saussure, como do diferir (*différer*), onde o sentido do termo nos remete sempre para o que veio antes como o que vem a seguir, o eixo paradigmático como o eixo sintagmático, o sincrónico como o diacrónico, lançando-o incontornavelmente numa "semiose infinita" e impossibilitando radicalmente qualquer análise que o pudesse cristalizar numa "presença" a si. *Différance* joga assim com o fato da palavra francesa *différer* poder significar tanto "diferir" ("postergar" / "adiar", em termos diacrónicos, o que nos remete para uma temporalização, para actividade, para a fala, para o uso, para a génese) quanto "diferenciar" (em termos Saussureanos, onde os termos se determinam reciprocamente na estrutura da Língua, não detendo um significado "em si" mas determinando-se pela relação diferencial que estabelecem com os demais termos, sincronicamente, o que nos remete para um espaçamento, para passividade, para língua, para esquema, para a estrutura). In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jacques_Derrida

tema que ainda reserva uma das maiores constelação de mistérios a se desvendar: a consciência de si.

Arquimedes, diferentemente de Newton e Descartes, numa antiguidade de mais de 200 anos A.C., trabalhava em diversas pesquisas e experimentos, quando descobriu casualmente um método sobre como resolver um problema dado pelo Rei⁵⁴, sem estar exatamente debruçado sobre ele. A hipótese é a de que Arquimedes, mergulhando-se numa banheira para um banho, observou o fenômeno do deslocamento da água realizada pelo empuxo do corpo. Esta observação serviu para a elaboração do método que pôde resolver seu problema, e posteriormente utilizada para formulações axiomáticas da Física e da Matemática. Segundo consta em várias fontes de referência, ele teria ficado tão surpreendido com seu *insight*, que teria saído nu gritando Eureka!, expressão que significa: Encontrei! Este acontecimento é narrado por fontes nas mais diversas áreas para mostrar que às vezes a resposta nem sempre está num caminho traçado; é a resposta que encontra o pesquisador. Em imagens ilustrativas, a lâmpada posicionada acima da cabeça de Arquimedes é uma das caricaturas mais utilizadas para representar o nascimento de uma ideia, ou para representar o encontro de uma resposta que há tempos era buscada. Na psicologia, é comum denominar como *insight* o desvendamento de uma dúvida quando há, subitamente, o encontro da resposta perseguida. Mas o *insight* é mais uma forma de acontecimento comunicacional.

Outro exemplo mobilizado por sonhos e desejos foi a aventura aerodinâmica experimentada por Santos Dumond, em 1906, com sua tentativa de voar. Empresa que ganhou rearticulações até sua concretude. O sonho do voar, presente no homem desde a antiguidade (já a mitologia tivera descrito sobre a infinita capacidade de sonhar do homem, com Dédalo e seu filho Ícaro) é apenas mais uma das realizações que começam com um devaneio. Com um cogito do sonhador arrebatado pelo acontecimento comunicacional.

Iluminação, insight, estalo, choque, arrebatamento. Não importa o desígnio, o que importa é que cada um desses quatro casos comportam um fenômeno comum: o de sair de um estado A em direção a um estado B de coisas, sendo que ENTRE cada um dos estados, uma transformação ‘acontece’, nasce, ao ponto de vista do observador, um novo ‘sentido’.

⁵⁴ O rei Hieron tinha dado a Arquimedes a missão de descobrir se a coroa de ouro feita pelos ourives, para ser oferecida aos deuses, era mesmo feita completamente de ouro. Arquimedes ficou dias pensando em como resolver o problema. O insight de Arquimedes, ao entrar na banheira, possibilitou a constatação de que o volume ocupado por um determinado sólido é proporcional à sua massa. E usou desse princípio para provar que a coroa não era feita inteiramente de ouro maciço.

São duas as questões de maior expressão ontológica aqui. A primeira é o resultado da ‘passagem’ de um estado A para um estado B, que promove a melhoria do conhecimento, o avanço dos modos de vida (do homem perseverando na sua existência) e o acúmulo de subsídio científico para o processamento do presente e do futuro das gerações, entre outras melhorias. A segunda é justamente esta possibilidade. A capacidade para, a disponibilidade de. A primazia da existência que permite a diferença.

É por esses novos ‘sentidos’ que o ser se faz ser. Não que estejamos considerando aqui apenas os sentidos como ‘significados’ notoriamente preponderantes para a história. Estes foram citados a título de exemplo. Na verdade, cada singularidade ‘cogitada’ e mediada (enunciada), cada experiência em ato comporta uma nova maneira de ser de um ente, assim como cada potência humana de agir sobre o real (devir), comporta a constituição de novas relações entre os entes, o ser e o mundo.

No *infinitum* de possibilidades abertas dadas por estas duas expressões ontológicas, não haveríamos de nos perguntar: o que de fato permite ao ser tais possibilidades diferenciadoras? Dado que pela trajetória de reflexões filosóficas, entre os debates do mundo real e o metafísico, da imanência à transcendência, dos estóicos ao fenomenólogos, dos gregos aos vanguardistas, se sempre foi essa a dúvida perene, de se entender a própria condição de ser e a incompletude do seu estado finito, não deveria então ser incorporado a esta dúvida, uma outra: o que permite a existência da condição de ser?

Porque, isoladamente, cada capacidade humana não permitiria essa condição diferenciadora. Só o pensamento, sem o devaneio. Só o raciocínio, sem o delírio. Só a imaginação, sem a concreção. Só a existência (vida), sem a consciência. Só a experiência, sem a memória. É pela articulação de todas as capacidades humanas, por suas ligaduras entranhadas umas nas outras que é possível esta diferenciação do ser, sendo.

Então voltemos à pergunta: o que permite essas ligaduras? Para Merleau-Ponty, é a percepção fenomenológica, para Espinosa, a substância absoluta, para Leibniz, o acontecimento. Para nós: a partir de empreendimentos diferentes, os três autores estão completamente certos. Porque todas elas são uma só e mesma coisa: um *modus de ser* da comunicação.

- Comunicação entre capacidades, possíveis que se equivalem, comunicação das mônadas, em que um acontecimento tem origem em outro acontecimento, como em Leibniz.
- Comunicação entre corpo (afetado) e mente (voltada para o fenômeno), grosso modo, entendida como a consciência e extensão em plena harmonia, carne do mundo, constituindo o ser e sendo por ele constituído, por um só movimento, como em Merleau-Ponty.
- E *modus* de ser (atributos) de uma humanidade finita que insistem, que são pertencentes a uma mesma raiz, a uma totalidade infinita, imanência única e substância absoluta.

Mas, para o empreendimento de uma investigação que possa dar conta do acontecimento comunicacional, é necessário que o pensamento estrutural sobre pesquisa se proponha a recomeçar.

Buscar pela via de outras *epistemes* uma orientação que leve em conta o efêmero, o transitório, o espaço entre. Uma orientação que devolva à objetividade sua fundação subjetiva. Que considere as afetações parte do processo movente que dispara o acontecimento.

Esta orientação é o metáporo. Um procedimento inovador que, rompendo com preceitos arraigados, vai aos poucos devolvendo a oxigenação necessária para revitalização das pesquisas humanas e sociais.

Notação 2

Complemento da explanação sobre afecção, compilada em Abbagnano (2007):

Kant exprimiu do modo mais claro possível a noção de *afecção/afeição* como recepção passiva, em um texto de Antropologia (§§ 7): “As representações em relação às quais o espírito se comporta passivamente, por meio das quais, portanto, o sujeito sofre uma *afecção* [*Affection*] de si mesmo ou de um objeto, pertencem à sensibilidade; aquelas porém, que incluem o verdadeiro agir (o pensamento) pertencem ao poder cognitivo intelectual. Aquele é também chamado de poder cognitivo inferior, e este, de poder cognitivo superior. Aquele tem caráter de passividade do sentido interno das sensações; este tem caráter de espontaneidade da apercepção, isto é, da consciência pura do agir que constitui o pensamento; e pertence à lógica (a um sistema de regras do intelecto) assim como aquele pertence à psicologia (ao complexo de todos os atos internos submetidos a leis naturais) e fundamenta uma experiência interna”. Esses conceitos são fundamentais para toda a *Crítica da Razão Pura*, especialmente para a distinção entre estética e lógica, que repousa no seguinte princípio: “Todas as intuições, por serem sensíveis, baseiam-se em afeições; os conceitos, ao contrário, baseiam-se em funções (Crít. R. Pura, Analítica dos conceitos I, seção I). Essas observações de Kant estão em polêmica com a tese da escola leibniziano-wolffiana, segundo a qual sensibilidade consiste nas representações indistintas, e a intelectualidade, nas distintas; o que, segundo notava Kant (Antr. §§ 7, nota), significa que a sensibilidade consiste numa falta (falta de distinção), ao passo que é algo positivo e indispensável ao conhecimento intelectual.

Metaporía

É experimento que se envereda a ser mastro, lastro e rastro
de uma embarcação que pede passagem,
não ao *Kosmotheoros*, que tudo vê;
mas a um *Metáporos* –
que [se?] dá a perceber.

Nem todos os objetos do mundo estão disponíveis para devaneios poéticos. Mas, assim que o poeta escolheu seu objeto, o próprio objeto muda de ser. É promovido à condição de poético.

Gaston Bachelard

3. Metáporo

[FRAGMENTO UM] Um novo poro para a Ciência

A razão durante ocupa-se com a construção de um discurso onde ao transitório seja reconhecida a legitimidade, onde o objeto estranho cujas pegadas não podem ser recuperadas seja integrado no trabalho. Ciro Marcondes Filho.⁵⁵

O pensamento não pode fixa-se num pólo (coisa ou consciência, sujeito ou objeto, visível ou vidente, visível ou invisível, palavra ou silêncio), mas precisa mover-se no entre-dois, sendo mais importante o mover-se do que o entre dois, pois entre dois poderia fazer supor dois termos positivos separáveis, enquanto o mover-se revela que a experiência e o pensamento são passagens de um termo por dentro do outro, passando pelos poros do outro, cada qual reenviando ao outro sem cessar. Marilena Chauí.⁵⁶

3.1. Gênese do conceito

Expressão quase estrangeira, metáporo é um termo recentemente cunhado a partir da Universidade de São Paulo e que se faz empreendimento, na medida em que propostas de pesquisas que incluem a subjetividade ganham expressões cada vez menos aderentes aos propósitos metodologicamente convencionais. Na fronteira entre categoria conceitual e técnica operacional, a aposta avança rumo a um projeto em aberto, assim como abertas são as possibilidades da percepção inacabada e as obras estéticas, que representam um esboço entre o que pretendia ser e o que é para cada um.

Para uma semântica seminal, entendamos primeiramente a partir de que referências partiram as reflexões que deram origem à sua concepção. Primeiramente em torno da proposição construída por Danielle Naves De Oliveira e orientada por Marcondes Filho (2008), no núcleo Filocom da Escola de Comunicação e Artes.

Em sua “Exposição de uma Filosofia dos poros”, De Oliveira (2006) poetiza:

⁵⁵ MARCONDES-FILHO, Ciro. O princípio da razão durante. Tomo V. São Paulo: Paulus, 2010 p. 194

⁵⁶ CHAUI, Marilena. Experiência do Pensamento. Ensaio sobre a obra de Merleau-Ponty. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Poro é o que destrói nosso sonho de integridade. E o faz não de uma destruição a marteladas, explosiva, mas de uma destruição-diluição, líquida, pelas bordas, pela pele, pela força do impreciso. Um poro não se constrói, não se delimita, não se dobra à lei da forma. É sobretudo abertura para a existência, para o que há de comum na trajetória de cada humano, para o absurdo de sua solidão, para a remota possibilidade de comunicar a própria condição. Poro é simplesmente – ou estranhamente – a passagem para a comunicação. (De Oliveira, 2006, p.2)

Com esta passagem de abertura, densa e intensa, De Oliveira convida o leitor para sua tese de doutoramento – um estudo que tem a pretensão de construir uma reflexão filosófica sobre o conceito de poro, como fio condutor para se pensar a comunicação.

A autora expõe de saída pelo menos duas formas distintas de recursão ao termo: uma, de etimologia grega, que significa passagem. Segundo sua exposição, no período homérico esta palavra já fazia parte do vocabulário dos navegantes, daqueles que partiam para o desconhecido, que enfrentavam os desafios do mar, onde tudo é abertura, onde não há estradas previamente traçadas: o que há no mar são tais passagens que se constituem a cada instante, *póros*. O outro significado para poro, predominante no período clássico é o de estratagema, solução extraordinária, saída pelo inteligível. Esta conotação assumiria um estatuto teórico entre os filósofos, pois é por sua oposição, a-poria, que os discursos filosóficos mostram seu vigor.

Aporia é a ausência de poro, de passagens e de respostas; é a questão por excelência, problema sem solução, bloqueio, fronteira intransponível. Sem ela não há filosofia nem possibilidade de saída. É o pensamento levado ao seu limite. E quando se trata de limite, aporia e poro não são vistos como dualidade, mas como conceitos participantes do mesmo movimento dialético, da incessante passagem pelo pensamento e suas questões. (ibid, p.5)

Com esta exposição preliminar, afastada de uma preocupação que insere a comunicação nos debates corriqueiros sobre os meios, De Oliveira denomina sua investigação como obedecida a uma anterioridade filosófica, tendo como fio condutor o estatuto ontológico da comunicação.

Posteriormente, as contribuições conceituais organizadas na referida tese vieram a auxiliar na construção da linha de pensamento do Filocom, ao qual nosso trabalho se vincula. Mas, além da reflexão originária sobre os *póros* emprestada por De Oliveira de Sarah

Kofman⁵⁷, há outros desdobramentos na tese que excitaram algumas travessias do Filocom para inclinar seus estudos em Teorias da Comunicação a partir de uma nova epistemologia. A chamada epistemologia metapórica, exposta por Marcondes Filho (2010) na obra *O princípio da razão* durante.

Mas antes de mergulhar nas águas epistemológicas que banharão doravante nosso trabalho, destacaremos uma última passagem, desta vez de Kofman, que demarca com mais clareza a distinção da herança etimológica entre os sentidos que se atribui a cada um dos termos (o método e o metáporo).

Póros não deve ser confundido com ódos, termo geral que designa um caminho, uma rota qualquer. Póros é unicamente uma via marítima ou fluvial, abertura de passagem através de uma extensão caótica que se transforma em espaço discernível e ordenado, introduzindo vias diferenciadas, tornando visíveis as diversas direções do espaço, orientando uma extensão inicialmente desprovida de qualquer traçado, de qualquer ponto de referência. Póros dissipa a obscuridade reinante na noite das águas primordiais ao abrir as vias pelas quais o sol traz a luz do dia e as estrelas traçam no céu rotas luminosas das constelações. (Kofman apud De Oliveira, *ibid.*, p.16)

3.2. Contribuições epistemológicas

O entendimento de uma comunicação como a elaboração humana que não pode ser integralmente representada, ou, compartilhada exatamente como foi sentida ou percebida, abre caminhos para questionamentos em torno das Ciências da Comunicação, que não dispõe de um estatuto subjetivo (essências, gêneses, aspectos substantivos elementares) que iluminem uma trajetória de estudos da Comunicação-Acontecimento. Significa isto, que em nossa linha de raciocínio importa menos os aspectos descritivos, gerativos, estruturais de uma linguagem; tampouco como ela é percebida individualmente ou se há aspectos comuns na percepção por uma multidão. O que importa de fato, e que é a celeuma da nossa tese, é o que faz com que esta percepção seja diferentemente percebida/compreendida/agenciada/ por cada sujeito. E a pretensão desse pressuposto não é pura e simplesmente situar que há, por trás do sentir de cada um, todo um arcabouço histórico-cultural, fazendo, portanto, com que essas afecções sejam atravessadas pelo que há de único que cada um viveu. Esse estatuto conceitual já é seara consolidada, em especial pelas proposições de Vigotsky. Nossa empresa é tentar navegar por águas um pouco mais distantes, pois pretende tocar em suposições para as quais o

⁵⁷ KOFMAN, Sarah. *Comment s'en sortir?* Paris: Galilée, 1983. [trad: Como escapar?]

tempo, o espaço e as condições simbólicas são puramente contingenciais, ou seja, o lugar, a história e a cultura são matrizes e não determinantes para a comunicação-acontecimento, no sentido mais lógico que isso possa tomar.

O fato de nossa discussão não se apoiar em *aprioris* sociológicos – como, por exemplo, as afetações herdadas do escopo intelectualista que formulou a construção do pensamento científico latino-americano, com todas as implicações históricas, econômicas e sociais definindo o lugar dos discursos e das narrativas produzidas – a saber, os modelos paradigmáticos das Ciências Sociais⁵⁸, oportunamente sistematizados por Lopes (2010) – não significa que o pano de fundo social em que se insere nossa discussão epistemológica não esteja diretamente relacionado com as marcas culturais da evolução de nosso pensamento comunicacional. Muito pelo contrário, é justamente do sêmen desta predominância sociológica (quase autocrata) no encaminhamento dos estudos em Comunicação que retiramos a necessidade de se constituir outra estrutura de pensamento.

Distinguimos as artérias da epistemologia metapórica, dos apontamentos de Lopes, porque esta autora faz uma análise da necessidade de se constituir o objeto da Comunicação à luz do Mercado Cultural, com todas as suas implicações políticas, econômicas e sociais e de atuação do Estado, todas elas vocacionadas a um projeto de desenvolvimento nacional e transnacional, sendo que a troca partilhada de bens e produtos simbólicos e culturais, mobilizada pelos meios de comunicação de massa, é o escopo das mediações por onde se deve avaliar os fenômenos comunicacionais da sociedade atual.

Porém, nosso percurso, para esta nova estrutura de pensamento, não mais vinculada *apenas* às condições exógenas (objetais) da Comunicação-Acontecimento, mas também incluindo os aspectos endógenos (subjettivos) tidos como imponderáveis, que fazem da experiência de comunicação entre o sujeito e o mundo (sob condições sociais, portanto) uma experiência singular intransponível, na medida em que, a cada jogo da relação social, ou da experiência estética mediada pelo mundo, há uma inusitada construção de sentido, um acontecimento, portanto.

A título de uma demarcação mais incisiva, vamos eleger por aspectos endógenos aqueles ligados a um movimento permissivo, agenciado pelas subjetivações do indivíduo, que

⁵⁸ Os modelos paradigmáticos nas Ciências Sociais dos quais se refere a autora são tomados como os três modelos clássicos ou posições teórico-metodológicas “básicas” ou “matrizes” de pensamento: o funcionalismo, o weberianismo e o marxismo, correntes personificadas respectivamente em Durkheim, Weber e Marx.

dão fluxo ao pensamento, ao entendimento, ao próprio processo cognitivo, e que, em última análise, permite a reinvenção de um novo olhar para o mundo e até mesmo a própria descoberta de uma nova sujeição a partir deste movimento. Grosso modo, seriam tipos de afetações que se agenciam de forma singular em cada indivíduo e que, independente de quão comum forem as condições sociais de produção, de mediação e de compartilhamento de sentido, neste único indivíduo esse agenciamento se concretiza de forma *sui generis*.

Foram inúmeras as dúvidas a respeito da pertinência desta discussão para os estudos da Comunicação, uma vez que – conforme já é sabido – reflexões de muita densidade, atinentes a essas pautas, vêm sendo desenvolvidas ao longo da história pela Filosofia, pela Psicologia e também a partir das Ciências da Educação. Mas foi também esta lacuna que impulsionou nossa empreitada, uma vez que, não só é necessário beber de fontes transversais para se travar uma reflexão sobre a singularidade desses movimentos, como também inúmeras pesquisas compreendidas como de Comunicação partiram de analistas que utilizavam da Psicologia, da Sociologia e da Filosofia como eixo de acesso e lugar de cerramento epistemológico.

Desde o contato com os estudos desenvolvidos pelo FILOCOM⁵⁹ – identificado por nossa pesquisa como o núcleo pioneiro no Brasil em desenvolver estudos em Comunicação, utilizando-se de um amplo arsenal conceitual filosófico para se pensar sobre a Comunicação – a trilha desta pesquisa foi sendo delineada pela inquietação de se compreender um pouco mais os movimentos endógenos pontuados agora há pouco. E é por meio desses vieses que buscamos alternativas às dificuldades encontradas na impossibilidade de se utilizar as pesquisas e os estudos já disponíveis para compreender o acontecimento comunicacional, tal como ele é concebido neste projeto.

Inserir um lugar ainda não explorado para uma nova possibilidade de conceituação em Comunicação tem sido a tarefa do FILOCOM há pelo menos dez anos, e consolidar, nesta linha de raciocínio, uma reflexão epistemológica em torno dessa proposta é a audácia do nosso turno.

Sem um atrevimento necessário à diversidade e à universalidade gozada pela Ciência, não arriscaríamos tratar de temas delicados e comumente tributados com exclusividade a seus territórios de domínio. A proposta não é, pois, empreender uma leitura

⁵⁹ Núcleo de Estudos Filosóficos da Comunicação, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

do lado de dentro da Filosofia, (ou simplesmente, filosofar), ou do lado de dentro da Psicologia, mas, a partir delas. Devolver a essas temáticas o protagonismo necessário à compreensão do Acontecimento Comunicacional, desta vez entendido única e exclusivamente porque é/está emaranhado com elas.

Mas a aridez desta empreitada está em utilizar de alguns parâmetros que rompem, de certa forma, com o estágio contínuo da Ciência Normal, na forma como destacou Kuhn, em sua crítica a respeito do modelo descontínuo que reside entre a Ciência Normal e os Surto Revolucionários. Para o espanto de Passeron, para quem as diferenças de raciocínio em geral são travadas entre as Ciências Sociais e a da natureza/lógico-formais.

Na epistemologia metapórica trabalhada por Marcondes Filho (2010), é justamente a noção de acontecimento que vai justificar a lógica da razão durante, uma lógica necessitada de uma forma específica de se proceder – por isso a postulação do quase-método (o metáporo) na realização de pesquisas e investigações em que se discute o conceito de comunicação tal como o proposto pela Nova Teoria da Comunicação.

Um fechamento sobre o acontecimento um pouco menos abrangente do que propõe Marcondes Filho já foi exposto em texto anterior, compromissado com a temática enrustida à nossa investigação. Interessando-nos, por hora, explanar e desenvolver um pouco mais, parte dos termos sobre essa nova forma de proceder, em relação àqueles já explicitados na obra de Marcondes Filho.

Longe de um intuito de se pautar um modelo para o metáporo, mas já inserindo suas características dialéticas - sem uma pretensão de síntese - compreendemos que, assim como a fenomenologia foi entendida como um modo de existência do ser-no-mundo e não propriamente um método, como pretendia inicialmente Husserl, o metáporo, que é orientado por Marcondes Filho a ser encarado como um quase-método, também poderia ser compreendido como uma *maneira peculiar do pesquisador se relacionar com o objeto*. Veremos dentro em pouco algumas dessas peculiaridades.

Apostamos no metáporo como procedimento, porque, esperar dos acontecimentos, em seu puro devir, uma oportunidade para retrabalhar as inovações nascidas das fissuras, não faz avançar a utilização do potencial comunicativo por uma mediação inclusiva – aquela que permite dispor a suscetibilidade de mais pessoas ao impacto dos fenômenos. É preciso inventar formas de permitir a fruição desses acontecimentos.

Não há espaço específico ou restrito para que o acontecimento comunicacional desabroche. Qualquer situação de mediação ou de meditação⁶⁰ está sujeita à ocorrência do fenômeno.

Mas há um questionamento querendo escapular da levitação e da soltura que leva o metáporo a se inserir em qualquer tipo de possibilidade em que o arrebatamento seja possível. A pergunta: é possível considerar lugares, contextos ou situações em que a ocorrência do arrebatamento seja mais provável? Ou seja, há espaços privilegiados, onde possam existir maiores ocorrências de eminência do fenômeno, tal que o metáporo não só seja muito bem vindo, como também, necessário, na medida em que o resultado das transformações de cada sujeito pelo corte comunicativo tanto pode reverberar ideias e produtos posteriormente conhecidos – o que, neste caso, dispensaria uma utilidade direcionada do metáporo, uma vez que o fruto do acontecimento comunicacional se revelará naturalmente – como também pode adormecer ou se trancafiar num baú esquecido em meio às demais tarefas cotidianas, e neste caso em especial, haveria um nicho riquíssimo e inexplorado pelas ciências em que o metáporo pudesse atuar com um relevante protagonismo.

Se considerada esta hipótese como válida, a pergunta derivada é: que espaços, situações, contextos ou ocorrências há mais probabilidades do fenômeno acontecer? Um filme polêmico? Um espetáculo artístico? Um ambiente de aprendizagem? Seriam os contextos de ‘recepção’ artística e os informacionais aqueles com maiores chances da ocorrência do fenômeno? Esta certamente é uma questão que precisa ser melhor compreendida pelo método em construção.

Um metáporo ‘eficiente’ (com o perdão do adjetivo) deve beber das intensidades das experiências do vivido de forma a multiplicar seus efeitos, dando consistência plausível para a mediação e divulgação de sensações outrora fluidas, esparsas e confinadas às grades de um silêncio. Provocar a exacerbação dessas sensações também é tarefa do metáporo, num movimento de deixar-se envolver pela composição intersubjetiva entre pesquisador e sujeitos mobilizados pelo acontecimento comunicacional.

A importância de se descolar a observação para os dilemas vivenciados pelo próprio pesquisador impõe a criação de novas estratégias epistemológicas, ou, diferentemente da visão negativa de *viés*, a busca de uma sustentação teórica cujo objetivo seja comprovar que é

⁶⁰ Mesmo a inflexão, agenciada por um pensamento anteriormente coletor de referências (inputs), por afetos e por devires, é nascente no estado de recolhimento do meio.

impossível a produção do conhecimento destituído de um olhar. Objeto e olhar do pesquisador, neste ínterim, se fundem.

Se é preciso considerar que uma investigação metapórica prescinde de uma experiência ou de algum tipo de envolvimento do pesquisador com o fenômeno observado, as demandas da investigação nascem primeiro no pesquisador ou mostram-se para ele de alguma maneira. Assim, é muito provável que a constatação da necessidade de investigar ou dissertar sobre um acontecimento comunicacional ocorra principalmente pela incidência ou manifestação do fenômeno à percepção do investigador. Não exclusivamente, mas frequentemente.

Porque as vias de construção de uma pesquisa metapórica praticamente envolvem um compromisso passional com a causa investigada. É uma tentativa de acessar o inteligível por meio do sensível.

Mas há muita dificuldade de compreensão, ou mesmo de desvinculação, por parte da comunidade científica, deste liame necessário entre o pesquisador e seu objeto de estudo, das chamadas pesquisas empíricas em Comunicação.

Via de regra, as pesquisas empíricas, ainda distante das amarras neopositivistas, buscam identificar evidências que possam ser comprovadas empiricamente. Em contrário a isto, no metáporo, os procedimentos e instrumentos para a construção de plataformas de excitação sensitiva não reconhecem a necessidade da evidência, porque a evidência é apenas mais uma forma de apreensão do real - proposta que se distingue em natureza e em ideação do que se pretende com o metáporo, que é um procedimento que busca uma especificidade que trafega à margem da (re)produção do conhecimento. Antes, suas vazões são por agenciamentos inusitados, estímulo à criação de um incomum a partir de mesmos, cogitares que se dão *sui generis*, ou, então, enxergando pelas ocorrências mais comuns, pela geração de uma simples afecção que vai estremecer os sentidos de outrem. Tarefa que hoje é primazia praticamente exclusiva da indústria das artes.

Certo é, que a preparação de um terreno para andanças sem um rumo pré-determinado deve passar pela compreensão das bases em que se dá uma pesquisa metapórica. Na publicação *O princípio da razão* durante há reflexões nesta convergência, à luz de conceitos filosóficos e da inspiração a partir da literatura (Proust e Carol). Essas reflexões contemplam a desconstrução de uma lógica arraigada no “aprisionamento” do objeto. O autor

faz a inserção da discussão sobre a possibilidade de arejamento dos procedimentos em pesquisas, trazendo para a composição de seus argumentos algumas das rupturas e atualizações que grandes pensadores trouxeram para o pensamento ocidental. O autor regressa aos princípios científicos da racionalidade e do positivismo para comentar alguns dos exemplos de ruptura epistemológica, como o “surgimento das Luzes no final do século 18” e o “avanço técnico que permitiu os movimentos antimetafísicos” (ibid, p. 229). Vejamos uma dessas análises em relação a uma das Ciências consideradas como duras, a Física:

A virada epistemológica começa a se esboçar no final do século (...), o chamado “caos” vem se sobrepor à ordem, tida durante séculos como princípio inabalável. A partir daí, o caminho para uma nova forma de ver a ciência – aberta, imprevisível, probabilística – estava desbravado. Posição decisiva nesse processo teve o filósofo francês Henri Poincaré, o primeiro cientista a se deparar com os comportamentos caóticos de leis deterministas. (...) Uma nova ciência, marcada pela espontaneidade e pela liberdade, vem concorrer com o saber oficial, caracterizado pelo determinismo e pela racionalidade mecanicista. (Marcondes Filho, 2010, p.231)

Moles (1981, p. 4-5), com observação semelhante, também chama a atenção para a renovação pela qual passou a ciência do século XX, a partir dos avanços na microfísica e o princípio da incerteza de Heisenberg, em que foi possível repensar a tradição mesma da reflexão da ciência, antes apoiada em um materialismo mecanicista tradicional, que tivera noções filosóficas concebidas quando os fenômenos permaneciam na escala do homem.

Foi necessário que a própria ciência exata reconhecesse seu solo instável para que as questões de como se tocar a ciência também fossem repensadas. A esse respeito, Marcondes Filho comenta, em um de seus *Detalhamentos*, que “Método não é uma atividade neutra na pesquisa: nele está embutida uma visão de mundo. Forma e conteúdo da pesquisa são fatos indissociáveis, conforme Hegel: “De maneira geral, constata-se que não há um método universal, nem um método para seguir um método”.

Ao tratar da epistemologia metapórica, Marcondes Filho constrói um cenário propício à reflexão do próprio fazer metodológico e sua relação com os saberes. Porém, de longe, a indagação mais importante inserida na obra é “como estudar os fenômenos da comunicação de massa sob esse ângulo, a saber, sob a perspectiva de um estudo genuinamente comunicacional?”; referindo-se principalmente às pesquisas ensejadas pela sociologia, antropologia, ciência política, etc.

De todos os avanços conquistados até aqui, há alguns tecidos que compõem o pano de fundo de reflexão sobre a Comunicação como Ciência e que nos chama especial atenção. Entre eles, um bastante destacado é a dificuldade de se construir referências próprias ao campo, em lugar de emprestar das demais Ciências o principal arcabouço conceitual de base. Mas nós também notamos que a conjuntura atual de pesquisa ainda insiste por imprimir uma tendência (nos estudos de recepção); assim como em cada época passada prevaleceu praticamente um tipo de pauta ou orientação político-metodológica em torno das pesquisas realizadas. Avaliando por este aspecto, ainda estamos impregnados de discursos e práticas que utilizam da trajetória mais simples da pesquisa, qual seja, a da reprodução e adesão a modismos. Vejamos uma passagem de Kuhn, apontando exatamente tendência.

Já vimos que uma comunidade científica, ao adquirir um paradigma, adquire igualmente um critério para a escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, podem ser considerados como dotados de uma solução possível. Numa larga medida, esses são os únicos problemas que a comunidade admitirá como científicos ou encorajará seus membros a resolver. Outros problemas, mesmo muito os que eram anteriormente aceitos, passam a ser rejeitados como metafísicos ou como sendo parte de outra disciplina. Podem ainda ser rejeitados como demasiado problemáticos para merecerem o dispêndio de tempo. Assim, um paradigma pode até mesmo afastar a comunidade daqueles problemas sociais relevantes que não são redutíveis à forma de quebra-cabeças, pois não podem ser enunciados nos termos compatíveis com os instrumentos e conceitos proporcionados pelo paradigma. Tais problemas podem constituir-se numa distração para os cientistas, fato que é brilhantemente ilustrado por diversas facetas do baconismo do século XVIII e por algumas das ciências sociais contemporâneas. Uma das razões pelas quais a ciência normal parece progredir tão rapidamente é a de que seus praticantes concentram-se em problemas que somente a sua falta de engenho pode impedir de resolver. (Kuhn, 2011, p.60)

Não que esses estudos já tenham atingido sua saturação. Muito pelo contrário. O crescimento das pesquisas empíricas e a qualidade das análises sobre a produção da comunicação mediada, na maioria dos casos (felizmente) ganham dimensões que se traduzem em excelente material de interpretação e compreensão dos modos de produção contemporâneos e de suas relações (de adesão, negociação ou repreensão) do público dos meios de massa. São louváveis essas descrições e crivam um importante diagnóstico para o trabalho das gerações futuras. Nossa crítica em relação à prevalência dessa tendência em uma porcentagem significativa dos estudos em Comunicação no Brasil é que o material epistemológico gerado estará sempre em confluência conceitual, principalmente na orientação dos objetos, demonstrando que apesar da diversidade e pluralidade de possibilidades de nosso tempo, o material de pesquisa para observação de fenômenos adversos aos do circuito dos

meios de comunicação, ficam absolutamente escassos, senão nulificados quase que totalmente.

A sala de aula, por exemplo, espaço representativo de realização da Comunicação é um dos exemplos que navegam fora as produções teóricas corriqueiras, devendo as pesquisas epistemológicas buscar água em outras fontes para compreensão de seus fenômenos.

A linha de pesquisa denominada Educomunicação⁶¹, principal subárea de abrigo das discussões sobre a ‘utilização’ da comunicação (como instrumental ou interface de ação) em espaços de educação formal e não-formal, opera na malha da intervenção, da mediação, de novas implementações e experiências envolvendo metodologias participativas e agentes multiplicadores, tendo a comunicação como uma plataforma de comunhão e relação entre atores, a partir de constantes estímulos ao protagonismo de sua própria história.

Entretanto, as produções calcadas até aqui retratam um amálgama conceitual que recorrem a uma melhor *performance* (ou possibilidades mais viáveis) no âmbito das práticas e das recriações sobre fazeres mediados, em especial os mobilizados pelos meios de comunicação.

Mas o que estamos buscando requer um elenco conceitual mais denso, ou com uma profundidade de campo mais longitudinal em termos de subsídio epistemológico. Para gerar um conhecimento que possa ser objeto de questionamento do ponto de vista da Filosofia da Ciência (ou das Ciências da Comunicação), não apenas construindo novos referenciais de conhecimento, mas também permitindo solo fértil para o cultivo de dúvidas sobre os saberes já instituídos e partilhados pela comunidade científica.

Este é o movimento pela consolidação do campo da comunicação. Aquele que investe na aventura epistemológica, conforme lembrou Martín-Barbero (2008), em entrevista à Revista MATRIZES. A direção apontada por Martín-Barbero naquela ocasião para tal aventura é tal e qual a nossa: “tornar possível outras perguntas que nos exigiam não apenas misturar ingredientes das diversas escolas e disciplinas, mas atrevermo-nos a inventar um outro modo de pensar comunicação”. Com a diferença que a Escola latino-americana de Comunicação vai cunhar este pensamento a partir “da cultura, das culturas, da nossa própria

⁶¹ A Educomunicação, cujo termo sugere a união de estudos interdisciplinares entre Comunicação e Educação, está consolidada na Universidade de São Paulo como linha de pesquisa produtora de conhecimento, inclusive com oferta de curso de graduação.

vida social e cultural”, enquanto que a Nova Teoria vai cunhar este pensamento a partir do acontecimento comunicacional.

Com semelhantes propósitos, não é difícil entrever que as lacunas epistemológicas a um campo são próprias às investigações desbravadoras de novas matrizes conceituais. Esta é nossa forte suposição em relação ao principal desafio das investigações a partir do metáforo, derivada desses primeiros passos.

3.3. Metáporo - um método para descrever o acontecimento

No procedimento metapórico o pesquisador, mais do que realizar uma investigação, meio que se enamora um pouco com ela. Especialmente pela excitante predicação atinente à sondagem do acontecimento comunicacional: partilhar e compartilhar experiências com sujeitos, elas mesmas modificadoras das condições iniciais de cada um. Pura transformação em potência.

Tal caráter de sedução investe o método de uma dupla responsabilidade: deixar transparecer as descobertas da intuição sensível, sem preterir grande parte dos elementos que as convalidam como científicas. Um caminho do meio um tanto quanto desafiador. Alguma coisa entre a ciência e a arte, razão e emoção; uma odisseia de sentidos e de devires que se encerra na medida em que recomeça no sentir e no devir de um outro.

Partilha de impactos arrojados, a consolidação de uma pesquisa metapórica pode jogar com o impensado e deslizar obliquamente da rota severa que o percurso normalmente se dispõe. Por isso um quase-método. Uma tentativa de irromper um objeto sem sufocá-lo, ou sem aprisioná-lo, como diria Marcondes Filho. Um espasmo cuja moldura necessária à divulgação do conhecimento não pode ser hipoteticamente planejada, previamente desenhada, visto que o fenômeno comunicacional é composto de uma perene mutabilidade nascente; tampouco uma moldura despedaçada, sem eira nem beira, que convida a exorcizar seus pecados. Enfim, uma pintura cuja moldura vai se construindo na medida em que o ‘pintor’ experimenta a compatibilidade de seus tons e matizes com a emulação de sua criação. Moldura invisível feita, nem antes, nem depois, mas durante.

A dificuldade de situar a racionalidade acadêmica a um empreendimento deveras empolgante é até justificável. Mas, onde mesmo está escrito? Que essa textura robusta – quase milica – investida às teses, também complacente ao seu já fadado futuro de tédio e sisudez, tão comum aos solitários trabalhos acadêmicos de fôlego, abandonados nas bibliotecas de todo o mundo; onde está escrito que essa textura é a única possibilidade estética de se valer do que se dá à experiência, para se construir referenciais e nortear outras experiências em ato?

Desta forma, não deve ser o metáporo um meio para a experimentação, mas a própria experimentação. E porque é experimento, justificado principalmente por seu modus de ser

originário na fenomenológica (que respeita a relação *sui generis* e afetada do pesquisador com o objeto), deve ser confeccionado a cada tentativa, com um arcabouço estrutural recriado a cada vez, porque o que é constante é maneira com que se volta para a pesquisa e são as condições iniciais de produção que vão levar o fenômeno estudado a circunscrever o pesquisador e seus procedimentos de investigação a uma determinada postura conceitual e operacional, cujos funcionamentos permitam registro, reverberação e transmutação do acontecimento fenomenal em voga.

No caso específico desta tese, a pretensão da experimentação não é a de fazer um mergulho profundo nas águas obscuras e ainda desconhecidas do mar de possibilidades que o *metáporo* ainda está para revelar – e este horizonte certamente é uma grande promessa – mas sim a de reunir conceitos e instrumentos já familiares ao potencial reservado a este tipo de trabalho, na expectativa de consolidar um passo concreto rumo a uma gradativa aplicação cada vez mais necessária às pesquisas de caráter ontológico.

Independentemente do tipo de indagações que norteiam tais experimentos, o que não se pode perder de vista é que o metáporo trafega em torno de uma investidura que requisita para si, como pré-condição de entrada, um jogo com o olhar. O convite a tal manobra óptica será compreendido após as aspas que se seguem.

Abre aspas

São diversos os textos e autores que falam sobre a cegueira ou o vício do olhar. E que para se aprender ou transformar algo é preciso desnudar os olhos dos vícios, estabelecendo a sutil diferença entre as atitudes de ‘ver’ e ‘olhar’. Menções sobre a simultaneidade entre a perfeição da visão, porém com cegueira do olhar, e tantas divagações semelhantes são constantemente retomadas, como por Bosi, Saramago, Barthes. Há ainda menções sobre uma realidade decorada e incorporada (no sentido de memorizada de forma perene), em que seria necessário esquecer tudo o que se sabe se houvesse a pretensão de algum aprendizado, despindo o olhar dos [pré]conceitos, conforme propõe Rubem Alves⁶². Outra proposta é a de Von Foster, referindo-se à disfunção do olhar, ressaltando que, ainda pior do que não ver, é a situação de não ver que não se vê.

Os enganos da visão são apresentados de outro modo por Bachelard (1986) [nota], em sua crítica sobre o ‘vício de ocularidade’, ou ‘ocularidade intelectualista’, indicando que a

⁶² Na obra “A escola que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir”. Campinas-SP: Papirus, 2005.

contemplação e o ócio como processo reflexivo retira da imaginação a riqueza do aspecto dado pelo labor investido ao manuseio da matéria e que promove a ‘imaginação material’. A outra forma de imaginação, simplesmente contemplativa, Bachelard chama de imaginação formal. Segundo ele, a imaginação formal traz a caracterização da filosofia ocidental, muito pela herança da Grécia antiga, em que “o pensar é sempre entendido como uma extensão óptica, a visão exercendo forte hegemonia sobre os demais sentidos”, e ainda mais, que “esta hegemonia da visão está, sem dúvida, vinculada à desvalorização do trabalho manual”. Em vez disso, Bachelard se entrega à constituição da imaginação material, que também permite ver com as mãos, numa ocasião de ação manual criadora, mão obreira do trabalhador-artista, que confere autonomia à imaginação, a partir do embate entre forças humanas e forças naturais – da resistência da matéria, contra a matéria primitivamente rebelde – e em lugar do dualismo sujeito/objeto, suplantaria o dualismo energético matéria/mão.

Tal proposição põe o olho e a visão em outro lugar, e a percepção (visual) dá espaço à imaginação criadora.

Não apenas em Bachelard como nos demais pensadores, cada digressão que põe em xeque as questões da visão ou do olhar, põe à deriva o questionamento sobre atitudes viciadas, reproducionistas. O jogo do ‘olhar’, ou, a manobra óptica, é esse convite mesmo, de se destituir dos fazeres viciados, preparando o empreendimento a partir de um novo corpo, ou, de um novo olho.

Porém, em nosso projeto, em lugar de radicalizarmos o empreendimento a partir de um concreto absolutamente inusitado, arriscamos um tipo de experimento metapórico, considerando todas as dificuldades de uma proposição desafiadora a partir de um delta zero.

Talvez por isso filósofos falem sobre Tratados de **Reforma** do Entendimento (Como Espinosa, Hume e Hegel) e Edgar Morin também fale de uma **Reforma** quando de sua proposição para mudanças no ensino da França. Termo visto com certos preconceitos pela academia, a **Reforma** trata de corrigir o que ainda pode ser melhor, sem preceder do que já foi conquistado pelo acúmulo de esforços. ‘Queimar’ etapas ou conhecimentos já consagrados, exterminando por completo o que já se possui, não é apenas um processo de ruptura científica, mas também uma tarefa simbolicamente violenta.

Por outro lado, brincar com a experimentação do vôo (o vôo metapórico) sem prescindir das passagens pelo solo também é jogar com o olhar, aventurar-se com ele, para

que se possa alçar vôo com o auxílio da corrida de impulso pela superfície firme. Assim, céu e chão se encontram no sonho da experimentação do vôo, permitindo todo o vôo do horizonte como um caminho do meio, que exige o solo na partida e na chegada. Neste jogo de manobra óptica, em que o olhar está soldado ao corpo que experimenta o salto e alcança o vôo, a mudança da perspectiva viaja agora flutuante, vendo as velhas coisas e até as não conhecidas por outra perspectiva e por uma outra sensação, solta, leve e ao mesmo tempo completamente preenchida (pelo êxtase orgástico), que, levada pelo vento, faz o corpo e o olhar levitar, no metafórico, e no concreto por algum tempo, para que, ao retornar ao chão, transite pelas velhas coisas já com um duplo olhar, o que já era conhecido pelo compartilhamento mediado pelo mundo e o singularmente experimentado como acontecimento no caminho do meio. Jogo, manobra e audácia experimental que encarnam o metáporo como uma possibilidade.

[Fecha aspas]

3.3.1. Um ‘método’ fenomenotécnico?

Da fenomenologia, o metáporo toma de empréstimo a tentativa de apreender as coisas como elas se dão a perceber. Um ‘voltar-se’ às coisas mesmas, de Husserl, mas com a contribuição melhorada de Merleau-Ponty e Heidegger, em relação à percepção a partir de um lugar do ser-no-mundo, na assertiva de que os fios intencionais nos ligam ao mundo.

Porém, a despeito do que estima o projeto fenomenológico, que lapida a ontologia do Ser Bruto de Husserl para uma ontologia do Ser Perceptivo em Merleau-Ponty e que, ainda assim, preserva a noção de interioridade sensível, compreendida como consciência perceptiva, o metáporo, enquanto experimento de pesquisa, no âmbito específico desta pesquisa não pode ser considerado como um método absolutamente fenomenológico, primeiro, porque admite que há um hiato entre a experiência/acontecimento e a reversibilidade de seus efeitos (a contra-efetuação), e depois, porque o caminho de acesso ao sentido já não é mais o mesmo (o mundo do vivido e o mundo da existência), mas sim o impacto do sentido (acontecimento), no mundo vivido e no mundo da experiência, como uma nova reverberação, desdobramento e proliferação de novos acontecimentos, na medida em que o ser é/está comunicante no mundo.

Inserir a mediação, que já não é mais o mesmo, é outro sentido lançado ao continuum como possibilidade de comunicação.

Assim, trabalhar os acontecimentos em sua erupção, sugere uma relação interativa entre o ‘objeto’ e seu talhador, entre o fenômeno e o pesquisador; entre a percepção e a criação. Porque se o acontecimento se acomodar no espaço do puramente sentido, não há razão de ser de um trabalho que tenciona um re-criar, fadando o acontecimento a se situar no campo invisível do pensamento, da inflexão, e da afetação experimentada. É experiência fenomenológica em seu estado primeiro. Porém, já relatada, deixa de ser efetuação e passa a potencializar uma contra-efetuação.

Por outro lado, Bachelard (1996) nos ilumina, criando o conceito de fenomenotécnica, segundo o qual “fenômenos novos não são simplesmente encontrados, mas inventados, construídos em todas as suas peças.” Tal encaminhamento, assinalado por Hypolite aponta que a fenomenotécnica, que instaura fenômenos, se contrapõe à fenomenologia, que apenas pretende descobri-los. “A fenomenotécnica é mais que desocultação realizada por um olhar fenomenológico atentíssimo: porque tecné, é também comprometimento da mão que, manipulando, responde às provocações do mundo. É demiurgia científica”.

O devaneio bachelariano, entre aspas, ‘resolve’ a questão do represamento e da intangibilidade do acontecimento, porque encaminha as inquietudes e os cortes comunicacionais para uma explosão criativa, guiada por um onirismo ativo, realizada a partir do manejo (ou da manualidade) de um produto em que se pese o reino da estética, e a técnica como arte. Como na figura do artesão, que esculpe e modela sua obra, imprimindo nela todo seu *ekstase*, numa atitude dinâmica e transformadora. A partir do enfrentamento cerrado entre a mão operante do artesão, instrumento da vontade de poder e da vontade de criar, e matéria manejada.

Esta talvez seja a figura apropriada ao metáporo. A consolidação sistemática (o artesanato) realizada pelo pesquisador, a partir do recolhimento descritivo de fenômenos e a construção de uma plataforma de mediação, de um produto que os ponha a nu, para novas proliferações.

No caso específico de nossa proposta, o relato autobiográfico como expressão surtada do acontecimento foi o subsídio escolhido (argila de nosso ‘artesanato’), a partir dos quais serão organizados escritos posteriormente ‘materializados’ na forma de um livro. Na esteira de proliferações possíveis, lembramos mais uma restauração de Chauí, a respeito do quiasma de Merleau-Ponty, situando que “uma obra não é coisa nem ideia, não é fato nem

representação, não é dado empírico nem posição intelectual, mas ‘uma maneira ativa de ser’ que a faz criar, de dentro de si mesma, a posteridade vindoura de seus leitores-interpretas”. (Chauí, 2010, p.34)

O delineamento metapórico, banhado ou não pela fenomenotécnica (que é uma opção feliz, exclusivamente desta proposta, haja visto que o projeto metapórico do Filocom é muito mais amplo), ainda será explorado um pouco mais amiúde nos tópicos seguintes. Contudo, é mister reiterarmos que não se pode considerar o metáporo como um método, porque ele não deve ser desenvolvido a partir de um roteiro e de um esquema; e também porque ele sempre partirá de uma ou mais hipóteses cujas respostas nem sempre são a priori averiguáveis. É no encontro da subjetividade com o compromisso científico que o metáporo se faz possível. Nem fenomenologia, nem método. Uma forma de proceder da investigação que busca descrever acontecimentos (comunicacionais), fazendo desta sistematização de dados, recolhidos pelos sentidos “desarmados” um estratagema; um poro, para novas ou outras passagens.

3.4. Práxis ou operacionalização do metáporo

Pela novidade conceitual, e até mesmo pela incipiência de seu *status* consolidado até aqui, seria interessante *especular* o metáporo de uma maneira que pudesse ser didaticamente proveitosa. Questões sobre como ele se caracteriza e como pode ser feita sua operacionalização, já que é um experimento, são perguntas frequentes em polos de discussão e debate nos círculos científicos.

No sentido de acrescentar perspectivas que tocam o aspecto mais tático e prático do envolvimento com a metaporia, traçamos alguns aforismos em torno desse experimento, a fim de esboçar um cenário que permita visibilidade sobre como trabalhar a pesquisa a partir desta “lógica”.

3.4.1. Características da (sensório) razão metapórica

- Fazeres metapóricos são procedimentos de pesquisa que imprimem uma postura diferenciada diante do objeto (qual seja?). O objeto não é estático, não é sequer um ‘objeto’, na forma convencional como quer a ciência (objeto em oposição ao sujeito), porém, ainda assim é “O” objeto fundido ao ser, na forma como propôs Merleau-Ponty, para quem o ser no mundo é um Ser de indivisão. Portanto não há a isenção requerida pelos métodos que buscam “evidências”; não procura ocorrências que possam ser reproduzidas, principalmente porque toma como licença algumas características do procedimento fenomenológico, em que cada acontecimento e cada coisa é cada qual uma única vez;
- Não é um meio de realizar um experimento, mas é o próprio experimento; por que o Ser indiviso não realiza experiência, ele é experiência;
- Prescinde de uma vinculação direta com a Comunicação-acontecimento (ou com o acontecimento comunicacional), na forma como descrita pelo Filocom; (talvez, futuramente, outras disciplinas das Ciências Humanas e Sociais possam se interessar por realizar experimentos na lógica metapórica e na razão durante. Cada qual deve acomodar suas demandas, prescindir e permitir cortes por outras direções; já que a composição seminal do metáporo seja justamente a de não ter uma rota previamente definida, posto que é um procedimento em permanente latência e estado nascente;
- Sendo um procedimento que pode funcionar, ele próprio, como instrumento de excitação da experiência estética, para que potencialize novas oportunidades de afecção e para que sirva, ao mesmo tempo, como caminho investigativo e plataforma de mediação de narrativas que promovam novos “acontecimentos”, é interessante que a representação de um ou mais acontecimentos possa ser construída em conformidade com os objetos estéticos. Assim, seria recomendável materializar a enunciação, o registro e a veiculação pós-experimento de maneira

a contra efetuar novos acontecimentos. Dito de outra forma seria recomendável que a consolidação/mediação das constatações no percurso metapórico pudesse levar em conta a construção/criação de um produto estético capaz de eclodir-se junto a percepções ainda não experimentadas, reengendrando novos agenciamentos a partir do continuum atmosférico mediático.

Investir nos poros

- Criação/Invenção de técnicas de reverberação para multiplicação de sensações e partilha das experiências no campo do sensível.
- Dar expressão ao objeto, uma vez que não se pode apreendê-lo.
- O pesquisador vai encontrar limites na observação, pois, nem tudo pode ser observado. É difícil trazer para o metáporo categorias menos abstratas, como índices, medidas, uma vez que o substrato do acontecimento é sempre singular.
- Prescinde como categoria taxonômica o simples descrever (podendo entrar em choque conceitual se escolhidas as categorias de analisar, compreender, explicar).

3.4.2. O projeto ético metapórico – alguns fios intencionais

Diz-se que quando um trabalho acadêmico burla ou não atende às regras da ABNT⁶³, está agindo fora da forma e conseqüentemente da ética prevista pelos cânones. Porém, se o caso é uma apresentação que foi alterada a partir de um propósito maior e ela tiver uma estética coerente à ética interna da proposta, nestes casos o trabalho é considerado inovador e criativo.

Da mesma forma, aos poucos se admite que um outro tipo de obra tome a cena principal no teatro acadêmico: respeitadas as devidas apropriações e vínculos originários à disciplina em questão, composições musicais e peças dramatúrgicas já são admitidas em lugar de rugosos estudos teóricos. É a primazia da diferença dando sinais cardíacos, que além de esbanjar inovação no conteúdo, aos poucos também vão ganhando a dimensão da forma, ruminando uma cultura que milita pelo inédito e pelo original, mas que sequer pode requisitar um pulso, porque não se atreveu a injetar sangue vivo em sua veia coronariana. Todavia são

⁶³ Associação Brasileira de Normas Técnicas, que é o órgão responsável no Brasil pela normatização técnica. As NBRs que dispõe de regras para formatação desses trabalhos são as NBR 6023; NBR 6027; NBR 6028; NBR 10520; NBR 12225 e NBR 14724.

sinais vitais ainda esparsos, porque a primazia continua sendo da tradição, da repetição e do sangue pisado.

Na prática, essas diferenças já são experimentos metáporicos, porém ainda não identificados como tais porque pouco ainda se tem consolidado sobre a epistemologia metapórica em termos de categoria conceitual. É que a correspondência dessa ética com sua estética seguem um rumo avesso ao que poderia supor a ciência.

Considerando a suscetibilidade dos experimentos metapóricos a uma proposição estética outra, é natural que haja um delineamento ético de seu procedimento.

Em primeiro lugar, é preciso que se esclareça os valores atinentes aos entes participantes do jogo investigativo: não mais com o sujeito deitando seu olhar sobre o objeto, mas, antes, extraindo de seu objeto de estudo componentes constituintes de sua subjetivação, daí portanto um movimento que, prioritariamente, sai do objeto e vai ao sujeito; ou então, do sujeito ao sujeito (no caso de estudos sobre a alteridade como constituinte subjetiva). Em qualquer caso, sem o esquecer dos valores em relação à forma como agenciar o atrito entre eles.

Deste movimento, entre o acontecimento (objeto) e sua ‘talhação’ (investigação), importa mais o processo que o resultado. Importa a afetação experimentada pelo investigador e como ele bota isso a perceber.

Na esteira deste entendimento, justificado por uma atividade de cunho ontológico, exaltar o sujeito na pesquisa é considera-lo não mais como um mero observador do objeto (distanciado, portanto), mas envolvido com ele. É incluir a subjetividade como talha primeira.

É a partir de uma plataforma midiática estética experimental que o metáporo recria. Com todo o direito de exercício que a prática da polissemia de sentido pode tomar. Recriar no metáporo é, não apenas o sentido de se criar de novo, e o ‘de novo’ aqui pode exprimir o sentido de outra vez, um sentido de se começar de novo (permitir fruição a um novo acontecimento), mas também o sentido de estar envolto em um criar-se duplamente. A cria da cria, em que, cada uma, apesar de recursivamente depender de um acontecimento gerador, é sempre um diferente e singular.

Entendendo melhor este ‘objeto’ de materialização do acontecimento, chamamo-lo de plataforma, porque as construções a partir do acontecimento comunicacional podem

assumir inúmeros formatos materializados, tanto uma instalação, como um ensaio fotográfico ou uma narrativa ficcional; plataforma seria o equivalente a dizer um produto, com a diferença de que o termo produto traz uma carga ideológica e econômica absolutamente desvinculada da proposta dos experimentos estéticos no metáporo, porque é justamente por estar vinculada a uma proposta do ambiente universitário (deslocado, portanto, do mercado) que tal procedimento se diferencia dos produtos artísticos e culturais, pois estes últimos não raro objetivam reconhecimento e/ou quantia capital. Em pesquisas de iniciação científica, os blogs e outras plataformas das redes sociais são absolutamente interessantes, em face da intimidade dos jovens com essas mídias, e, nos ambientes de ensino, as práticas epistolares, exercício de ‘diários de bordo’ e criação de *performance* por alunos a partir de suas sensações e afetações no ensino são possibilidades de ‘movimentação dos acontecimentos’, que devem sempre buscar exposição e oportunidades de reverberação. É exatamente por isso que incluímos o experimento como midiático. No momento em que há uma organização para se dar a perceber ‘os acontecimentos’, esta estratégia de compartilhamento passa a ser objeto mediado.

Estética porque se constrói a partir de acontecimentos traduzidos em objetos amalgamados para tradução a partir da percepção e do sensível.

Se o paradigma estético da modernidade de certa forma projeta os aspectos de ordem cultural, histórica e econômica, diferentemente do passado, em que eram considerados os aspectos míticos, étnicos e religiosos, então, como ficam os valores éticos da construção de uma plataforma midiática estética metapórica experimental (P-MEME)?

Desvinculados de uma função social, econômica ou histórica. Os valores de uma produção no metáporo obedecem a outra lógica porque procuram extrair do ‘demasiadamente humano’ as paixões e os afetos, apenas no intuito de facilitação das afecções e excitação do cogitar. É a lógica metapórica mediando a missão ontológica do ser.

3.4.3. Mediação do acontecimento comunicacional e a educação estética = usos

Apesar da ética metapórica situar-se em um campo aberto, de encenação de possíveis, trabalhamos de partida com a hipótese prospectiva de que há, incontestavelmente, pelo menos dois caminhos a serem seguidos pelo experimento metapórico: a) um primeiro, como aquele que tenta transformar a mudança do sujeito nele mesmo causada pelo

acontecimento, numa estrutura de reverberação tal que as vibrações doloridas ou orgásticas possam ser, se não traduzidas, pelo menos transcritas para o campo do dizível, para que possam (ou não) ser extrapoladas e empreendidas, a partir de outros afetos, em novas relações fruitivas que a ambiguidade da obra aberta permite; e b) um segundo – situado a partir de uma perspectiva mais facilmente identificável – que, da condição do sujeito imerso no contínuo atmosférico midiático, afetado pelas informações mediadas por essas estruturas (jornal, cinema, interação na rede, etc.), se possa fazer uma espécie de memorial descritivo em relação a esses acontecimentos, permitindo que o ‘recolhimento’ dessas afetações estejam disponíveis como insumo ao campo da comunicação, tanto como subsídios para alimentar estudos sobre análise de conteúdo, agenda setting, estética da cultura de massa, quanto para uma meta-reflexão sobre a produção e seus *modus*, possibilitando extrato para compreensão da mediação na contemporaneidade, sob qualquer que seja o ponto de apoio, pois seriam recolhimentos de interesse cabível a qualquer perspectiva de análise (cultural, político, histórico, social, etc.).

Fiapos epistemológicos

Eu quero uma ciência que me mostre o caminho para que dele eu possa me desviar;

Quando bem entender.

Eu quero uma ciência que amordace a minha (des)ordem

Quando já não restar mais nada o que amordaçar;

E que, com toda a sua violência,

Arranque de mim o medo de errar

Eu quero uma ciência que aceite os meus arrepios como instrumentos,

Para que eu cave de dentro para fora as questões que os métodos não aceitam;

Para que eu rasgue esses tecidos envelhecidos pelo tempo; e organize

Com os fiapos e os retalhos, uma grande obra de arte!

Eu quero uma ciência que me deixe com sede quando eu precisar beber,

Porque senão nunca acharei uma mina.

Um retalho solto ao vento é como uma grande ideia não anotada ou uma cena inesquecível
escapulida da dramática imortalização do caleidoscópio.

Um vento bate querendo soltar de mim alguns de meus retalhos.

Abrir todas as prisões do ser para que o humano
tenha todos os devires

Gaston Bachelard

4. A escrita de si e a narrativa biográfica como possibilidades do quase-método

O objetivo desta etapa do trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a validade da narrativa biográfica como uma ferramenta possível ao levantamento de subsídios para pesquisas pelo viés do metáporo.

4.1. Relato: representar o irrepresentável

A narrativa de um arrebatamento é um liame significativo entre o pesquisador e a postulação de um acontecimento comunicacional, na medida em que os relatos (a enunciação e o expresso) podem encarnar a figuração de um sentido vivido, possibilitando a reconstrução desse sentido pela experimentação do sensível. Ainda que, reconstruído como ‘estado de coisas’ disponível à mediação, já seja outra coisa. É que apreender pelo exprimível aquilo que foi sentido por um sujeito, na melhor das hipóteses, pode engendrar no ‘receptor’⁶⁴ novos acontecimentos.

E ainda que esse ‘estado de coisas’ materializado já não conserve a ‘vibração’ do arrebatamento em seu instante de estupor, essa disponibilidade em agenciar novos sentidos potencializa a proliferação de acontecimentos, cujo efeito pode ser ainda mais transformador do que o efetuado no estado de origem.

Mas a questão da perda da vibração do instante é polêmica e pertinente a esta discussão, porque, qualquer forma de registro ulterior (o resultado de uma pesquisa, por exemplo), já será um relato (que é a narrativa do fato) e neste caso, sempre será representação⁶⁵, ainda que as notações sejam empenhadas pelo próprio sujeito experimentador do acontecimento, ou mesmo em outros casos em que o recolhimento pelo metáporo de depoimentos de quem vivenciou o acontecimento possa se fazer produto.

⁶⁴ Idem à nota número 22 .

⁶⁵ Os estudos de representação estão mais circunscritos aos campos da análise do discurso e da semiótica, em qualquer caso sempre tangenciando o aspecto da linguagem.

A discussão é relevante porque qualquer tipo de registro ou uso de plataforma de veiculação ficará situado no campo da representação. E mesmo que sua recuperação seja realizada a partir da memória (como é o relato ulterior) já haverá uma perda de essência. Hume (1984), dissertando sobre a origem das ideias em *Investigação sobre o entendimento humano*, admite que qualquer situação que esteja fora da percepção dos sentidos no exato instante do vivido, já não mantém a mesma vivacidade do momento perceptivo.

Todos admitirão sem hesitar que existe uma considerável diferença entre as percepções da mente quando o homem sente a dor de um calor excessivo ou o prazer de um ar moderadamente tépido e quando relembra mais tarde essa sensação ou a antecipa pela imaginação. Essas faculdades podem remedar ou copiar as percepções dos sentidos, mas jamais atingirão a força e a vivacidade do sentimento original. O máximo que podemos dizer delas, mesmo quando operam com todo o seu vigor, é que representam o seu objeto de maneira tão viva que quase se poderia dizer que os vemos ou sentimos. (Hume, 1984, p.138)

Mas o pressuposto – de que a partir desses relatos, novos acontecimentos possam se desdobrar e até mesmo suplantar, em sensibilidade e transformação, o acontecimento primeiro – distancia-se um pouco do valor atribuído por Hume à representação, já que este autor considera o ‘estado natural’ inatingível em sutileza pelo objeto da representação:

Todas as cores da poesia, por mais esplêndidas, jamais poderão pintar os objetos naturais de tal modo que a descrição seja tomada por uma verdadeira paisagem. (...) Quando refletimos sobre os nossos sentimentos e afeições passados, o nosso pensamento é um espelho fiel e copia com exatidão os objetos; mas as cores que emprega são opacas e esmaecidas em comparação com as de que se revestiam as nossas percepções originais. (id, ibidem)

Porém Bachelard (1988), o mentor do devaneio, quando fala do poeta, diferentemente de Hume ao tratar da obra do pintor, está de certa forma falando do autor do acontecimento que prolifera acontecimentos: “O devaneio poético é sempre novo diante do objeto ao qual se liga. De um devaneio a outro, o objeto já não é mais o mesmo, ele se renova, e esse movimento é uma renovação do sonhador”; completado por: “Uma espécie de cogito múltiplo se renova no mundo fechado pelo poema”. Ou ainda: “Ajudados pelo poeta, como despertamos dos sonos da indiferença!”, ou em: “Sim, realmente sonhamos quando lemos”.

Então, à nossa concatenação cabe surrupiar este último encaminhamento, compreendendo a expectativa de que alguns dos acontecimentos vivenciados de forma subjetiva e singular pela pesquisadora, relatados neste trabalho, *serão divulgados em forma de livro*, permitindo assim, uma plataforma que poderá (ou não) reconduzir novos acontecimentos comunicacionais. Porque, se o aspecto *sui generis* da vibração no acontecimento é o diferencial na Teoria do Acontecimento Comunicacional, a interveniência acadêmica (a pesquisa *stricto sensu*) pelo metáporo, tal como procedimentos de sondagem e recolhimento (de relatos) desses arrebatamentos, é o que permite a fruição de novos cogitares, alimentando assim o fluxo de produtos cujas interfaces podem promover novas experiências estéticas.

4.2. A escrita de si

Várias características fazem do relato uma expressão de experiência do metáporo. A primeira delas é a constituição do sujeito para quem a escrita de si é devotada. A compreensão desse movimento pode ser melhor entendido pelo que foi chamado de os *hypomnemata* – uma espécie de registro de notas que constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas e que ofereciam-nas assim, qual tesouro acumulado, à releitura e à meditação ulterior. Os *hypomnemata* e a correspondência foram formas de registro que apareceram nos séculos I e II e que foram retomados por Foucault (1992) para explanar sua elaboração sobre a peculiar constituição do autor pela escrita de si.

Apesar de uma acepção técnica outra⁶⁶, seu uso como livro de vida e guia de conduta parece ter-se tornado coisa corrente entre um público cultivado. Neles eram consignados citações, fragmentos de obras, exemplos e ações de que se tinha sido testemunha ou cujo relato se tinha lido, reflexões ou debates que se tinha ouvido ou que tivessem vindo à memória.

Mas engana-se quem julga de antemão que os *hypomnemata* são meros auxiliares de memória. Muito pelo contrário, como ressalta Foucault, não são eles destinados a substituir-se à recordação porventura desvanecida, mas, antes, equipamentos de discursos a que se pode recorrer e deles dispor “à mão”. Da mesma forma, equivoca-se quem julga os *hypomnemata*

⁶⁶ “Na sua acepção técnica, os *hypomnemata* podiam ser livros de contabilidade, registros notariais, cadernos pessoais que serviam de agenda.” (Foucault, 1992, p.131)

como diários íntimos ou “narrativas de si mesmo” que intentam a confissão, com objetivos de purificação. O movimento que visam efetuar é inverso desse: trata-se, não de perseguir o indizível, não de revelar o que está oculto, mas, pelo contrário, de captar o já dito; reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si. Afinal, são as leituras, referências de citação e ideias anotadas que constituem a própria identidade do escritor, mediante essa recolção das coisas ditas.

Foucault, inspirado em pressupostos estoicos (Sêneca, Plutarco) acredita que:

É a própria alma que há que constituir naquilo que se escreve; todavia tal como um homem traz no rosto a semelhança natural com os seus antepassados, assim é bom que se possa aperceber naquilo que escreve a filiação dos pensamentos que ficaram gravados na sua alma. Pelo jogo das leituras escolhidas e da escrita assimiladora, deve tornar-se possível formar para si próprio uma identidade através da qual se lê uma genealogia espiritual inteira. (Foucault, 1992)

Então, é de se esperar que a escritura de um relato como movimento de expressão no metáporo atue com dupla intervenção: a de recolher essas gravuras da alma, representativas de uma constituição de si – recorte a recorte se assentando pela prática reflexiva – após o que, já transcritas, permitam nova fruição no papel de um terceiro, ou seja, o leitor.

Assim, o texto do relato lança mão de procedimentos de registro que, na pretensão de cartografar o acontecimento, pode promover rearranjos, tendo em vista que, ao relatar o ocorrido, o relator revisita suas memórias e notas, porém, sendo ele próprio já um outro. De forma que o registro do relato vai servir como duplo operador de novos acontecimentos: tanto no sujeito relator quanto ao convidado às suas leituras.

A potência de se trabalhar com a organização desses relatos no âmbito da autoria autobiográfica é que a cada recolhimento do sujeito em digressões e fragmentos de si outrora anotados para transformá-los em discurso, preenche-se lacunas ou compreende-se melhor equívocos que o relator, num momento temporal anterior, deixou em suspenso. Constituição e reconstituição de si, portanto.

4.3. Relato biográfico

Apesar de haver um oceano inteiro de peculiaridades entre o acontecimento e sua enunciação, a narrativa biográfica é uma das formas possíveis no metáforo de se lançar, ao continuum midiático, as experiências do sensível. Principalmente porque há um valor preponderante da escrita do eu como objeto estético.

Mas a prática biográfica é um instrumento que não goza de reconhecimento com *status* científico ou que possa ser identificada como subsídio de pesquisa, ainda que haja técnicas como história oral e algumas configurações de etnografia que se assemelhem muito ao relato biográfico.

E se contar uma história de vida pode significar uma práxis realizada com arte, porque exige uma intervenção subjetiva em que se pese o despertar do sensível sublimando o inteligível, mesmo na literatura, seu campo afeto, ela permaneceu fora do cânone durante muito tempo.

A intervenção subjetiva, extraindo da intensidade de outrem ou de si próprio o néctar que dá sabor aos agenciamentos entre o eu e o mundo da experiência, deve utilizar de metáforas e nuances de hecceidades a tal emprego, e isto certamente vai esbarrar na imprecisão – fator que contraria a palavra de ordem do discurso científico.

Por isso, o relato biográfico tem um certo quê de caminhar à margem da ciência, e com muito esforço por parte de pesquisadores, tem alcançado algum espaço como gênero literário. Se bem que, a partir da expansão das subjetividades na rede, as tentativas de se construir conhecimento pelo viés e perspectivas do eu tenham ganhado mais força.

Em meio a tantas formas de relato, entendemos que o metáforo poderia se valer também de instrumentos vizinhos, como diários, memórias e ensaios para validar a mediação do acontecimento, bastando sistematiza-los à partir do procedimento metapórico. Na França e Espanha milhões de pessoas mantem diários; é uma prática de massa.

Mas para se valer de qualquer relato, é preciso conhecer as características do gênero para o qual o relato vai se transportar. Entre biografia e autobiografia, por exemplo, há distinções muito bem demarcadas, porque se a autobiografia constrói a noção de identidade, na biografia o que há é uma semelhança, como numa cópia autenticada.

A pesquisa que ora trabalhamos, a consolidação pela via da autobiografia foi privilegiada por dois motivos: 1) para se chegar o mais próximo possível do efeito no

acontecimento, ou seja, a representação do acontecimento comunicacional relatada por quem o vivenciou, sem interceptadores e 2) depois porque o registro de acontecimentos em outrem (biografia, por exemplo) sugere um jogo entre o eu e o tu com tantas redobras de subjetividades, que implicaria incluir em nossa pesquisa, componentes conceituais comprometidos com a alteridade, o que expandiria por demais a pretensão deste trabalho.

De acordo com Lejeune (2008), umas das características que distinguem a autobiografia de outros gêneros parentes no relato (como a biografia e a autoficção), é o pacto estabelecido entre leitor e escritor, pois a autobiografia, de saída, requisita para si um comprometimento entre as partes.

Quando você lê uma autobiografia, não se deixa simplesmente levar pelo texto como no caso de um contrato de ficção ou de uma leitura simplesmente documentária, você se envolve no processo (...) De outro lado, ao se comprometer a dizer a verdade sobre si mesmo o autor o obriga a pensar na hipótese de uma reciprocidade: você estaria pronto a fazer a mesma coisa? E essa simples ideia incomoda. (Lejeune, 2008, p.74)

Esta reciprocidade é o que talvez potencialize ainda mais a ocorrência de um novo acontecimento comunicacional, uma vez que, desnudado diante do leitor, o autor relata seus acontecimentos de maneira a dizer: eu sou esse texto, esse é o nosso contrato da verdade. Assim, uma autobiografia suscita, segundo Lejeune, um novo modo de leitura. Acrescentaríamos, ainda, que ela exige uma afetação aproximada das subjetividades tangentes entre narrador e relator.

A aproximação ou outra forma de identificação é o possibilitaria a existência de um pacto? Por que alguém escolhe ler uma autobiografia? Com que critérios? São questões que para nós, do ponto de vista da fundamentação, ficarão em aberto. Especialmente porque não estamos lidando com um estudo de gênero sob um matiz literário.

Entretanto, a questão do pacto é preponderante nas autobiografias porque é esperado que o relator identifique o objetivo de sua narrativa.

Ao fazer um acordo com o narratário cuja imagem constrói, o autobiógrafo incita o leitor real a entrar no jogo dando a impressão de um acordo assinado pelas duas partes. Mas sabe-se que o leitor real pode adotar modos de leitura

diferentes do que é sugerido e sobretudo, muitos textos publicados não comportam nenhum contrato explícito. (...) Enfim, é preciso admitir que podem coexistir leituras diferentes do mesmo texto, interpretações diferentes do mesmo contrato proposto. O público não é homogêneo. Os diferentes editores, as diversas coleções se dirigem a públicos que não são sensíveis aos mesmos signos, nem julgam segundo os mesmos critérios. (Lejeune, 2008, p.57)

Em uma das inúmeras definições (porque muitas vezes revisitadas) de Lejeune, a autobiografia designa, no sentido amplo, qualquer texto redigido por um pacto autobiográfico em que o autor propõe ao leitor um discurso sobre si, mas também uma realização particular desse discurso, na qual a resposta à pergunta “quem sou eu”? consiste em uma narrativa que diz: “como me tornei assim”.

Por isso, para tentar desvendar a propriedade técnica da narrativa biográfica e sua inserção no relato autoral, iniciando assim, outro apêndice de trabalho às pesquisas sobre o acontecimento comunicacional, serão percorridos alguns apontamentos sobre como esta construção se dá no relato biográfico. Não a partir do lugar do sujeito, porque “o lugar do sujeito é um lugar que tem que ser constantemente reaberto, pois não existe qualquer sujeito por detrás do ‘eu’ que é posicionado e capacitado para se identificar a si mesmo naquele espaço discursivo: o sujeito tem que ser reconstruído em cada momento discursivo de enunciação” (Cf. Coward & Ellis, 1977, p.133, apud Rose, p.149); a partir dos movimentos que suscitam essas constantes construções, portanto.

4.4. Subjetividade e olhar do pesquisador diante do relato

Há uma inquietação que atravessou as nuances do nosso projeto e que se fez propulsão para a chegada à autobiografia como procedimento metodológico adequado à realização da pesquisa no metáporo. Essa inquietação, quase um desconforto à entoada científica, dizia respeito a como realizar uma investigação com a pretensão de cartografar um plano de imanência que é do outro, cujas vibrações só podem ser percebidas no momento e exatamente da maneira como o sujeito do acontecimento percebe. Por este pressuposto, o relato do acontecimento em sua duração, pelo sujeito da experiência, seria o mais próximo que se conseguiria chegar em relação à vibração sob a qual o sujeito teria se constituído. Como em um renascer para um novo olhar. Por essa óptica, os limites e possibilidades de

renderização do sujeito deveriam ser totalmente dissolvidos, uma vez que somente o eu do si-mesmo (o self) é capaz de compreender a plenitude do sentido dado pelo acontecimento.

Rose⁶⁷, citando Haraway, destaca que o eu não deveria ser investigado como um espaço contido de individualidade humana, limitado pelo envelope da pele. O mesmo autor, citando Benveniste, também defende que o eu, como sujeito de enunciação, forma um *locus* de subjetivação, criando uma “posição de sujeito”, um lugar no interior do qual um sujeito pode surgir. Porém, a visão de Benveniste é completamente arraigada à linguagem e para a pesquisa no metáporo, importa mais a nascença do acontecimento do que a premissa de que o ser é ou não constituído pela linguagem, pois, quando da leitura desse relato pelo alter, o eu já será o outro.

Porém, mesmo com todos os limites da linguagem, o registro é essencial porque a notação do relato não apenas reverbera e incide em outro de forma reconstruída, mas também funciona como uma memória ao eu, acerca de como ou por quê certas decisões foram tomadas.

Dessa forma, o ato de biografar é uma alternativa que tem se demonstrado simpática a práticas como a historiografia e que ganha aderência cada vez mais marcante em pesquisas das Ciências Sociais e em especial para a Psicologia. De reconstruir as histórias de vida a partir do resgate memorial ou até mesmo imaginado dos fragmentos-ocorrência que tornaram a participação de determinadas personalidades fundamental para a cultura. Mesmo na Filosofia, grandes possibilidades são retrabalhadas a partir de reflexões ontológicas (como as trocas de correspondências dos famosos “pensadores”) e que interferiram diretamente na história do pensamento humano.

Uma narrativa biográfica utilizada como procedimento de pesquisa pode representar minimamente, em meio a um sem-número de possíveis análises, à cristalização das sensações e percepções vivenciadas. Assim como um artista fotográfico capturando uma cena, um relato de um aqui/e/agora extasiante mata e ao mesmo tempo imortaliza o momento vivido de maneira passional. A partir desses relatos, outras elaborações poderão nascer e muitos significados poderão ser atribuídos ao sentido do texto enquanto código e linguagem.

Por isso, a utilização do relato na pesquisa metapórica não terá no trabalho apenas a pretensão de se servir como técnica, mas também reflexão epistemológica à concepção do

⁶⁷ ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

quase-método. Em igual medida, alguns autores chamam a atenção para a “existência de práticas pouco consistentes e metodologias sem qualquer rigor”, conforme destacou o Prof. Antonio Nóvoa⁶⁸. De maneira que a construção deste pano de fundo conceitual segue para uma desenvoltura em nosso trabalho que busca a inauguração de procedimentos legítimos, sem que as amarras do rigor metodológico⁶⁹ possam sufocar a potencialidade de residência *sui generis* para os estudos e apropriação do que foi efêmero.

Ainda que a atividade do registro possa encontrar diversas limitações, tal procedimento é de peculiar importância porque a propagação do que há de significativo nesses arrebatamentos pode reverberar no público-leitor de forma surpreendente. A versão do fato pode ter a capacidade de mobilizar mais multiplicidades do que o acontecimento (comunicacional) originário.

Relatos como os colhidos em entrevistas semi-estruturadas e também os diários de campos e os memoriais consubstanciados são registros bastante experimentados, mas sofrem preconceitos quando a primeira pessoa ganha muita centralidade. É como se o pesquisador conspirasse em detrimento do objeto. Talvez a tarefa de dissuadir o que de melhor se ateve o olhar do pesquisador, por meio da impessoalidade, seja a penitência mais segura para qualquer forma de pretensão ao anarquismo metodológico, de Feyerabend (1989).

Rosseti-Ferreira *et al* (2008, p.163-4), ao discutirem o papel ativo do investigador como sujeito da pesquisa, defendem que o olhar do pesquisador se insere em uma perspectiva possível para ele, naquele momento e situação, sendo que outras perspectivas são possíveis a partir de outras posições e de diferentes perguntas. Consequentemente, a pesquisa torna-se um processo por meio do qual compreendemos e aceitamos a existência de outras perspectivas sobre os fatos observados.

Tomando como ponto-chave a estreita relação entre biografia e aprendizado, defendida por DELORY-MOMBERGER (2008), cuja compreensão valoriza os saberes experienciais como subsídios para a construção do conhecimento, e ainda mais, que histórias de vida são narrativas de aprendizado e oferecem uma relação interna direta com a formação, nossa proposta é que a narrativa biográfica possa ser considerada também como matéria-

⁶⁸ Citado por BUENO, *ibidem*.

⁶⁹ Como o pioneirismo na Sociologia da Cultura introduzido por Hoggart nos anos 50, ao trabalhar com suas lembranças e experiências de infância e adolescência, sem se considerar obrigado a fundamentar teoricamente a introdução dessa dimensão subjetiva (Referência dada por SARLO, B. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. Cia da Letras, ano. p. 17)

prima de aprendizado, pela experiência única de autorefenciação do si-mesmo (a experiência do sentido, do vivido e do revivido na narrativa), e também como inspiração para a definição de um instrumento metodológico situado no campo na subjetivação.

Importante, porém, é reiterar que nossa proposição não se assemelha ao que BUENO et al (2006) chamou de o “estudo da própria história de vida pelo pesquisador”, em que a autora elabora uma crítica, concluindo que do ponto de vista acadêmico poucos estudos têm algo a dizer. Por outro lado, é positivo o olhar dos autores em relação à “necessidade de se lidar com instrumentos teóricos que apenas a maturidade intelectual pode oferecer”. Por isso, a geração de materiais que atendam a essas expectativas, derivaria desse tipo de maturidade.

Aprender com as biografias também pode favorecer outros pesquisadores a aderirem ao discurso do vivido. Em geral, essas manifestações estão amordaçadas por alguns enrijecimentos ditos cientificistas, mas que, em face à propriedade e legitimidade com que se entrelaçam ao contexto, podem adquirir outra envergadura. Como num estarte para que a subjetividade também seja reconhecida como cientificidade. Especialmente no campo da comunicação.

Na lógica do aprender com a narração do outro, o que se pode esperar como abstração de saberes é a dialogicidade entre as expectativas sobre a fundação de uma nova experiência estética pelo aprendiz, que passa a conhecer a história e a construir diferentes expectativas pelo relato da experiência vivida do outro, desvelando os olhares e o posicionamento singular que levou o pesquisador ao seu encontro com o estado da arte.

Mas se no metáforo os objetivos não são de interpretar, significar, compreender, explicar, mas sim, de descrever pura e simplesmente, para que a oferta do relato possa representar um compartilhamento de experiência, então, como situar o argumento dessa prática às considerações sobre o conceito de rede de significação [nota] e também da impossibilidade de construção do relato sem um olhar afetado de implicações culturais no universo da representação? Esta indagação comunga com os críticos de Husserl a respeito da impossibilidade de se retornar às próprias coisas e apenas tentar descrevê-las, de se realizar um noema considerando um sujeito que se lança à observação de lugar nenhum.

Por conta desta preocupação, que de certa forma nossas discussões se diluem um pouco da proposta metapórica original (do Filocom). Pois, comparado com as características apresentadas pelos especialistas sobre os relatos dos sujeitos – que, ao narrarem sua própria

história, usam marcadores que identificam pontos de viragem em suas trajetórias de vida – o narrador da experiência metapórica de comunicação não tenderia a relatar o acontecimento comunicacional a partir de relações que envolvem análise, interpretação ou diagnóstico da situação vivida?

A grande maioria dos pesquisadores em biografia compreende que é um tanto quanto ufanista destituir o discurso de todos os apegos e travessias arrolados pela inserção histórico-cultural do sujeito. Então, a pergunta de entrelinha seria: Da mesma forma que existem marcadores culturalmente estabelecidos, não estaria o olhar do pesquisador do campo da comunicação, inclinado às indicações estabelecidas pelo universo das Teorias Tradicionais da Comunicação, culturalmente construídas e partilhadas?

São questões que convocam o pesquisador a considerar a realização de sua pesquisa sob as características peculiares do metáporo como procedimento, tais como as explicitadas na etapa anterior deste texto.

Porque sem tais peculiaridades, o próprio olhar do pesquisador vai encontrar dificuldades para ‘congelar’ uma imagem do objeto em que se pese a andança dos mobilizadores do acontecimento, tais como a própria dificuldade de se estabelecer uma perspectiva para tratar da subjetividade na pesquisa.

Mas, independentemente da *episteme* utilizada para a relação entre esses novos experimentos, como a autobiografia e produção de subjetividade, o que não se pode negar é que em lugar dos tratados técnicos-metodológicos que encerram os procedimentos de pesquisa tradicionais, em ações cujos limites estão definidos por um escopo paradigmático, quase uma produção em série de diversificações do mesmo, a experimentação da biografia e autobiografia como uma forma válida de construir o objeto e de sondar o fenômeno é uma alternativa de construção ímpar a cada experiência. Não só pela natureza fenomenológica da situação vivida, mas também pelos caminhos e escolhas (de linguagem, sequencia, representação, priorização, etc.) de que o pesquisador irá lançar mão para construir seu *corpus*.

4.5. Relativizações a respeito do experimento biográfico

Tendo a biografia, em especial a autobiografia, sido eleita como um procedimento adequado à experimentação no metáforo, cabe agora iluminar o campo de possibilidades e até mesmo de restrição desse uso, na tentativa de conferir ao procedimento do relato uma credibilidade singular na medida em que toda cartografia definida sob o olhar do pesquisador sempre será lida por olhares que percorreram outras travessias. O que haverá de comum (para o entendimento/recepção) no discurso da experimentação certamente é o que ficará aprisionado pela linguagem; mas, quaisquer que sejam as interpretações e reverberações, é necessário que fique claro quais são os limites das condições de produção de uma autobiografia, conforme apontam os principais teóricos dessa técnica.

Uma das características, segundo BRUNNER e WEISSER (1995), das narrativas autobiográficas é o perspectivismo, que implica no olhar externo que o sujeito imprime em relação às situações vividas e relatadas (incluindo aí uma avaliação de si mesmo, dos outros, do modo de fazer as coisas, etc...), assumindo certo distanciamento do próprio relato e colocando sua vida em perspectiva, resgatando inclusive pontos de viragem e marcadores lugares-comuns para denominar a situação, quase como num processo de auto-avaliação e enquadramento em uma das categorias culturalmente estabelecidas (infância infeliz, adolescência frustrada, etc.).

Se essas marcas são indissociáveis ou facilmente reconhecíveis nos relatos autobiográficos, é possível prever que a essência dessas caracterizações estará implícita ao olhar do pesquisador metapórico e isso coloca em dúvida o que chamamos atenção anteriormente, sobre a isenção do relato como mera descrição, pois o relator de uma experiência metapórica, ao narrá-la, estará sujeito a lançar mão de elementos e marcadores comumente compartilhados pela comunidade de comunicólogos em busca de construir um espelhamento inteligível.

O hiato entre as naturezas e finalidades da biografia comum (história de vida) e da narrativa biográfica utilizada para a pesquisa, suscita a última a desempenhar uma *performance* um pouco mais aparelhada, como o registro audiovisual de experiências e o relato de sensações acompanhados de materiais extras que ambientem a sensibilidade e o encontro do pesquisador com o estado da arte (sua transformação, reposicionamento, etc.). Como é, por exemplo, no cenário da docência, em que o professor terá a possibilidade de colher relatos, depoimentos e realizar anotações dos momentos de partilha que inseriram o professor na cena comunicativa. Em outras cenas comunicacionais, todo e qualquer registro

material que possa conferir alma à experiência do sensível pode ser válido nestes casos, até mesmo a elaboração de narrativa literária, como uma crônica, ou um chat que indique reverberações, ou ainda o registro puro e simples em diários de campo.

Nas biografias comuns, conforme relata Levi, um primeiro aspecto significativo refere-se às relações entre história e narrativa. A biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia. Todavia, ao analisar o papel que o personagem social assume nas biografias, distingue entre biografia histórica e biografia moral, esta última acrescentando paixões e emoções ao conteúdo tradicional das biografias exemplares, a saber, os feitos e as atitudes do protagonista.

Apesar da proximidade da biografia moral com a nossa proposta, cabe esclarecer que, no metáforo os registros não caminham para o objetivo de tornar pública a história de vida de alguém, mas sim de que forma um feito da cena comunicacional, enunciada, pode contribuir com as pesquisas no campo da comunicação. Portanto, a distinção entre biografia histórica (mesmo com características de biografia moral) e narrativa biográfica utilizada como pesquisa fica ainda mais acentuada, pois, conforme aponta Levi,

... a confiança na capacidade da biografia para descrever o que é significativo para a vida (...) culminaria aliás no positivismo e no funcionalismo, com os quais a seleção de significativos iria acentuar o caráter exemplar e tipológico das biografias, privilegiando a dimensão pública em vez da dimensão privada e considerando insignificantes os desvios do modelos propostos. (Levi, 1996, p.172)

É ainda Levi, na mesma obra, que recupera uma descrição de Marcel Maus e ainda acrescenta sua contribuição sobre a diferença entre personagem social e percepção de si, fundamental para a distinção do eu biografado e o relato do eu percebido no metáforo:

É evidente, sobretudo para nós, que nenhum ser humano deixou jamais de ter a percepção não apenas do seu corpo, mas também de sua identidade espiritual e corporal ao mesmo tempo. Todavia essa percepção do eu não corresponde ao modo pelo qual “ao longo dos séculos em inúmeras sociedades, se elaborou lentamente não a percepção do eu, mas a noção, o conceito. De fato, parece evidente que em certas épocas a noção do si socialmente construída foi particularmente restrita: em outras palavras, o que era tido como socialmente determinante e comunicável apenas encobria de

maneira bastante inadequada o que a própria pessoa considerava essencial. (Levi, 1996, p.170)

Perspectiva que se assemelha um pouco às distinções dadas por Bakhtin⁷⁰, sobre a realidade plural do self, representada em três categorias integradas: o eu-para-mim, o eu-para-os-outros e o outro-para-mim, que coexistem como faces da subjetividade.

À noção desenvolvida por Bakhtin ainda caberia uma série de desdobramentos, porém mais apropriados ao cenário em que os enunciados de cada uma dessas vozes ganham significado. Dimensão semelhante também à perspectiva de sujeito em Vygotsky, para quem só o sujeito pode ser compreendido na sua relação com o signo e, mais especificamente, com a linguagem.

Essa vinculação entre sujeito, subjetividade e produção de linguagem vai estar o tempo todo minando o pano de fundo da noção do self, porque o senso de si definido enquanto tomada de consciência de que se é uma entidade independente e autônoma do outro⁷¹ pode ser considerada precária, uma vez que quando o sujeito desempenha um papel, ele se organiza interna e externamente na relação com o outro e com a cultura. De forma que um self narrativo, conforme destacaram Oliveira e Vieira (Ibid.), fazendo referência a Roth, Koborov, Bamberg, compreende que este expressa uma estrutura aberta, inacabada, multifacetada e em desenvolvimento, organizando-se e transformando-se nas práticas narrativas ocorridas em situações sociais. Essas narrativas constituem o contexto em que os sujeitos se apresentam publicamente e constituem, contra o pano de fundo dado pelo contexto socioinstitucional em que se insere a interação, um senso de si sustentado intersubjetivamente. E é isso que garante que o outro poderá interpretar o self coerente com seu próprio projeto subjetivo.

Também Rose (ibid.), citando Benveniste, destaca a subjetividade como “apenas a emergência, no ser, de uma propriedade fundamental da linguagem”, ainda que admita que a subjetivação nunca pode ser uma operação lingüística. Rose (ibid.) concorda, nesse ínterim,

⁷⁰ Apud OLIVEIRA e VIEIRA, Narrativas sobre a privação de liberdade e o desenvolvimento do self adolescente. In: Educação e Pesquisa .

⁷¹ Como nos estudos da *Einfühlung*, termo alemão bastante estudado pelos fenomenologistas para designar a apreensão do outro (reconhecimento de semelhança, mas não de identidade) e essa apreensão é imediata; o ato de sentirmos imediatamente que estamos em contato com outro ser humano, de modo que podemos falar de “nós”. In: BELLO, A. Introdução à fenomenologia. Bauru-SP: EDUSC, 2006. p. 62-63. Emmanuel Levinás em seus estudos sobre a alteridade, alarga um pouco mais a compreensão da *Einfühlung* ao defini-la como “eu sentir a coisa dentro do outro”.

com Deleuze e Guattari, que propõem que a subjetivação nunca é um processo puramente gramatical; ela surge de um “regime de signos e não de uma condição interna à linguagem” e esse regime de signos está sempre preso a um agenciamento ou a uma organização de poder.

Por esse jogo que, além da linguagem, também sugere a organização de poder em que o regime de signos está inserido, é possível caracterizar o self como a síntese particular entre o subjetivo e o social, o encontro singular entre os aspectos particulares do sujeito e das várias dimensões socioinstitucionais em que sua atividade se insere.

Na realidade, para a composição do relato do efêmero, pouco deverá interessar se a linguagem (autoral) é o verdadeiro sujeito que, de certa forma, dilui o si-mesmo. Por várias razões. O relato do acontecimento no metáporo não pretende ser registro de memória, mas sim um registro descritivo sobre a singularidade das trajetórias, na forma como relacionou Levi (1996) a respeito de biografia e contexto.

4.6. Narrativa biográfica de pesquisa: experimentação do metáporo no laboratório educacional

Tão melhor para definir o relato no metáporo talvez seja a visão de Brunner (1995), para quem nem mesmo a noção de registro existe. De acordo com ele, a autobiografia é “um relato do que se pensa que se fez, em que cenário, de que modo, por que razão”. Ela será inevitavelmente uma narrativa e sua forma será tão reveladora quanto sua substância. (...) Ela é um relato apresentado do “**aqui e agora**” por um narrador, a respeito de um protagonista que leva seu nome, que existiu no “lá e então”; a história termina no presente, quando o protagonista se funde com o narrador.”

Ainda buscando situar a arena em que a concepção do si-mesmo se constrói, Brunner (1995) aponta relação da elaboração do self com os mecanismos de articulação e abstração utilizados pela aprendizagem e o conhecimento. Postulado que vem ao encontro do que seja a comunicação acontecimento nas relações de ensino e aprendizagem.

O conceito de comunicação de que nos valem para justificar a apreensão inesperada surgida nas relações de ensino e aprendizagem talvez possa gerar algum tipo de desconforto aos especialistas em educação, principalmente porque, como se viu na primeira

etapa deste trabalho, o acontecimento comunicacional não faz parte das modelizações que tomaram conta do imaginário coletivo sobre o que é comunicação. Mas a pretensão de nosso empreendimento não é cooptar adeptos ao conceito apresentado, senão tão somente conferir a esta experiência peculiar de pensamento – ou, o movimento denominado arrebatamento – a responsabilidade pela diferenciação do logos ontológico, que faz com que o ser emergja de sua humanidade à totalidade, graças à sua competência comunicacional.

Marcondes-Filho (2010), ao defender que a comunicação é a realização da razão no durante, no entre, está propondo um desenvolvimento conceitual filosófico que admite a comunicação trivial, mas que esta não contempla a noção de comunicação densa (transformadora) igual a que sugere Deleuze, ou seja, algo que violenta o pensamento. Marcondes-Filho (ibid) usa também como cabedal para justificar a razão no durante algumas transposições da obra de Proust, “Em busca do tempo perdido”. Ele sugere uma associação das noções de memória voluntária e involuntária com a comunicação trivial e densa. “A memória voluntária é informativa, diríamos nós, exercitamos nossa razão, nos movemos conscientemente para o passado que escolhemos, enquanto que a memória involuntária, esse aparecimento do passado é inesperado e surpreendente. Em Levinás, a partir dos estudos sobre a alteridade, Marcondes-Filho (idem) também justifica como a razão aparece no durante, exemplificando que, “na questão do ensino, a ligação com outrem introduz em mim o que não estava em mim. [Que] uma passagem de um conteúdo de um espírito a outro produz-se sem violência se a verdade ensinada pelo mestre já se encontrar, desde toda a eternidade, no aluno. “Não é a razão que cria as relações entre mim e o outro, mas o ensino entre mim e o outro que cria a razão”.

Tanto pela possibilidade de novos insights como aquilo que nos surpreende em contato com o outro, ambas as possibilidades estão passíveis de maiores observações sob este enfoque no espaço educativo.

A experiência docente relatada na narrativa que segue, enviesada pela potencialidade dessas manifestações, pode, além de contribuir para o campo teórico no tocante à reflexão da práxis, também experimentar a inauguração de procedimentos metodológicos aderentes à razão durante e ao metáporo, assim como engajar processos de subjetivação e reverberação do efêmero em favor da geração de alguns saberes epistemológicos. A relevância do relato e a concepção da narrativa biográfica de pesquisa para consolidação desses ideais parecem

adequados, inclusive para registrar as marcas do transitório, do que ainda estiver sendo capturado com a coisa ainda viva...

Mesmo para outras formas de registro, em que relato seja de um tempo passado que é quase presente, como se dá nos registros diários de BLOG, por exemplo, é sempre um desafio desvencilhar a carga conceitual sobre os índices da memória que aparecem nos estudos sobre narrativa de vidas. De qualquer maneira, iremos considerar os argumentos de Leme, para quem o relato de vida não é equivalente ao registro mental da história de vida que o indivíduo mantém em sua memória. O relato, menos estável, depende do contexto em que é recuperado, dos motivos do sujeito ou das condições em que é solicitado... (Leme, *ibid.* p.115)

Bruner (1997), ao conectar o “aqui e agora”, ou o acontecimento efêmero ao dinamismo da subjetividade no sujeito, conclui que “o si-mesmo não é algo estático ou uma substância, mas uma configuração de eventos pessoais em uma unidade histórica que inclui não apenas o que fomos, mas também antecipações do que seremos”. (Bruner, 1997, p.100). Ponto de vista que de certa forma constrói um jogo entre o que pode ser transitório e o que está vinculado à perspectiva histórico-cultural do sujeito.

Apesar de muitas das construções aqui citadas partirem desta perspectiva histórico-cultural, que considera sob que condições o sujeito é constituído, e apesar desta marca dividir fronteira com as noções de subjetividade esparramadas ao longo desta proposta, arriscamos importar tais perspectivas – no âmbito da construção de um método biográfico para o metáporo – por se tratar de referenciais que tocam preocupações que se alinham com a prática a que se pretende alcançar: a escritura sobre a eclosão de acontecimentos, de pontos de viragem, da transformação do sujeito no espaço de aprendizagem. Mas o principal de tudo é porque esta é uma perspectiva encontrada com muita recorrência no laboratório educacional, que é o *locus* nomeado por nossa via de trabalho.

Destacamos, para finalizar, trecho de uma importante passagem sobre a temática e que condensa ideias muito apropriadas à reflexão de nossa proposta, que está consolidada em etapa posterior desde trabalho, qual seja, a autobiografia que aglutina algumas experiências de acontecimentos, relatados a partir do fazer docente da pesquisadora desta proposta.

Embora o percurso de formação e os aprendizados sejam estruturados pelos âmbitos sociais e institucionais nos quais se desenvolvem, embora sejam modelados pelas exigências sociais e econômicas em matéria de saberes e de

habilidade, eles se inserem sempre em biografias que não são redutíveis ao mecanismo exclusivo de coerções sociais exteriores nem a uma instância puramente subjetiva e tiram, precisamente, a singularidade deles de um jogo único de inter-relações entre modelos sociais e experiências individuais, entre determinações sócio-históricas e história pessoal.

Todo aprendizado, estruturado ou não, intencional ou não, é um ato socialmente situado e socialmente construído, mas só há aprendizado inserido na singularidade de uma biografia: é no complexo de relações e de representações recíprocas que ligam, de um lado, as existências, as disposições, as projeções individuais e, de outro, as instâncias, as formas e os objetos socialmente instituídos da formação que atuam os processos de aprendizado. (DELORY-MOMBERGER, 2008, p.34-35)

Alegoria do meio copo

Entre as muitas anotações que vou fazendo nos livros que leio, encontrei um alerta, destinado a mim mesma, escrito da seguinte maneira: “preciso esvaziar meu copo para a qualificação”.

Para quem não conhece os ritos acadêmicos, o momento da qualificação da tese é um alvejar de críticas, inclusive sobre a própria validade da tese posta em voga. O objetivo é um melhor encaminhamento da pesquisa, a partir de contribuições que possam dar ao estudo a fluência necessária à consolidação do projeto. Do encontro entre pesquisador e especialistas, um possível equívoco nas elaborações do pesquisador pode ser uma oportunidade de avanço incomensurável à sua maturidade intelectual; especialmente quando ele está absolutamente tomado por convicções que o afastam do tão pontuado ‘distanciamento do objeto’ e entoada científica cabível ao certame.

A pesquisa faz um pouco disso com a gente: nossas convicções vão se enlaçando com todos os nossos nós, e eles vão se amarrando um a um por entre as linhas que tecem a pesquisa. De tal modo que qualquer sugestão na direção contrária a que estamos seguindo parece ficar às cegas.

Mas esta não é a justificativa para se relatar aquele meu alerta, o de esvaziar o copo. Eu explico. Quando vou iniciar meus cursos de Teorias da Comunicação, uma das minhas primeiras preocupações é comentar sobre a alegoria do copo. E pergunto: o que é um meio copo d’água? Há alunos cuja pré-disposição para o aprendizado é tão positiva que mesmo seu olhar é otimista: sempre enxergam um copo com água ao meio como se estivesse quase cheio. E a partir de uma visão inversa há os que ponderam: Pode ser também quase vazio. Mas até aí é só uma questão de perspectiva, porque em qualquer caso eles próprios se revelam continentes, disponíveis para se esvaziar ou se

preencher de conteúdos. Ocorrências que só com o decorrer das aulas é que se pode verificar.

Ambos os casos requisitam da aula uma intervenção construtiva: seja para completar (e complementar) os conteúdos com que eles já contavam, ou seja, acúmulo de informação para preparação profissional, ou então, seja para se esvaziarem do líquido equivocado, condensado até então. Interessante notar, salvo poucas exceções, que aqueles que enxergaram o copo quase cheio são justamente os que estão lá para se esvaziar.

Mas quando adverti a mim mesma, eu pensava em outra situação, infelizmente bastante recorrente, motivo pelo qual o ensino militar me é tão desafiador: Alguns alunos chegam com tantos preconceitos colados à pele (e à farda!), que não conseguem conceber qualquer alegoria do meio copo. Seus copos já estão derramando!

Como no curso de doutorado eu era aluna, fiquei preocupada se a intensidade de minhas afecções não tivesse me deixado assim, transbordando de convicção ao ponto de não estar aberta aos possíveis. Por isso fiz essa anotação, para me lembrar dela não só no momento de debate sobre a minha tese, mas também como auto vigilância, retomando-a em outras oportunidades, como a de agora, pois, é sempre bom tentar manter uma quantidade ideal de conteúdo no copo de modo que sempre haja uma metade para preencher ou se esvaziar.

O papel da escrita é construir, com tudo o que a leitura constituiu, um “corpo” (*quicquid lectione collectum est, stills redigat in corpus*). E, este corpo, há que entendê-lo não como um corpo de doutrina, mas sim – de acordo com a metáfora tantas vezes evocada da digestão – como o próprio corpo daquele que, ao transcrever suas leituras, se apossou delas e fez sua a respectiva verdade: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida “em forças e em sangue”.

Foucault

Ponto-e-Vírgula

À revelia de se concluir

Em lugar de uma conclusão, a proposta desse texto é discorrer, em quatro mini tópicos, algumas reflexões que encenam, no palco desta pesquisa, um último ato, mas não como ponto final à trama.

Às vias de fato

Após a sugestão da narrativa autobiográfica como alternativa a um quase-método (o metáporos), sugestão que se deflagrou a partir de uma proposição sumariamente construída e que teve como preocupação a amarração coerente entre cada uma das etapas (ou capítulos), nesta parte do texto, será descortinado o véu que separa pesquisador e investigação, imbricando e alternando vozes.

Convidamos, para abrir esta passagem, uma fala de Edgar Morin, para fazer a justiça de se criar na proposta espaço para um autor que é bastante utilizado em paralelo desta pesquisa, porém, que foi preterido na proposta em função da curvatura que assumiu ossa trajetória conceitual.

É importante, também, que o observador participe também do objeto de sua observação (...) A objetividade a ser alcançada é a que integra o observado na observação. Não é o objetivismo que acredita alcançar o objeto, suprimindo o observado, quando não faz senão privilegiar um método de observação não relativista. A proposição de Claudel é verdadeira, se bem que seu contrário seja igualmente verdadeiro: O homem conhece o mundo, não pelo que dele subtrai, mas pelo que a ele acrescenta de si mesmo.” (Morin, s/d, p.21)

Ao contrário do que é politicamente adequado dizer, que a conclusão de um ciclo emana mais perguntas do que respostas, à deriva desta preocupação o lugar dessa tese é um dos possíveis que ela poderia alcançar: o avançar de um passo na extensão de uma imensa trajetória.

Se vista como instalação de um empreendimento científico, esta pesquisa é apenas a primeira. Mas como concretização de uma ardente inquietação pessoal é ponto de chegada.

Minha maturação e crescimento intelectual não couberam nela.

Três outras possíveis teses precederam a essa. Quatro propostas diferentes, partidas de uma mesma história, que, digladiando entre si, consumiram o combustível necessário para que a engrenagem dos meus pensamentos propulsasse esse motor violento que vibra, cada vez que um ponto de vista me é apresentado.

Fui profundamente afetada pela redução a qual o texto nos aprisiona. Mas que é único caminho possível para uma tarefa que também exige meio e fim.

Chamei de “chegar às vias, de fato” a escritura das minhas narrativas. O exemplo que tenta encarnar a proposição metapórica, a partir da sugestão de um livro – matéria ainda em produção – cuja função, concomitante à ação de descrever uma expressão genuína da comunicação, (o acontecimento comunicacional), seja também de provocar afetações, excitar cogitares e dar-se à possibilidade de promover novos acontecimentos.

Em busca do objeto perdido; é impossível escapar da linguagem

A aventura do “olho na mão”, sugerida por um dos trechos de nosso trabalho e encarnada pela *experiência material* do livro (apresentado como procedimento metapórico), foi o trunfo que contemplou as expectativas de finalização desta proposta. Por dois motivos: tal aventura é correspondente de um campo não mencionado por esta tese nas teorias que engrenam a comunicação [ou, os modos de ser da comunicação] – o campo da linguagem; e ao mesmo tempo, é o que neutraliza ou equilibra um dos pontos considerado como um dos mais discutíveis desta proposição – os imateriais.

Em relação à linguagem, não tratada na primeira etapa deste trabalho entre as teorias que de alguma forma organizam um conceito de comunicação, é preciso considerar não apenas o leque de possibilidades que seus desdobramentos poderiam assumir. Bem além deste potencial, é preciso reconhecer que mesmo a própria fundação filosófica da linguagem poderia supor cada um dos elementos tratados aqui com outros arremedos. De maneira que tentar não esbarrar neste território conceitual foi uma delimitação importante para o desenvolvimento desta proposta, sem, entretanto, abrir mão de sua expressividade atuante no campo do invisível, pela materialidade e representação de que se vale o livro sobre os relatos autobiográficos.

Objetivamos, ao longo do trabalho, ter deixado clara a constatação de que o acontecimento comunicacional é um fenômeno intangível, apesar de se aventurar ao exprimível.

A utilização de teóricos como Merleau-Ponty e Bachelard inter-tecendo nossa proposta, não foi gratuita. De certa forma, a proposição desses autores é interativa, na medida em que crê que o ser se faz ser por contato; na medida em que o mundo da cultura, “parto interminável, é fecundidade do Ser Bruto”. Na medida em que a criação do ser exige o contato do corpo. Como é a escrita em relação à enunciação do acontecimento. A mão observando o espírito, seus arrebatamentos, e, pela escrita, criando um corpo. “Despertando as forças prodigiosas da matéria.” Já que a “tinta de escrever, se apenas encontrar seu sonhador, pode fazer um universo”. (Bachelard, p.54; p.46).

O *olho na mão* não é um olho que simplesmente observa o espírito, para registrar suas vibrações. Porque quando a mão maneja, quando ela entra em contato com a *hylé*, há um duelo. “A matéria é o primeiro adversário do poeta da mão” (Bachelard, p. 52). E olhando aquilo que não se pode ver, ele cria.

Assim, a escritura das narrativas autobiográficas como procedimento e até instrumento de se concretizar o âmbito conceitual proposto, é re-cogitar que escapa à intenção; é acontecimento nascente, que, por meio da linguagem mediada, se faz “eternidade perene”.

Chico Homem de Melo, referência como designer no Brasil, entende que é pela expressão da linguagem que o pensamento se concretiza como tal. Ele expõe tal perspectiva de uma forma mais didática:

O pensamento não se faz na cabeça, se faz na produção da linguagem. É no corpo-a-corpo com a linguagem que as ideias são geradas. Isso explica porque precisamos escrever, falar, cantar, dançar, desenhar, pintar, fotografar, ou o que mais se queira, para que nossas ideias ganhem existência. (...)Projetar é aventurar-se pelos labirintos das linguagens. Essa viagem não se faz sem riscos (para nós, designers, riscos aqui tem sim duplo sentido). Em alguns momentos, pode parecer que estamos tateando às cegas. É fato, mas é por meio desse percurso por vezes errático que chegaremos a algum lugar. Há quem tenha horror a sentir-se perdido. Não combina com o perfil do produtor de linguagem. Alguma dose de desorientação é sempre saudável.

O pensamento não está pronto na linguagem, nem tampouco pronto na cabeça. Ele se forma a partir do encontro das duas vozes. Esse encontro é a real vertigem do pensamento. Iniciar um corpo-a-corpo com a linguagem é

iniciar um percurso do qual não sabemos o fim. Aí está a sedução da profissão. Não vamos ao papel - ou à tela do computador, não importa - com uma ideia pronta, para simplesmente executá-la por meio da linguagem. Vamos para um salto no escuro cujo resultado só saberemos mais tarde, ao final do processo. (Homem de Melo, 2011)

O intuito de retomarmos esta perspectiva não é incluir uma discussão tardia, alojada na fronteira que separou nossa proposta dos meandros da linguagem, na tentativa de pleitear uma redenção. Mas sim reconhecer que é por sua característica de pregnância, definida por Merleau-Ponty como presença latente de novas possibilidades expressivas, que a criação enunciada [nota: como a fala o produto estético e os objetos simbólicos] é “um campo aberto ao ausente ou ao possível, nela cada significação aponta para um horizonte que ultrapassa o significado instituído e, pela ação instituinte dos sujeitos falantes, um novo sentido se engendra”. (Chauí, 2002, p.253-54)

Esta é a aposta que tentamos edificar, à revelia das crenças sobre um entendimento da comunicação como recepção das massas, à revelia de que é possível constituir um modelo que a explique.

O desafio do nosso empreendimento foi demonstrar que o acontecimento comunicacional, diferentemente dos conceitos até então disponíveis, assume uma expressão original devassada por um *modus de ser* peculiar da Comunicação [justificar maiúscula].

O acontecimento comunicacional é expressão possível a uma ontologia do ser. E ainda que seja propulsado também por imateriais – ou, pelos elementos [nota subjetividade, alteridade, afecção] que não residem no campo da representação – paradoxalmente, pode ser excitado pelo vir-a-ser da matéria bruta que se dá à criação. Porque o próprio ser é inacabamento e promessa. “É o que exige de nós criação para que dele tenhamos experiência”.

É pelo atrito entre sua existência em ato e seus devires, é pelas afecções do corpo e do espírito entrelaçadas na experiência, e pela comunicação de todas as suas potencialidades a um só tempo, que apostamos no conceito do acontecimento comunicacional como um *modus de ser* da Comunicação que permite ao humano transbordar sua humanidade.

É farta a seara de proposições para a linguagem que se confrontaria de forma conceitual com nossos fundamentos, caso não fossem perfeitamente explicitadas, posto que a linguagem é compreendida também como constituinte do pensamento e recursivamente

constituída a cada ato de sua expressão. Vejamos uma definição nesse sentido: “Som e sinal, a linguagem é um mistério porque presentifica significações, transgride a materialidade sonora e gráfica, invade a imaterialidade e, corpo glorioso e impalpável, acasala-se com o invisível. Não é instrumento para traduzir significações silenciosas. É habitada por elas. Não é meio para chegar a alguma coisa, mas modo de ser. Mais do que isso. É um ser nela mesma. O sentido não é algo que preexistiria à palavra, mas movimento total de uma fala e por isso nosso pensamento vagabundeia pela linguagem”.

Os passos desta pesquisa são apenas os primeiros.

Especulação filosófica

Nas páginas iniciais deste trabalho apresentamos uma preocupação que é seara comum das discussões epistemológicas em comunicação, qual seja, a dificuldade de se pontuar uma definição peremptória [nota]. Se os ensejos e a pluralidade de desdobramentos conceituais, e até de aplicação, parecem remeter à possibilidade de que comunicação é tudo, deveria ser mais provável que ela fosse alguma coisa com a qual não precisássemos nos preocupar.

Entretanto, o que a contingência contemporânea mostra é exatamente o contrário. Vivemos em plena era da comunicação e nunca foi tão necessária a discussão a compreensão de seus conceitos, extensões e impactos.

Ao iniciar nossos questionamentos, à luz das inúmeras possibilidades do que pode ser comunicação, indagamos se há alguma condição prévia para a existência de todas as ocorrências pontuadas, desde as noções mais específicas do campo de estudos, até os usos corriqueiros. Se há algo que precede esses substratos, e se, ao invés de cada um desses substratos ser um conceito diferencial e distinto em si dos demais, se todos eles não seriam apenas maneiras ou *modus* de ser de um mesmo atributo. Infinito conector de todas as capacidades distintas do ser é o diferencial humano que permite expressão e criação de inúmeros modos de ser desta comunicação.

Desvelar se há uma gênese que precede suas derivações, permitindo que elas possam coexistir todas juntas sem que uma elimine a outra, sem que uma tome lugar de outra, e ainda assim, podendo requisitar para si a patente de entidade primeira.

O que parece ser elegível nesta proposição reflexiva é uma discussão substancialista. Um retorno ao que está anterior à precedência dos fenômenos.

A meta global de nosso trabalho foi tentar alinhar a discussão sobre comunicação ao estatuto ontológico do ser. Considerando a subjetivação, o afeto e os arrebatamentos que o move. É pela maturação sobre as questões que atravessam e ao mesmo tempo compõe a existência do ser, que é possível conceber uma reflexão sobre a comunicação.

Neste sentido, apresentamos o acontecimento comunicacional como expressão original, *sui generis* em um modo de ser [da comunicação] que lança o ser adiante em sua humanidade, a partir de tudo o que está por vir, segundo a latência de suas potencialidades.

Mas há no contexto do acontecimento comunicacional uma ponta que não encerra a discussão sobre o que há de essência em toda e qualquer manifestação [dita] de comunicação. Se, são condições prévias ao acontecimento comunicacional ocorrências de outros modos de ser [ditos] da comunicação, como, por exemplo, a relação, ainda que a relação, ou mesmo a interação, não seja exclusividade do modo de existência humana, enquanto que o acontecimento comunicacional o é, está claro que cada modo de ser da comunicação não é autônomo. Estão ligados de certa forma. Uns propulsando outros e outros permitindo um.

É esse liame que nos incita a procurar um elo substancialista. Porque certas formas de se caracterizar a comunicação são dependentes de outras. Caracterizar a comunicação como mediação é considerar a dependência de outra caracterização, que é o meio. Recuperar a discussão sobre a substância que compõe todo e qualquer modo de ser da comunicação parece ser alternativa viável à continuidade desses estudos.

É o caráter denso das reflexões sobre substância que impele tal inquietação à direção de uma continuidade menos cerceada pelas limitações que permeiam esta proposta. Entretanto, como uma de nossas assertivas a respeito do acontecimento comunicacional considerou que estão comungadas, na eclosão de um acontecimento, praticamente todas as capacidades humanas, não só as distintas, como o raciocínio, a capacidade de sonhar, a imaginação, a consciência, o pensamento, etc., mas também as capacidades comum aos animais, como a percepção; então, uma direção especulativa que oferecemos para banhar o encerramento desta etapa reflexiva é retornar à noção, em Espinosa, sobre os modos de ser.

Foi desvelamento para o nosso empreendimento identificar que é a partir das críticas aos métodos cartesianos que Espinosa edifica seu projeto. E isto se fez relevante à

concatenação das nossas ponderações, em razão do cogito cartesiano ter sido elemento primeiro de condução das nossas suposições (hipóteses), conforme explanado na etapa que discorre sobre o acontecimento comunicacional. Nada mais providencial do que compreender cada linha fronteira que se adunam em torno de nosso objeto. Mas voltemos às proposições de Espinosa, em relação a Descartes.

A questão mais radical em Espinosa é que chama para si a centralidade por onde orbitam todas as demais concepções é a eliminação da ideia de um Deus transcendente. Para Espinosa, Deus é imanente, e, em lugar da condição de criador, o Deus imanente é potência causal desprovida de finalidade, por isso não atua de forma pessoal, em atos contingentes de escolhas. Segundo o filósofo, todas as coisas são modificações particulares desta potência causal. De forma que só Deus é substância absoluta. Todas as demais coisas são modos de ser desta potência.

Para compreensão da guinada radical ao racionalismo que estas concepções assumem é preciso recorrer à noção de substância em Descartes, que a caracteriza como aquilo que necessita apenas de si para existir, isto é, que tenha autossuficiência existencial. Porém, Descartes, em sua metafísica, admite a existência de substâncias finitas, como o corpo e o espírito, ambos possuindo atributos essenciais (como materialidade para o corpo e imaterialidade - pensamento - para o espírito). Para Espinosa, está claro que “não há uma coerência nas concepções cartesianas, porque há uma incompatibilidade entre a tese do dualismo substancial e a da união substancial” (Gleizer, 2005, p.12), pois, após Descartes ter procurado demonstrar que a alma e o corpo são substâncias finitas realmente distintas, ele sustenta que, embora elas não possuam nada de comum entre si, estão intimamente unidas no homem, interagindo por intermédio da glândula pineal. Para Espinosa, essa interação causal entre realidades heterogêneas é incompreensível.

Para não se deixar cair em uma zona de mistério e inteligibilidade, Espinosa adota o princípio da inteligibilidade integral, que se realiza segundo um único modelo de racionalidade: o método sintético da geometria euclidiana, que se opõe à preferência cartesiana pelo método analítico. O método analítico é o que parte do conhecimento do efeito e vai regredindo em direção ao conhecimento da causa. Segundo Descartes, em *Meditações metafísicas*, “a análise mostra o verdadeiro caminho pelo qual uma coisa foi metodicamente descoberta”. Porém, esclarece Espinosa, “conhecer verdadeiramente é conhecer pelas causas”. Por isso, esclarece Gleizer (id, p.15), “Espinosa considera que o método sintético, que

progride do conhecimento da causa em direção ao conhecimento do efeito, é o verdadeiro método de invenção”. Para Espinosa *a definição perfeita deve ser genética*, ou seja, descrever o modo de produção do objeto definido, pois só assim poderemos deduzir a priori todas as suas propriedades.

Partindo então, da única definição que atende a um conceito de substância como sendo aquilo que existe em si e por si é concebido, isto é, aquilo cujo conceito não carece de outra coisa para ser formado, que na concepção de Espinosa tal concepção só se aplica a Deus, devido principalmente à incompatibilidade radical entre substancialidade e finitude, e se, conforme já descrito, é preciso substituir a crença imaginativa de um Deus transcendente, pessoal e criador, por um Deus imanente à Natureza, do qual todas as coisas são modificações particulares produzidas não por um ato contingente de escolha, mas pelo exercício necessário de uma potência causal desprovida de finalidade, e ainda mais, que esta forma de conceber Deus como substância absoluta infinita é a única raiz metafísica para explicar o monismo, então temos em Espinosa a constatação de que todas as demais coisas finitas, derivadas da raiz monista, são modos de ser da substância infinita. Cada modo de ser é um atributo, existindo assim infinitos atributos.

Diferente da elaboração cartesiana, tanto o pensamento como a extensão não se caracterizam como substâncias finitas distintas, mas, constituem expressões heterogêneas e infinitas de uma única realidade substancial, ou seja, o universo material infinito e o universo mental infinito são duas expressões diferentes de uma mesma realidade.

A substância divina, portanto, é um ser único que se expressa em diversas formas, ser infragmentável, porém matizado, infinitamente diferenciado sem ser descontínuo, e produzindo necessariamente em si uma infinidade de coisas naturais finitas que nada mais são do que seus modos. (Gleizer, 2005, p.18)

Assim, é possível explicar que o ente pensamento é substância infinita de um modo de ser finito do pensamento. Que a extensão é substância infinita do modo de ser finito do corpo. E assim por diante, porque todas as substâncias na verdade é uma só e mesma coisa, raiz imanente, monista, infinita e causa de todos os modos de ser finitos de cada atributo. Última expressão antes de nosso ponto-e-vírgula, esta é a concepção genética de substância em Espinosa, que será retomada em estudos posteriores como possível pressuposto para compreensão da Comunicação, que se espalha em inúmeros modos de ser.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Edição revista e ampliada. Tradução: Alfredo Bosi, Revisão: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARAÚJO, Carlos A. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera V. (Orgs.) **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 8ª. ed. Petrópolis,. RJ: Vozes, 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 6023 - Informação e documentação: referências: elaboração; NBR 6024 - Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação; NBR 6027 - Informação e documentação: sumário: apresentação; NBR 6028 - Informação e documentação: resumo: apresentação; NBR 10520 - Informação e documentação: citações em documentos: apresentação; NBR 12225 - Informação e documentação: lombada: apresentação; NBR 14724 - Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação.
- BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. 2ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1986.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARTLETT, Frederic. C. Remembering: **A study in Experimental and Social Psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- BELLO, Angela A. **Introdução à fenomenologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
- BERGSON, Henri. **O pensamento e o movente**: ensaios e conferências. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BERKELEY, George. **Tratados sobre a visão**. Um ensaio para uma nova teoria da visão e A teoria da visão confirmada e explicada. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2010.
- BORDENAVE, Juan E. D. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRAGA, Elizabeth Dos S.; SMOLKA, Ana L. B. Memória, imaginação e subjetividade: imagens do outro, imagens de si. In: **Revista Horizontes**. Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco. Volume 23 | Número 1 | Janeiro/Junho 2005.
- BRAGA, José L.; LOPES, Maria I.V. de; MARTINO, Luiz. C. (Orgs.) **Pesquisa empírica em comunicação**. Livro Compós 2010. São Paulo: Paulus, 2010.
- BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes médica, 1997.
- BRUNNER, J. ; WEISSER, S. A invenção do ser: a autobiografia e suas formas. In: OLSON, D. TORRANCE, N. **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.

BUENO, Belmira et al. Histórias de vida e autobiografias na formação de professores e profissão docente (Brasil, 1985-2003). In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.32. n.2, p.385-410, maio/ago 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à leitura de Espinosa**. 1970. 226 f. Tese (Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo)

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Experiência do pensamento**. Ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DE OLIVEIRA, Danielle Naves. **Poros - ou as passagens da comunicação**. 2006. 135 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. Tradução da 5ª. ed. Norte-americana. **Teorias da Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Pesquisa biográfica em Educação: orientações e territórios. In: SOUZA, E.C. de; PASSEGGI, M.C.; ABRAHÃO, M.H.M.B. **Pesquisa (auto)biográfica e práticas de formação**. Campinas-SP: Paulus, 2008.

DEMO, Pedro. **Não vemos as coisas como são, mas como somos**. Acessado em 2009. Disponível em <http://pedrodemo.blogspot.com.br/2012/04/nao-vemos-as-coisas-como-sao-mas-como.html>

DESCARTES, René. série **Os pensadores**. 3ª. ed. São Paulo: Abril cultural, 1983. Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas. Introdução de Gilles Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior.

ECO, Umberto. **Obra aberta**: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. 9ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ESCOSTEGUY, Ana C. Os estudos culturais. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera V. (Orgs.) **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 8ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ESPINOSA, Baruch de. série **Os pensadores**. 3ª. ed. São Paulo: Abril cultural, 1983. Pensamentos metafísicos, Tratado da correção do intelecto, Ética; Tratado político; Correspondência / Seleção de textos de Marilena de Souza Chauí, traduções de Marilena de Souza Chauí ...[et al.]

FAUSTO NETO, Tiago Q. **Comunicação, andança, restauração. Possibilidades de uma episteme comunicacional**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FLAGE, Daniel. The internet encyclopedia of Philosophy. **Gerge Berkeley**. Disponível em <http://www.iep.utm.edu> Incluído em 2004. Traduzido para a Wikipedia por Jaimir Conte.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. pp 129-160.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Las culturas populares en el capitalismo**. Cidade do México: Nueva Imagem, 1982.

GUATTARRI, Felix. **Caosmose**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUIMARÃES, César; LEAL, Bruno S.; MENDONÇA, Carlos C. (Orgs). **Comunicação e experiência estética**. Belo Horizonte: Editora UFMG : Humanitas, 2006.

Habermas, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Trad. M. J. Redondo. Madrid: Taurus, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Presses Universitaire de France, 1952.

HEIDEGGER, Martin. **Cartas sobre o humanismo**. São Paulo: Centauro, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.

HERMANN, Nadja. **Ética e estética: a relação quase esquecida**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. (Coleção filosofia; 193)

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera V. (Orgs.) **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 8ª. ed. Petrópolis,. RJ: Vozes, 2008.

HUME, David. série **Os Pensadores**. Investigação sobre o entendimento humano; Ensaio morais, políticos e literários. Tradução de Antônio Sérgio... [et al.] São Paulo: Abril Cultural, 1984.

HUSSAK, Pedro; VIEIRA, Vladimir. (Orgs.) **Educação Estética**: de Schiller a Marcuse. Rio de Janeiro: NAU : EDUR, 2011.

IANNI, Octavio. **Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais**. Estudos Avançados. São Paulo: IEA/USP, 1994.

ILDEFONSE, Frédérique. **Os estoicos I**. Trad. Mauro Pinheiro. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 10ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

KÜNSCH, Dimas A.; BARROS, Laan Mendes de. (Orgs.) **Comunicação: saber, arte ou ciência?** São Paulo: Plêiade, 2008.

LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho imaterial:** formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LONG, Antothony A. **Filosofia helenística.** Estóicos, epicúreos, escépticos. Trad. P. Jordan de Urries. Madrid: Revista de Occidente, 1977.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico:** de Rousseau à Internet / Organização: Jovita Maria Gerheim Noronha; tradução Jovita Maria Gerheim Noronha; Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (org). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LOPES, Maria Immacolata V. de. Pesquisa de comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO.** Comunicação, metodologia e memória. São Paulo - Volume XXVII, nº 1, jan/jun de 2004.

LOPES, Maria Immacolata V. de. **Pesquisa em Comunicação.** 10ª. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

LOWERY, S. & DEFLEUR, M. L. **Milestones in Mass Communication Research.** 2a. ed. NY: Longman, 1988.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação.** São Paulo: Paulus, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O espelho e a máscara:** o enigma da comunicação no caminho do meio. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro (Org.) **Dicionário da Comunicação.** São Paulo: Paulus, 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O princípio da razão durante:** comunicação para os antigos, a fenomenologia e o bergsonismo. Nova Teoria da Comunicação III – Tomo I. São Paulo: Paulus, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O princípio da razão durante:** o conceito de comunicação e a epistemologia metapórica. Nova Teoria da Comunicação III – Tomo V. São Paulo: Paulus, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **FiloCom: a nova teoria nos 44 anos da ECA.** Trabalhos completos: sessão coordenada: 10 anos. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010. 368 p.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Uma aventura epistemológica.** Entrevista realizada em 2008, por ocasião do curso ministrado pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Publicada na *Revista Matrizes*. Ano 2, nº 2 (1º semestre de 2009).

MARTINO, Luiz C. O saber epistemológico sobre a comunicação. In: KUNSCH, Dimas A.(org.), BARROS, Laan Mendes de. (org.). **Comunicação: saber, arte ou ciência?** São Paulo: Plêiade, 2008.

MARTINO, Luiz C. Panorama da pesquisa empírica em comunicação. In: BRAGA, José L.; LOPES, Maria I.V. de; MARTINO, Luiz. C. (Orgs.) **Pesquisa empírica em comunicação.** Livro Compós 2010. São Paulo: Paulus, 2010. p. 135-160

MATTERLART, Armand. **A comunicação-mundo.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MATTHEWS, Eric. **Compreender Merleau-Ponty.** Trad. Marcus Penchel. 2ª. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

McLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. **O meio são as massa-gens:** um inventário de efeitos. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1969.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (understanding media) 5ª. ed. Direitos de Tradução para: São Paulo: Cultrix, 1964.

McLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg:** a formação do homem tipográfico. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** 4ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MIÈGE, **Pensamento comunicacional,** 2004.

MOLES, Abraham A. **A criação científica.** São Paulo: Perspectiva, 1981.

MORAES, Dênis (Org). **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização, cultura e poder.** São Paulo: Record, 2003.

MORA, J. F. **Dicionario de Filosofia.** Buenos Aires: Sudamerica, 1971.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX** (O espírito do tempo) vol. 1: Neurose. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

MORIN, Edgar. **Coleção grandes educadores.** Documentário em DVD. São Paulo: Paulus, 2006.

OLIVEIRA e VIEIRA, **Narrativas sobre a privação de liberdade e o desenvolvimento do self adolescente.** In: *Educação e Pesquisa* .

PAZA, Daniel. **Ciência e comunicação.** Entre Fausto e Frankstein. (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da comunicação no Brail: Institucionalização e capital científico.** 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C. et al. Desafios metodológicos na perspectiva da rede de significações. **Cadernos de Pesquisa**, v.38, n.133, jan;abr 2008.

SANTOS, Mario V. (Org.) **Os pensadores, um curso**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2009.

SAES, Sílvia F. de A. **Percepção e imaginação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SHANNON, C. & WEAVER, W. *A Mathematical theory of communication*. Univ. of Illinois Press, 1949.

SILVA, Valéria Loturco. *Diferença: Filosocia da fronteira – o pensamento do Acontecimento de Gilles Deleuze*. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2006.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Ana Paula de M. Muitas teorias e poucos caminhos para a subjetivação. A busca de um método/metáporo para os estudos da Comunicação. **In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação. Curitiba, PR. 4 a 7 de setembro de 2009

TEIXEIRA, Ana Paula de M. O intangível, o acontecimento comunicacional no metáporo e o imaterial revitalizam a pergunta: o que é comunicação? **In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação. Recife, PE. 4 a 7 de setembro de 2011

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

VON FOESTER, Heinz. Visão e conhecimento: Disfunções de segunda ordem. In: SCHNITMAN, Dora F. **Novos Paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP** : documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT). Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora ... [et al.] . - - 2. ed. rev. ampl. - - São Paulo : Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009. 102 p. - - (Cadernos de Estudos ; 9)

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 7ª. ed. Lisboa, Portugal: Presença, 2002.

Fragmentos

De três experiências distintas; ou;
o desassossego do pensamento

Primeiro: Eu aprendente

Uma questão que sempre irrigou minha aprendizagem no ensino formal era: o que pode ser diferente disto?

Tal questionamento não pretendia destituir o que aparentemente fora dado como posto. Longe, bem longe deste viés, a dúvida que nunca foi correspondida no ensino enciclopédico ou ‘conteudista’ dizia respeito àquilo que não pertencia ao campo de referência do homem, ou seja do nosso conhecimento de mundo, real ou imaginário, imanente ou transcendente. Cogitado ou simplesmente à margem da reflexão. Em minha crença, havia um limitador de potencialidade no homem (físico, temporal, especulativo) que o impede de admitir o cruzamento de outros espectros fora de seu campo de referência. Mas, como sempre encontrei dificuldade de explicitar essa ideia como algo diferente das dúvidas metafísicas sobre a criação do mundo, deus e outros mistérios (referenciados), acabei por chamar esta, digamos, face do mundo não conhecido, nem especulado, nem cogitado, de FORA. Mas foi por dentro mesmo que o FORA passou a perseguir o emaranhado dos meus pensamentos de uma maneira ensandecida.

Segundo: Eu mediadora

Estar em uma sala de aula evoca experiências singulares, às vezes irritantes porque insaciáveis, mas de uma completude por participar da vibração do outro; por se ter a ilusão de que se experimenta a experiência de aprendizagem de outro, de seu crescimento, de excitação da nervura do ‘entre’ todas as enunciações e o que de fato há de percebido por cada um. O campo de mediação – objeto incontestável da comunicação – é, antes, o espaço privilegiado do invisível, do incorpóreo e do sensível (N). Do feto que se desenvolve sem nunca ser parido porque, ente (ou ser?) eternamente inacabado, não se priva de estar preso no sujeito ou em seus processos porque, posteriormente, pode ser resgatado e agenciado com outras enunciações, referências, devires e afetos – motivo pelo qual ela não é modulável. Pois que em minhas experiências de mediação, em especial na sala de aula, como ensinante

ou aprendente, identifiquei criações que saíram de mim, mas que só nasceram naquele ‘ali agora’, no momento da minha relação com o outro ou de outro e um terceiro. Extraíam de mim pensamentos e motivações que eu não julgava possuir, mas que ao mesmo tempo pareciam estar em mim desde sempre (?). E nesse jogo onde invisíveis dançavam e novas aparições ou criações se revelavam, surgia a pergunta: como é que acontece (ou, o que faz ser possível) o arrebatamento? (E é claro que todas as respostas que potencialmente pudessem atender à minha questão não poderiam contar com o que não havia de disponível ou não era conhecido: o FORA).

Terceiro: Eu professora

Ensinar aparentemente pode ser um verbo ou uma ação definida (VTDI). Mas não é. Conceitualmente provavelmente possa ser. Mas não filosoficamente. Digo, há um alargamento da perspectiva de quem olha a ‘platéia’, de quem participa dela, mas que também é o agente; um alargamento de sensações e consequentes recombinações e efêmeras saídas por linhas de fuga, absolutamente imprevisíveis e que nem sempre compactuam com a própria noção até então cristalizada e presente no discurso previsto...

Ensinar Comunicação sem a realização de sua meta-reflexão é compartimentar os conceitos e distribuí-los para serem ilusoriamente aplicados quando foram solicitados. A Comunicação não é materialidade, apesar de contar com ela; não é algo que se pega com uma ‘pinça’, portanto objeto identificável concretamente, apesar de o imaginário coletivo não duvidar de sua onipresença na vida social.

Pensando na experiência de ensino e em todos os aspectos da comunicação relacionados a tal ambiente, concebi a sala de aula como uma espécie de microcosmos da Comunicação. Um espaço em que praticamente toda a conceituação disponível encontra aplicação – mesmo que aplicar qualquer entendimento não seja a real preocupação do meu empreendimento docente.

A composição e a efervescência de uma experiência de ensino – exatamente como outras experiências de comunicação – acompanha o inusitado do tempo porvir: cada variável altera de forma inalienável o tempo vivido e as articulações que nele atravessa, e, qualquer tentativa de introduzir tal experiência num ‘modelo’ de comunicação encerra de primeira sua capacidade de ser o que é ou o que não é. Evidentemente ensino (ou aprendizado, contato com o conhecimento) e comunicação estão comprometidos com o acontecimento único do

arrebatamento. E, ainda que a resposta possa estar no FORA, ou fora do alcance conceitual, para mim pareceu pertinente tentar desbravar esse campo minado da comunicação, posto que vincula o acontecimento comunicacional a um aspecto absolutamente fenomenológico, o que não é nem tranquilo, nem facilmente transitável para a se pensar numa epistemologia da comunicação. Eis aqui o nosso desafio.

No caminho entre o meu aprender e o meu ensinar, há mediações que me levam a crer numa comunicação que eu não necessariamente sei ensinar. Que eu não posso ensinar porque é no outro (ou em mim, ou até mesmo em nós) que ela acontece, ou faz acontecer.

Mas esse movimento instantâneo e espontâneo,
Essa ‘fiscada’ que me puxou por dentro,
encaixando cada peça em lugar que nem mesmo eu poderia supor,
desse jeito e com essa intensidade,
esse acontecimento é parto do afeto, que me dá à luz.

Vibrações no meu instante

A proposição que apresentamos anexa a esta tese é acontecimento do instante. É projeto em construção. E palpita ainda mais forte enquanto a expectativa de apresentação desta tese dura.

O objetivo inicial era apresentar uma proposta “piloto”, já “quase” acabada. Mas a finalização da escritura da tese passou à frente da inspiração. O texto ainda em andamento, que inclui mais alguns “fragmentos” e a narrativa de um acontecimento em específico, ainda está por ser concluído.

Não é apenas uma ilustração prática da descrição de um acontecimento comunicacional. É tentativa de efetuação de novos sentidos, uma vez que está prevista a publicação do livro, inaugurando uma das primeiras pesquisas orientadas pelo metáporo a se compor em plataforma para possibilitar fruição de novos acontecimentos.

Assim, cada palavra, cada ideia apresentadas a seguir estão no limbo. Até sua data de publicação, estarão sujeitas a serem revisadas, cortadas, acrescidas ou perturbadas por outras ocorrências. Acontecimentos “que se irritam” na medida em que a tentativa de se descrever os acontecimentos passados é narrada.

A mudança de movimento do ciclo passará a ocorrer a partir da publicação, em que se encerrará um nível de proliferação de acontecimentos - no ser-narrante, e passará à proliferação de possíveis acontecimentos no ser-leitor, convalidando o inacabamento da obra.

Esta é uma história sobre alunos, professores e seus atritos. Mas o sentido de atrito aqui não deve ser tomado como desentendimento ou embate, ainda que ambos não estejam descartados de uma situação de ensino. Falo aqui do atrito de subjetividades. Do encontro entre pessoas em uma situação de desconforto, provocado pelas ranhuras desses atritos. Não que o resultado do ensino-aprendizagem seja sempre um desconforto. Quase o contrário. O que se costuma tomar como ‘o’ aprender é acomodação e conformação de informações, passíveis de serem replicadas por algum tipo de avaliação. Certamente há avanços consideráveis rumo a um sentido mais construtivista desta observação, mas deixemos esse debate para os especialistas, porque nosso intuito é outro. Nosso core aqui é a des-acomodação e a de-formação. Ou, a transformação que ocorre e atua na subjetividade após alguma situação de atrito, tomando o ser de seu lugar, reposicionando-o. Surpreendendo-o. Essa transformação é o arrebatamento.

A partir desta perspectiva, convido você, leitor, para um diálogo; em que eu falo contigo e você fala consigo na medida em que lê minhas tramas, já fazendo delas também as tuas. É que, não raro, a gente se reconhece no outro, se identifica com as experiências do outro, porque *“nossa existência está presa ao mundo de maneira demasiada estreita”*.

Tramas e cartografia dos afetos

- Relatos autobiográficos sobre arrebatamentos -

Apresentação

É comum o mercado editorial publicar biografias de personalidades famosas. De pessoas cujas histórias de vida despertam o interesse do público. Não é o caso deste trabalho.

Esta é uma autobiografia de uma personagem comum. De uma professora que relata sobre seus afetos sofridos nas experiências de ensino e que foram imprescindíveis para a confecção das tramas subjetivas que tecem sua vida.

A narrativa biográfica como experimento textual, é um gênero literário que têm ganhado bastante espaço no cenário contemporâneo. É considerada como uma produção eminentemente subjetiva.

Outro gênero textual, mais conhecido nos círculos de produção do conhecimento, como universidades e centros de pesquisas, é o texto científico. Normalmente é tomado como referência para realização de estudos para avanços dos diversos pontos de vista sobre a humanidade em sua relação com mundo. Por isso é característica destes estudos, assim como de seu texto resultante, a objetividade.

Pela aparente dicotomia entre o caráter subjetivo e objetivo de cada um dos gêneros, seria impossível pensar em um trabalho que aglutinasse as duas vertentes. Entretanto, foi exatamente essa aposta que fez possível a geração desta obra: emprestar ao discurso científico uma porção de subjetividade, posto que qualquer construção de conhecimento supõe agentes de produção, investidos de toda a sua humanidade; [Na perspectiva da fenomenologia, mesmo um objeto só pode ser um objeto para um sujeito] e deixar fluir, pelo gênero literário, algumas considerações levantadas a partir da entoada científica, em um empreendimento cujo formato não requisita um centro ou prioridade de qualquer dessas vertentes.

É com essa perspectiva que a obra se apresenta. Um livro que trás narrativas inspiradas num conjunto de acontecimentos ocorridos ora como aprendiz, ora como professora. Uma espécie de autobiografia relatada a partir das experiências vividas no contexto educacional, que tenta descrever situações e percepções que mudaram sua maneira de pensar e de agir diante de algumas questões.

A transformação de nossa perspectiva sobre as coisas é uma possibilidade que pode acontecer simplesmente por estarmos-no-mundo. O tempo todo, estamos suscetíveis às provocações externas. Somos afetados pelos objetos, pela natureza e o espaço circundante, pelas pessoas e pelos artefatos criados. Somos convidados a pensar a partir de uma história e de uma cultura. Somos estimulados pelo fluxo das informações e pelos meios de comunicação.

Mas é preciso considerar o espaço educativo como um ambiente privilegiado que comporta cada uma dessas possibilidades. Porque, além de um microcosmo socioambiental, é também um local em que ocorrem atritos intersubjetivos; em que os conceitos são lançados a debate; onde os preconceitos são expostos ou reprimidos, reforçados ou traídos.

Pela oportunidade de se aprender, se expandir e alargar nossas possibilidades como seres-no-mundo é que o contexto do ensino tem essa prerrogativa: a de transformar sujeitos.

Em tese, todo ser-no-mundo está sujeito a transformações. Porém, o recolhimento dos relatos para este livro não teve o intuito de considerar essa proto-transformação, que nos acomete o tempo todo, já que a cada momento somos novas versões de nós mesmos.

A transformação que é tratada aqui tem um sentido visceral; um sentido que marca um ponto de virada no curso do pensamento e no próprio curso da existência.

Pelo viés científico da proposta, a autora-personagem tratou essa transformação, em sua tese de doutorado, como um ‘acontecimento’, uma espécie de impacto gerado do encontro ou do atrito entre ‘corpos’ e que provoca um arrebatamento no sujeito, dando-lhe ‘o’ sentido, ou um novo sentido. Há, portanto, no referido estudo, uma exploração conceitual de base filosófica que esmiúça o emergir de um acontecimento.

Mas há um pressuposto pertinente à nascente de um acontecimento: que para ele existir, é preciso que o sujeito esteja exposto ao seu meio social. Se o acontecimento é aquilo que se realiza no ser, no ser da relação, da interação, da dialogicidade, então este acontecimento é um acontecimento comunicacional.

Assim, a tese *O acontecimento comunicacional na experiência de ensino. Afetos - Arrebatamentos - Subjetividades*, que engloba como conteúdo os relatos aqui expostos, é reflexão originária deste livro, e também originada por ele, numa relação de simbiose e reciprocidade. De modo que um pode ser considerado complemento do outro, ainda que ambos possam ser compreendidos de forma independente.

O convite à leitura deste livro não requer qualquer tipo de identificação com o cânone científico. Muito pelo contrário. Ele foi escrito em forma de narrativa biográfica justamente para ‘dialogar’ com seu público afeto. Para incorporar identificações e/ou permitir a outros personagens do ensino algumas reflexões a partir da reflexão que se coloca. Com alguma sorte, também promover, a partir dos relatos, novos acontecimento, pois “cada um é o possível do outro”.

Interessante ao leitor será notar o pano de fundo que reveste a estória. Ainda que as experiências de ensino relatadas abranjam facetas ocorridas em diversos contextos, como vivências da autora-aluna desde seu ensino fundamental, os relatos priorizam o encontro docente com dois perfis de alunos e de ensino absolutamente distintos: pós-adolescentes do ensino superior particular e homens maduros do ensino público militar.

Personagens

Este é um livro dedicado aos personagens que compõem comigo esta estória. Professores, alunos e mestres das ideias: atores que se tornaram meus moventes. Que provocaram afetações tão significativas no meu caminhar, que não só meus passos mudaram seu curso. Mesmo meus pés e a pele, sentindo a porosidade do chão, encontraram outros contornos para as feridas que se abriram. Para as fissuras n'alma que cindiam cada vez que um estranhamento nascia dessas afetações. Cada vez que um atrito provocava um tremor no meu eixo.

Tremor, porosidade, fissuras, estranhamento. Substâncias de transformação que parecem ter mudado tudo em mim de lugar. Sou uma nova versão de mim por cada instante de experiência. Mas sou uma versão transformada de mim por conta destas afetações. Desses moventes.

É um livro de relatos sobre diferentes acontecimentos em minha trajetória no ensino. Narrativas que talvez inspirem ou arranhem alguma convicção de meus colegas de ofício.

Estórias envolvendo atores que deixaram em meu palco ranhuras de toda sorte. Que, rabiscando em meus escritos sem rascunhos, desconheciam que também eram autores dessas provocações. Dessas letras em relevo. Assim como poderá ocorrer com a leitura desses escritos: agenciamento de possíveis e dos quais possivelmente nunca tomarei conhecimento.

Alguns dos acontecimentos mais importantes se deram em condições em que o perfil dos personagens potencializou minha percepção. Por isso, antes da narrativa desses acontecimentos, apresento uma visão muito particular e pessoal sobre dois perfis distintos de alunos, e na sequência, ainda precedendo os dois episódios narrados, alguns fragmentos que ajudarão o leitor a compreender o contexto em que se deram os acontecimentos transformadores de meus fazeres docente.

O ambiente militar é impressionante. Organizado, solene, ritualístico. Para quem nunca teve um contato mais próximo, uma das impressões que fica é o excesso de formalidade. Em um evento, por exemplo, cada detalhe que ocorre é previsto. Planejado.

Disso nada se pode falar, militares são experts em planejamento. E são disciplinados a cumprir o planejado. Aliás, são disciplinados para tudo. Preparam-se durante toda vida ativa em função da hipótese de emprego da Força. Para isso são “adestrados”.

Garantir a condição de instituição permanente disposta ao cumprimento de sua função constitucional requer duas cláusulas pétreas: hierarquia e disciplina.

Hierarquia é base da cadeia vertical de comando, ou seja, quem obedece a quem. Ela é disposta de forma tão precisa que todos ocupam uma posição na cadeia, que precede e antecede outras posições. É a chamada coluna por um. Assim, além das já conhecidas relações hierárquicas entre patentes, como por exemplo, o posto de major que comanda capitães e demais subordinados, ou o posto de tenente coronel que comanda majores e demais na descendência, também há uma relação de hierarquia dentro do mesmo posto, em geral obedecendo a prevalência do comando ao mais antigo. Um tenente recém-graduado está hierarquicamente abaixo de um tenente mais adiantado, e mesmo nas turmas de cadetes (os alunos em formação), a ascendência se dá pela classificação por mérito e desempenho, colocando os primeiros colocados no topo da hierarquia na turma.

O sistema meritocrático de promoção permite que ao longo da carreira o mérito adiante a ascensão ao posto, a partir de um sistema cumulativo de pontuações. Assim, militares formados em uma mesma turma podem ter patentes diferentes porque uns se adiantaram em relação a outros por conta do mérito, desempenho, cursos, missões no exterior, etc.

A disciplina é o vetor de toda a mística militar. Ela é o que garante a eficiência na cadeia de comando. Cumprir ordens e saber comandar subordinados, fazendo valer a disciplina como força motriz, são as principais características do profissional militar.

Não atuo com alunos muito jovens. Quando eles chegam aos cursos em que trabalho, já tem mais de dez anos de serviços prestados. A média é de 15 a 20 anos de serviço militar e a idade mínima é superior a 30 anos.

O nível dos alunos oficiais é bem adiantado. A difícil seleção para o ingresso na carreira, uma formação rigorosa na academia e ainda, a realização de diversos outros cursos complementares os tornam bastante preparados para desdobrarem quase que qualquer tipo de ação. São capacitados tanto para ações que envolvam o aspecto operacional, quanto às que exigem amplo desenvolvimento cognitivo e preparação cultural generalista.

Porém, a abertura a outras referências, pré-disposição a aprender ou mesmo dispor de conhecimentos que estejam fora do cânone são aspectos limitadores neste ambiente de ensino. Além disso, a motivação à aprendizagem é elemento que fica ofuscado diante da necessidade de se ter um bom desempenho, para melhores oportunidades de escolha ao final do curso.

Já o aluno de graduação está nos primeiros passos de sua fase adulta.

Pedaços

As experiências de nossos encontros inter-subjetivos lançam aos outros, pequenos pedaços do nosso ser. Somos “lidos” pelo fragmento daquele instante. Somos sentidos pela porção que naquele momento deixamos a perceber. Ao outro, somos este fragmento do instante?

Em sala de aula, quando um conhecimento é discutido, é possível que muitos equívocos ocorram. Porque quase sempre o conhecimento é trabalhado parceladamente.

Mas à medida que novos encontros e outras oportunidades de debate acontecem, algumas informações podem ser retificadas e noções distorcidas podem ser revigoradas. Ou, dependendo da coerência, até mesmo agregadas ao conteúdo abordado.

“Fragmentos” é expressão da parcela de aprendizado que vai propiciar acontecimentos em educador e educando, mas é também a talha de cada um impregnada de afeto e de sentido e que nos fica colada à pele.

Os fragmentos adiante relatam algumas situações de pregnancy, fruto desses encontros.

Dor do Lusco-fusco

Poucas situações são mais constrangedoras para um professor do que a de demonstrar ignorância sobre um determinado assunto, em especial se for relativo à sua área de conhecimento. Felizmente foram raras as vezes que isso aconteceu comigo, ainda que fossem esses desafios que foram me empurrando para frente, na tentativa de estar pelo menos um passo adiante. E saber o que preciso ser sabido.

Antes da internet e do google, era mais difícil de um professor ser desafiado. Aquelas discussões piegas de mudança de paradigma no ensino, saindo do professor como guardião do saber e colocando o aluno como centro do processo, acreditem, não era de todo um desperdício. Era outra a sociedade da informação. Mesmo o valor da informação era outro. Não era preciso comprar jornais de papel. Era necessário. Livros: ter ou não ter, ler ou não ler - definia a fronteira que incluía nas elites econômica e intelectual.

Em meio a esse panorama, ser professor impunha um quê de respeito. O professor era aquele que sabia, o que tinha as respostas. Por isso, não ter uma resposta, ou estar equivocado sobre alguma questão cortava fundo com a vaidade e com o brio de um professor, caso ele tivesse algum. Envergonhava-o. Obrigava-o a estar mais preparado com a próxima turma.

Uma vez a experiência do erro aconteceu comigo, ainda que não estivesse relacionada com minha área de estudo. Pior ainda. Estava relacionada com o pertinente conhecimento de uma palavra. O que, por esta confissão, me parece ainda mais ridículo.

Em contexto do qual não me recordo detalhes, só lembro bem que não foi em sala de aula, mas sim em uma conversa com um ou dois alunos, utilizei a palavra ofuscar em lugar da palavra cintilar. Não que eu tivesse trocado ou confundido uma pela outra. Não, não. Eu realmente repousava na ignorância de desconhecer o uso correto da palavra, provavelmente porque, para mim, o sentido de ofuscar estava relacionado a uma sequencia de lampejos, muito provavelmente pelo uso comum do termo lusco-fusco. Apenas posterior ao ocorrido, e por ocasião dele, tomei conhecimento que lusco-fusco é aquele fenômeno maravilhoso de luz gradiente entre a claridade do dia e o escuro da noite, que ocorre com o crepúsculo ou com a alvorada. Essas e outras confusões com termos próximos foram resolvidos após o fato.

Mas na conversa com os alunos, utilizei o ofuscar dos olhos como se fosse brilhar; ou seja, exatamente o contrário! E um dos alunos me corrigiu, com muita tranquilidade e tato. Mas minha ignorância daquele momento, principalmente por se tratar de uma palavra tão comum (se comparado à minha trajetória de leitura) provocou em mim uma dor especial. Um sentimento cortante que vai rasgando a gente por dentro diante de uma situação vexatória, diante de um possível olhar do outro, que, silenciosamente, reconhece sua vulnerabilidade. Não há olhar mais dolorido.

Felizmente não houve este tipo de olhar na situação. O aluno (atualmente um profissional respeitável, como haveria de ser) apenas se manteve firme na certeza do contraponto.

Homossexuais que se beijam

Em aula sobre Fundamentos da Comunicação, explicando para militares praças e sub-tenentes sobre um sentido diferente dos correntemente utilizados para a noção de comunicação, os fiz imaginar sobre situações da vida que representaram um choque na alma, situações que realmente os tivessem tirado do eixo. Mas havia uma única condição: que as situações de “choque” anotadas os tivessem feito avaliar sobre suas condutas e suas ações, seus valores e seus modos de pensar. Modificando-os de alguma maneira.

Para ampliar o rol de possibilidades à atividade orientada, valia tudo, inclusive perda de um ente querido.

Esse exercício me deu várias compreensões sobre trabalhar de forma densa com alunos sem uma formação básica na área. Porque o êxito foi mínimo com essas turmas.

Trabalhar com uma proposta conceitual mais densa me fez compreender sobre as dificuldades desse empreendimento, com um público que aprende com manuais (e mementos). Fez também compreender, apesar de ficar muito distante do objetivo pretendido, como essas atividades não representavam nada em termos de ensino para eles, traduzido em fórmulas para operacionalizar suas atividades por meio do conhecimento. Por outro lado, era translúcido o estado de espírito da turma, um estado de êxtase diante de uma atividade que promovia um arejamento e um tipo de valorização do aluno como um ser que, antes de militar, é humano.

Essas promoções, nem de longe previstas no ensino militar, fazem parte de um amadurecimento necessário que venho realizando, como docente que pretende encontrar um tom mais utilitário e funcional sem perder o intuito de oxigenar um pouco a mentalidade e a cultura da reprodução.

Um curioso encontro de constatações sobre essa nova forma de definir a comunicação foi-me dado por um aluno que exemplificou como “choque” o presenciar de um casal homossexual se beijando. Na descrição pelo aluno desse choque, ele detalhava inclusive sua sensação física de desconforto, sem, entretanto, relacionar tal sensação a uma possível modificação do olhar.

Assim como a dor da vergonha, da desagradável surpresa, do preconceito que queima, da vaidade ferida, existem muitas outras dores n’alma e d’alma que não significam necessariamente uma transformação do pensamento, um “acontecimento comunicacional”, ainda que, como ‘experiência na pele’ possam interferir futuramente numa ‘experiência de pensamento’, que será o dito acontecimento.

Quando cometi um erro grosseiro diante de um aluno e senti uma dor semelhante a essas, apesar da sensação momentânea de impotência, não mudei em nada minha percepção do mundo sobre as coisas, pois a ocasião, além do uso correto de um vocábulo, não acrescentou nada além do que eu já pensava ou sabia. Em resumo, esta dor não guinou meus pensamentos para outra parte, com respeito à circunstância, ainda que esta reflexão, tomada agora, e amarrada com outras constatações, iluminam e exemplificam a dificuldade de se dizer, explicar, ensinar e distinguir quando uma dor, um choque físico mesmo, é ou não um acontecimento comunicacional.

Arroz com feijão

Ensinar disciplinas cujos conteúdos não se apresentam, num primeiro momento, como de interesse direto dos alunos, como seria um conceito significativo ou uma técnica a ser aplicada, envolve um exercício extra por parte do professor. Criar estratégias de encantamento ao que aparentemente parece descartável, inóspito e sem sabor.

Alunos de graduação, com idade entre 18 e 22 anos em sua maioria, não têm maturidade nem conhecimento das exigências processuais legais e pertinentes a um projeto político pedagógico, que levam um curso a inserir determinados conteúdos e disciplinas em suas grades. Por conta disso, em sala de aula, se comportam com indiferença diante de determinadas aulas.

O professor, por sua vez, se não conseguir envolver os alunos à proposta disciplinar, vai ser encarado como alguém que lhes rouba o tempo. Alguém que exige uma aprendizagem que não lhes traz nenhum sentido.

Além dessas incompreensões, existe outras situações que criam ruídos que interferem na relação professor-aluno. Ocupando um cargo de coordenadora de curso, um dos ossos do ofício era assumir disciplinas que “sobravam”, porque nem sempre era possível contratar professor para um número reduzido de aulas. Apesar de uma nova oportunidade de estudo, como foi para mim algumas experiências no curso de Publicidade e Propaganda, este é um tipo entre vários desgastes que vão minando a imagem do coordenador em um curso, especialmente se a função é exercida em uma faculdade privada, em que o curso é deficitário em relação à sua gestão orçamentária. Porque a pouca aderência com a prática ensinada vai se entrelaçando com as dificuldades administrativas enfrentadas. Se eu fosse conselheira, recomendaria a um coordenador que também é professor, que ele pudesse atuar com a carga mínima em sala de aula, apenas para conhecer as especificidades dos alunos e saber ponderar os conflitos. A sala de aula permite uma proximidade que é não possível atingir de outra forma.

Além dessa função estepe, nos anos em que atuei no ensino particular, assumi essas disciplinas consideradas mais áridas, que, de uma forma ou de outra, não atraem o interesse dos alunos. Como a disciplina de metodologia.

Menos do que fazê-los decorar regras de formatação de trabalhos, fazer referências bibliográficas e citar de forma correta os autores, meu intuito sempre foi o de fazê-los entender para quê servia um trabalho científico, desde os âmbitos mais influentes, como a ciência médica que descobre curas, até os projetos mais singelos, realizados por eles mesmos, como uma reflexão que, nascida na graduação a partir de uma inquietação que se faz projeto na iniciação científica, pode se transformar em uma busca importante para interveniência futura deste profissional no seu ramo de atuação. Com sorte, despertar neles ‘o espírito científico’ era minha principal meta.

Quanto às regras metodológicas de formatação, elas eram exigidas no grau mínimo que se poderia exigir, para justificar uma ementa, mas também pelo exercício importante do aluno efetuar uma prática que pode ser transformada em atitudes. Esta orientação disciplinar, de que a prática transforma atitude, eu realizava de forma intuitiva e só tive de fato esclarecida após trabalhar com os militares.

Regras metodológicas são como dicionários: consultáveis. Ao passo que o espírito científico desperto no aluno é um desafio e ao mesmo tempo uma missão do professor pesquisador. Mas como havia também a necessária validação da ‘absorção dos conteúdos’ (que coisa terrível!), eu alertava aos alunos que eles até poderiam, em suas pesquisas singelas, dar margem à

imaginação, querer ir além com uma ideia, romper com as tradições, porém, tendo a clareza que propor novas perspectivas implicava conhecer os princípios fundamentais da área que atuavam. Conhecer os princípios de como se fazer uma pesquisa. Saber primeiro fazer e comer o arroz com feijão, para então aprender a variar o cardápio.

Brilhos nos olhos

Estimular o desenvolvimento do ‘espírito científico’ às vezes pode ser adiantado demais para a idade de dezoito anos. Da mesma forma é ensinar sobre ética e responsabilidade social no tratamento da notícia, quando nem mesmo a deontologia social é suficientemente compreendida, já que tão poucos caminhos foram percorridos. A experimentação de vida até esta idade fora tão desprovida de solo! Ao invés disso, fora investida de experiências de voos. De um plainar com tal leveza que às vezes ainda é possível sentir um aluno levitar. E como esta suspensão ao vento é importante para se sonhar novas realidades!

Assim, o ardor e a sede destemida da jovialidade, banhados de sonhos e deslumbramentos, dão um relevante equilíbrio dialético ao trabalho sistemático e dedicado de que a investigação necessita.

Por isso ensinar o que é árido também é glamoroso. Se por um lado, a compreensão sobre o potencial de intervenção que cada um poderia alcançar, nem sempre foi atingida a contento; por outro, a impulsividade, as indignações e a predisposição a rupturas os abriam para uma escuta sobre a ciência.

De forma que foi possível verificar, pelo brilho nos olhos, a movimentação interna que algumas de minhas aulas provocaram em grande parte dos alunos. Se não ficaram despertos para a pesquisa naquele momento, certamente incorporaram a noção de que o desenvolvimento da humanidade é movido também por essas inquietações. Que é por meio dessas dúvidas que as pesquisas vão desvendar respostas. Ciência normal, lembrando Kuhl. Cotidiana. Essa que é a gente mesmo que faz.

Esses brilhos, cintilantes, pouco a pouco foram plantando algumas sementinhas que me levaram a cultivar uma peculiar paixão pela filosofia da ciência. E a pensar e retomar constantemente indagações que questionam a própria dúvida, já que nossas condições evolutivas ainda não são capazes de elaborar questões com as quais a cultura ainda não se acomodou ou incomodou. O ser é um ser histórico, lembrando Hegel, e só seu tempo permite a ele lançar mão de reflexões a incompletudes desenhadas por este ser no tempo.

E foi assim mesmo que este cômputo se fundiu à minha história. Um conjunto brilhante de olhares interrogativos que aos poucos foi sendo incorporado pelas minhas questões. Tornaram-se minhas questões, ou, por tantas outras vezes trocaram-nas de lugar. O ensino e as demandas individuais de cada um foram não sei ao certo em que ponto (na verdade, nem há um centro, uma linha e um ponto...), construindo e me permitindo condições de devolver essas dúvidas em novas formas de aprender e ensinar.

Dúvidas, olhares, interpolações que, na forma de vibração, foram me transformando dia-a-dia. Que provocaram um crescimento interior tão estrondoso, que já não sou capaz de me identificar sem perceber uma porção de cada aluno encrustada em mim.

A essas porções eu chamo de afecções [nota], porque fui um tanto infectada, inflamada, espetada, atingida de forma irrevogável por essas demandas. Por esses olhares. Hoje já não sou mais eu. Também não sou a soma dessas porções. Sou mais que a soma das partes, porque cada parte entra em transformação quando encontra novas questões.

Intersubjetividades que resultam também neste texto. Parafraseando Deleuze, se cada um de nós somos vários, já é muita gente na escritura destes relatos.

Valor capital da informação

Olhares e questionamentos, tanto dos meus alunos, quando de meus professores, foram e são fagulhas que incitam afecções. Sinalizações emanadas de todas as maneiras e por mim reorganizadas na forma de informações, que foram promovendo acontecimentos em meu corpo e em meu espírito ao ponto me transformarem a aluna em professora, e a professora em aluna.

Foram esses acontecimentos comunicacionais que ‘moldaram’ [nota Leibniz] minha perspectiva docente. Que muitas vezes contestaram minha forma de ensinar. Arrebataram com elas. Suspenderam-nas.

É assim que eu acredito ser uma experiência de ensino. Incomoda-se um pouquinho hoje, questiona-se um pouquinho amanhã. Vai-se ajustando aos poucos a relevância do conteúdo às necessidades e demandas de cada um. Mas para isso é preciso que se conheça cada um. E este é um divisor de águas que nem sempre pode ser atingido. Especialmente com os alunos militares.

A transformação do sujeito pelo ensino está implicada com pequenas afecções que o professor promove em suas (e minhas) referências conformadas. Apresentando outros prospectos. Especulando novas possibilidades e agregando informação. Um ensino que ‘afeta’ é o que torna o conteúdo explicitado significativo para o aluno. Significativo ao ponto de transformá-lo, de modificar seu pensamento em favor de sua própria continuidade.

Mas como agenciar esses intercâmbios partindo de uma mesma explanação? Como provocar aderências diferentes a partir de uma mesma fala? A didática da aprendizagem significativa tem sido uma instigante busca em prol desses desafios.

O uso dos conteúdos ou mesmo seu entendimento pelos alunos nem sempre ‘acontece’ no tempo da aprendizagem. Falo por experiência própria: diversas informações no ensino só me fizeram sentido muito tempo depois de suas apresentações.

Movimento semelhante, só que mais contundente, acontece com o professor, ao se dedicar ao ensino do que aprendeu (pelo menos em tese): é uma odisseia absolutamente distinta da primeira. Na especialização e aprofundamento dos estudos, cada informação já vista antes ganha uma estatura infinitamente mais coerente, a partir de uma visão mais alargada do processo, e assume uma dimensão e uma importância em relação ao fazer profissional que, comparando ao momento da primeira aprendizagem, (na graduação), justifica todo o desinteresse e falta de perspectiva em relação a algumas disciplinas, tal é o tamanho do distanciamento entre uma informação fragmentada e o sentido dela no todo. [inserir nota trans-multi-inter morin].

Considerando o cenário contemporâneo da sociedade, em a disponibilidade abundante de informações meio que banalizou seu valor capital, ser um bom seletor de informações, saber organizá-las, utilizá-las com finalidades construtivas parece ser o desafio do momento. Mas este desafio está pulverizado em meio a realidades *fakes*, descentralizações e hábitos modistas de se relacionar com as ferramentas de gestão da informação. Na verdade, o valor da informação, ao que me parece, só poderá ser percebido em massa pelos públicos em situações de catástrofes, guerras, crise financeira, embargos diplomáticos e outras ocasiões que beiram ao caos. Mas no ensino, o peso e a dimensão de determinadas informações não apenas definem cenários de forma surpreendente, como quando seu valor capital é potencializado, mas também assume um sentido singular na forma de afecção, que agenciada .

Idade x maturidade

Poucos anos atrás o ensino obrigatório prescindia da pré-escola e para ser alfabetizada uma criança necessitava ter sete anos completos. Obviamente não tínhamos bebês manipulando telas *touchscreen* e entretenimentos com interações multimídias. É daí que perguntamos: em qual idade da vida, ou, quando o educando está preparado para determinados conteúdos e processos? Obviamente há estudos sobre isso. Mas aqui estamos apenas especulando, para voltar à questão da maturidade intelectual e do valor da informação certa, no tempo certo.

Esta especulação me traz um aforismo, que vou contar com o coração todo ele quentinho: A terceira série (hoje 4º ano) do primário foi um divisor de águas em minha vida. Nos dois primeiros anos precedentes meu desempenho escolar era de mediano para trás. Tive dificuldade para aprender a ler, porque meu pai, também professor primário da rede pública, era muito enérgico e se utilizava de métodos que surtiavam efeito contrário. O tempo na escola demorava a passar. Eu não tinha coleguinhas, nem de classe. Havia muitos problemas em minha família e experiências frustrantes de infância que se refletiam em minha forma de estudar.

Foi a partir da terceira série que a escola passou a ter para mim outro sentido. A professora tinha métodos pouco convencionais. Na verdade, eu não me lembro de ter estudado coisa alguma, porque para mim o objetivo de ir à escola era o de brincar. E como era bom brincar de aprender! Eu não via a hora de ir para a escola. É claro que os conteúdos foram todos dados e tempos depois, em visita à professora, pude verificar que tivera mesmo conteúdos trabalhados, porque ela me mostrara meus cadernos que ela guardava junto a outros com tanto carinho. É difícil me lembrar disso sem minar os olhos, porque, uma pessoa simples, apaixonada pelo ofício, mudou radicalmente minha história de vida. Eu imagino quantas outras histórias ela também mudou.

Tudo ficou diferente a partir de então. Por ter me mudado de São Paulo para uma pacata cidade, eu gozava de uma ‘certa’ popularidade, e foi fácil ter colegas e fazer amigos. Eu era muito agitada e isto me valeu o apelido de Ana Pula. Os dias de escola passaram a ser então felizes e eu passei a amar aquela professora com toda a força que meu coração, já quentinho, conseguia.

É realmente muito difícil relatar o que tinha de diferente nas aulas. Ela é uma professora que na época jogava giz e dava reguadas na cabeça dos alunos. Mas ela tinha uma magia e um encantamento que me voltaram à lembrança quando me percebi também professora.

Até hoje me lembro de trechos da história ‘a cadeira de balanço’ que nós tínhamos decorado para recitar em jogral. Havia chocolates para quem decorasse. Não me lembro com clareza, mas pelo perfil da professora, certamente havia chocolate para todos, no final.

De todas as boas lembranças, uma me intriga mais do que todas. Lembro-me, como se hoje fosse, do dia em que a professora explicou sobre a situação econômica do Brasil. Que havia uma dívida externa, o FMI e o Banco Mundial. Era início dos anos 1980. Lembro-me claramente dela escrevendo as siglas na lousa. E quando ela falou do Banco Mundial (bem, à época não sei bem como ela se referiu), ela escreveu a palavra BIRD na lousa, dizendo que se escrevia da mesma forma como se escreve pássaro. É muito interessante como essa informação ressonou de forma muito forte em mim, tempos depois.

Mesmo lendo jornais na graduação – e minha leitura era bem superficial na perspectiva de agora – eu havia me deparado muitas vezes com a menção ao FMI, mas pouquíssimas vezes à

menção ao Banco Mundial. Porque não me lembrara nem um pouco de contextos que falava dele. Até ingressar no mestrado e ser quase atropelada por uma bibliografia sobre políticas públicas em educação (meu tema geral era cidadania) em que o BIRD (Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento) era protagonista que subsidiava quase todas as críticas.

No primeiro contato com esta referência, praticamente fui assolada pela memória de uma única imagem que veio como um “lampejo”: a palavra BIRD escrita na lousa, a dica mnemônica de como guardar o nome e o contexto em que ela tinha sido “informada”. Esta informação reincidida funcionou como uma ‘fiscada’, mexeu e revirou com todos os meus sentidos. Soou quase como balde de água fria.

Nem tanto pelo meu espanto e estarrecimento diante da audácia (para alguns, desmedida) da professora, tampouco pela possível ineficiência de se mencionar questões tão complexas para crianças de uma outra cultura midiática. Mas sim pelo encontro entre esses dois momentos. Porque este encontro me permitiu uma tomada de consciência e o nascimento de um entendimento novo: de que dezenas e dezenas de outras informações, tão relevantes no presente, teriam passado despercebidas porque minha pré-disposição do momento não era afeto à incorporação daquela informação. Independentemente das idades passadas. Porque é óbvio que conjuntura econômica nacional é forte demais para uma terceira série; porém, iniciar reflexões sobre as condições do país em que se vive, não. E ela teve esse tato. Será que eu tenho?

O mais importante deste arrebatamento acontecido comigo foi minha maneira de encarar o desdobramento dos conteúdos quando eu os fosse ensinar. E não desanimar quando determinada informação, obrigatória nos planos de ensino, porém desvinculada dos interesses dos alunos, fosse recebida com desdém. Caberia a mim, de certa forma, encontrar maneiras de fazer com que a informação dialogasse, em maior número possível, com as motivações dos alunos.

Torna-se professor

Muitos professores desejaram ensinar desde a infância. É claro que nem toda a brincadeira de escolinha significa esta prospecção, mas há quem tenha identificado a vocação por ensinar bem antes do momento da escolha profissional. Não foi o meu caso. Bem ao contrário disto, sendo filha de professor da rede pública, cresci acreditando que a profissão era pouco valorizada e mal remunerada. E isso me desmotivava.

Minhas brincadeiras eram com meus amigos imaginários. Conversava com eles sobre todos os meus planos.

Influenciada pela televisão, também gostava de brincar de gravar programas. Tinha preferência pelos programas de culinária, porque dava para aproveitar os ingredientes do quintal: terra, água, pedras e grama picadinha. Como na televisão, eu repetia a lista de ingredientes para o telespectador não perder. Meu perfil de criança era do tipo que queria interagir junto aos adultos. Eu atravessava as conversas da minha mãe (quem mãe?) e ela sempre me chamava à atenção. Dizia que eu era uma menina “especula”. Na verdade desde muito cedo eu adorava saber tudo e perguntar das pessoas sobre elas. Qualquer conversa virava uma entrevista. As pessoas costumavam me dizer que eu era comunicativa e muito expansiva.

Vários outros fatores, situações e características minhas acabaram me fazendo optar pela Comunicação como profissão. Mas a mais forte de todas com certeza foi o fascínio que as aulas de redação me provocava. Eu adorava produzir textos. Por fora tantas ideias que borbulhavam. Dar vazão a sensações represadas. Estender ao papel alguns de meus fragmentos. Interessante o encantamento que acontece na produção de textos: quando já prontos eu os lia e a magia das palavras parecia tornar as sensações ainda mais intensas. A intimidade e o desembaraço com os textos, aliadas a uma eterna indignação diante as injustiças sociais acabaram me levando a escolher o Jornalismo como profissão.

Eu jamais imaginei que chegaria à docência. Não tinha ideia de quanta satisfação estaria reservada para mim. Interferir na Rede de Significações do outro. Provocá-lo. Auxiliá-lo para que ele pudesse extrair de si potencialidades escondidas. Compondo intersubjetividades que influenciaria alguns por toda a vida.

É que não me ocorria a penetrabilidade e correlação que há entre o ensino e o estreitamento entre pessoas que se afetam mutuamente, como resultado da interação em suas relações. Não me ocorria o fato de que a pauta deste encontro é demasiadamente relevante: o conhecimento.

Assim, o caminho pelo qual cheguei ao ensino foi outro: comecei primeiro com a pesquisa.

Por conta de minhas indignações a respeito das diferenças sociais e falta de oportunidades, eu tinha interesse em liderar uma mobilização social em prol de alguma causa. Panfletar casa a casa; estimular reuniões nas associações de bairros, etc. Eu achava que todos tinham que por a mão na massa para que a sociedade pudesse mudar, cada um fazendo sua parte. Era muito dolorido meu sentimento em relação à exclusão social. Já era formada em Jornalismo e queria utilizar dos meios de comunicação para locomover minhas inquietações.

Uma das poucas disciplinas que eu tirei nota máxima na faculdade foi Realidade Socioeconômica e Política Brasileira, com o Prof. Brás, à época diretor de escola aposentado. Ele me ‘contagiou’ com sua visão, que só por intermédio da Educação é que se pode promover uma mudança na sociedade. Fiquei afetada pela proposta.

Outro professor da graduação muito importante foi o Ângelo Aranha, que me ensinou como as coisas podem ser mais fáceis do que de fato fazemos sê-las. Até aquele momento eu havia remontado tanto sofrimento e assim continuou até a metade do curso de doutorado. Esses ensinamentos, impossíveis de serem exprimidos, foram vitais para que eu pudesse me manter de pé nas guerras que enfrentei. Ele suavizava as coisas de uma maneira que até pareciam realmente muito fáceis. Uma das dicas inesquecíveis e que carreguei comigo depois da faculdade, foi a ideia de trabalhar com jornal das escolas. Ele propunha que produzíssemos o material e que vendêssemos os anúncios para custear nosso trabalho. Um trabalho que seria absolutamente independente, que havia uma demanda reprimida neste campo, pelos idos de 1990 e tantos, e que contribuiríamos com a formação dos jovens. Eu achei essa ideia fantástica, tanto que depois a reproduzi com os meus alunos, acrescentando a ela outras possibilidades e outros *locus* de desenvolvimento de trabalho autônomo como alternativa à saturação de profissionais no mercado de trabalho.

Da ideia de me mobilizar em prol da equidade social, comecei a frequentar um grupo do qual meu professor de espanhol fazia parte. Era uma espécie de ONG, que nada tinha a ver com minhas ideologias, mas me dava uma ideia de como uma ONG funcionava e eu queria compreender isso para fundar uma (na época eu dizia ‘a minha’). O grupo era composto por latino-americanos que viviam no Brasil e que requisitavam o gentílico ‘americano’ para todos os povos do continente americano. Nem todos do grupo frequentavam-no por esta causa (como eu), mas gostavam de se reunir para cultivar seus hábitos e valores e falar um pouco de castelhano. Por esta ocasião conheci um peruano, professor do Departamento de Física da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto. Prof. Rodas Duran. Num jantar, enquanto eu expunha (derramava) meus inúmeros incômodos, perguntei a ele: “você, por exemplo, o que você faz para mudar a sociedade?”, num tom sugestivo que ele nada fazia, pelo sua estirpe de socialite. Essas lembranças são risíveis quando revisitadas. Um cientista importante como ele, devolvendo, à sociedade, em forma de pesquisa inúmeros avanços para a física médica e eu, com uma arrogância própria da rebeldia, perguntava em tom de redução. Sempre fui uma sem-noção e sem-tato para com as pessoas, mas em alguns casos eu me superei.

Pacientemente ele explicou que havia outras formas de contribuir com a sociedade. Na ocasião eu nem sabia que ele era autor de vários livros de referência na área de Radiologia. Foi este professor que me encaminhou à pesquisa, orientando-me a canalizar toda aquela energia rebelde em um Projeto. Ele me indicou um Programa de Mestrado, me explicou como a pesquisa poderia me lançar adiante e me deu todo o suporte e informações sobre como montar um pré-projeto.

Do mestrado à docência foi um pulo rápido. Fiz uma pesquisa interdisciplinar em Educação e Comunicação, num Programa de Política e Gestão Educacional. Os estudos de base no mestrado me permitiram conhecer muitas outras questões. O título da minha dissertação foi: Educação, Comunicação e Cidadania: interfaces para a elaboração do jornal escolar. Com ela, realizei meu ideal plantado pelo prof. Brás de investir na modificação social pela Educação. Para tanto, estudei cidadania a fundo, fiz uma disciplina na USP denominada Educomunicação, a partir da qual tive acesso a textos fantásticos sobre a inter-relação entre Comunicação e Educação. Apaixonei-me pela pesquisa e amadureci uns dez anos em três. Publiquei vários trabalhos em congressos e Associação Nacional dos Jornais fez referência a um dos meus textos em seu site de notícias. Em pouco tempo, eu estava sendo citada até mesmo por outros pesquisadores de mestrado pelo meu trabalho.

Fiz uma graduação trabalhando no mínimo dez horas por dia. Perdi dezenas de oportunidades, oferecidas apenas para quem tem tempo disponível. Por isso não trabalhei no período em que

fiz o mestrado, exceto alguns frelas e trabalhos voluntários, que eram importantes porque permitiam ao meu currículo não enferrujar, como foi o jornal interno do campus da Unesp que produzi, a pedido do diretor da unidade. Produto que, posteriormente, garantiu minha entrada como professora na faculdade.

A porção de cada um

Ingressei no magistério superior uma semana após defender o mestrado. Eles procuravam um professor que, além de ensinar os conteúdos em sala de aula, também elaborasse junto com os alunos um Jornal Laboratório.

Não tinha sido funcionária de nenhum veículo de comunicação. Minha experiência tinha sido construída com os poucos trabalhos que realizei por conta, conforme conselho do prof. Ângelo. Então eu tinha que correr atrás. Eu tinha feito um estágio voluntário de acompanhamento na época do mestrado em um Jornal Diário de Araraquara, para saber da rotina. Eu não poderia me deixar ‘academizar’ demais. Escrevi uns artigos para meu gerente na época da faculdade, conhecia o processo de produção de uma gráfica (fui para as oficinas) e sabia montar um jornal do começo ao fim, da pauta à arte final, conhecimentos que fui aprimorando com muito estudo e práxis de sala.

A tarefa de montar um jornal laboratório, no prazo de um mês parecia o menor dos desafios. O domínio de conhecimentos específicos em Planejamento Gráfico e Diagramação é o que tinha de mais assustador. Minhas notas e noções da faculdade não pareciam suficientes para ensinar. Presume-se que ao ensinar, um professor seja especialista no que fala. Eu precisava ser especialista nisso. Como eu já sabia, por causa do mestrado, dos caminhos para se chegar ao conhecimento, fui às bibliotecas das maiores Universidades e consultei todos os livros que falavam sobre o assunto. Alguns eu fichei, outros xeroquei, e assim comecei como professora.

Era uma vaga que não tinham tantos candidatos. Além do plus do jornal fora da sala de aula, era preciso gerenciar a dificuldade da relação entre os alunos. Fazer com que fossem uma equipe. As relações humanas sempre se mostrando como os maiores obstáculos.

Antes da minha ‘inauguração’ como professora, me vi envolta na seguinte indagação: Que tipo de professora eu gostaria de ser?

Em diversos momentos anteriores a este eu havia me deparado com rememorações de situações que envolviam a atuação de alguns professores em minha vida. De como alguns ensinamentos e intervenções tinham sido significativos para mim. Minha vontade era ser de cada um deles essa porção inesquecível.

Transparecer minhas convicções ao ponto de influenciar, como o Prof. Brás. Fazer ver como as coisas podem ser mais fáceis, como o Prof. Ângelo. Permitir aos alunos se apaixonarem pelo que eu for ensinar, como a professora de redação do colegial, Lucília Romão. Ou mesmo, fazer de uma atividade obrigatória uma ação prazerosa e alegre como a Primavera de Vivaldi, como foram as aulas de Educação Física da 5ª. série, que, por comportar tantas alunas ao mesmo tempo (eram seguramente mais de 200 meninas), a professora encontrava estratégias para realizar um trabalho em massa, uma das quais era promover coreografias de danças que eu amava ensaiar. Fazíamos nossos próprios figurinos a um custo bem reduzido, porque me lembro que isso eu podia pagar.

Esses ‘acontecimentos’, posteriormente percebidos por mim de maneira mais forte, geraram outros acontecimentos a partir da conjugação daqueles com outras vivências. Foram movidos por afecções que provocaram transformações na minha maneira de ensinar e de enxergar o aprender; e na minha maneira de aprender com meu ensinar e meu enxergar.

Uma das histórias que sempre conto quando estou me referindo aos percalços de minha trajetória é a do despertador no banheiro. Gosto de repetir essa história por renovadamente me impressionar com a reação das pessoas ao ouvi-la.

Como eu era noiva quando fui para a faculdade, já era um motivo muito forte para que eu voltasse para a casa sempre que possível. O dinheiro era curto e a viagem sofrida, porque não tinha ônibus direto (e ainda não tem) de Bauru à cidade de Barretos, obrigando-me a fazer baldeação na cidade de Jaboticabal, que era rota de encontro das linhas rodoviárias das cidades. Se eu pudesse escolher o horário de regresso, ao todo eram cinco horas e meia de viagem, considerando um intervalo de uns 20 minutos entre o desembarque de um e embarque do outro. Porém, no horário de sexta-feira à noite, após o horário da faculdade (estudei à noite para trabalhar por meu sustento), a única possibilidade de horário me obrigava a esperar um intervalo de três horas na rodoviária de Jaboticabal, em plena madrugada.

Em muitas cidades do interior é comum que a rodoviária sirva de abrigo para moradores de rua ou passarela a andarilhos sugados por álcool ou drogas. Inspira um ar de insegurança. Assim, esperar por três horas em plena madrugada parecia ser mais seguro e aquecido dentro do banheiro. E arrasada pela densa semana de trabalho e estudos (eu trabalhava em média dez horas por dia), conseguia dormir tranquilamente sentada no vaso, com a cabeça recostada sobre braços e os braços sobre as pernas. Como logo das primeiras vezes, quase perdi o ônibus, passei a levar em meu “kit” um despertador, desses de R\$ 1,99. Também fazia parte do Kit uma folha de papelão para colocar em vasos que não tinham o tampo, e placas com os nomes das cidades intermediárias, porque em minha época era comum estudantes viajar “de dedo”; pedir carona nas rodovias. As experiências antropológicas experimentadas por essas caronas valeriam ser reunidas em outra proposta de relatos.

Finalmente depois de quase um ano com esta rotina as coisas melhoram. Os alunos de Barretos descobriram que numa cidade vizinha, Bebedouro, havia um ônibus subsidiado pela prefeitura e que ia direto para Bauru. Um ônibus velho e desconfortável, os bancos não inclinavam, os vidros das janelas que não travavam, porém era de graça. Passei a viajar todas as semanas e isso foi fundamental para a manutenção do meu noivado, que estava começando a ficar capenga. Amor também é convivência. Como nem tudo são pétalas, a nova dificuldade era me deslocar a pé e com mala, à época sem rodinhas, da rodoviária de Bebedouro até a Prefeitura Municipal, o que dava em torno de quatro quilômetros em uma hora de percurso, apesar de parecer bem mais longe carregando a mala. O interessante é que quando se é criado em família muito humilde, é muito mais cultural achar que não se pode pagar um taxi do isso de fato seja uma dificuldade. Porque me lembro de nem mesmo ter perguntado quanto ficaria a corrida.

Esses desgastes todos duraram por toda a minha vida. Eles apenas mudavam de roupa. Cursando as disciplinas de doutorado, já entendendo de tarifas de taxi e tendo uma estabilidade econômica um pouco melhor, era obrigada a viajar do Rio de Janeiro para São Paulo por duas noites seguidas, numa noite indo e noutra voltando, todas as semanas. Meu trabalho era no Rio, meu curso em São Paulo e minha casa, “com marido cachorro e papagaio”, em Barretos. Assim, saía de Barretos no domingo após o almoço, chegava no Rio pela manhã de segunda-feira, embarcava para o curso em São Paulo na segunda à noite, amanhecia em São Paulo, aproveitava os três períodos com disciplinas e pesquisas na biblioteca, retornava de volta ao Rio no mesmo dia, estava na quarta destruída para dar aulas e quando era sexta-feira eu estava de novo embarcando de volta para Barretos. Ao todo, eram quase três mil quilômetros por semana e 12 mil quilômetros por mês, rodoviários. Do “kit”

mudaram os elementos: blusa que podia virar travesseiro, cachecol que servia de cobertor, remédios para dor de cabeça, muscular, enjôo e cólicas, água, aparelhos multimídia e livros para não desperdiçar as quase 13 horas entre RJ e Barretos. As quatro noites (de sete) que eu passava nos ônibus assaltaram de mim a garra que eu tinha para missões muito duras. E sugaram minha juventude.

Já no final deste trajeto e farta de desgastes que ultrapassam a noção de limite, escrevi em meu *status* de uma rede social: “Dengue, febre. Febre de novo. Papai do céu: Aguardo ansiosamente pelo dia em que não precisarei mais fazer esta vida *trash* de viagens malucas de bate e volta rodoviário (RJ, SP, Barretos). Porque sinto que a minha juventude ficou num bagageiro de ônibus. Amém!” E uma amiga comentou comigo que não sabia se ou vontade de chorar.

Resolvi incluir essas poucas narrativas, que contam uma pequena parte dos percalços pelos quais passei, apenas para ilustrar como a percepção do ensinamento de um mestre interferiu em mim com tanta força, que potencializou minha garra ao ponto de me fazer superar todos os meus limites.

A base que me faz encontrar forças quando parece nem haver mais ar, é uma alegoria contada pelo meu professor de História do colegial. Arquilau Romão (Kika). Foram muitos os ‘acontecimentos’ proporcionados pelo encontro com este professor, mas esta alegoria, em especial e que infelizmente não saberei reproduzir fielmente, conta que “um homem passou toda a sua vida dedicado a bater numa rocha com uma picareta, em busca de um estado de graça (riqueza, alegria, eternidade, benevolências) que estaria contido no interior desta rocha. Quem a partisse conseguiria atingir este estado de graça. Anos passados, já velho, cansado e sem forças para continuar, ele também notou que havia perdido sua vida, porque poderia morrer sem conseguir partir a rocha. Deixou a picareta ao lado da rocha e partiu, na tentativa de aproveitar o pouco tempo que lhe restava. Pouco tempo depois, um forasteiro que passava pela rocha, curioso com cena de uma picareta abandonada ao lado de uma rocha desgastada por uma fenda, resolveu bater na fenda e com um apenas um golpe a rocha se partiu”. Não sei se esta estória é bem assim, nem qual é a autoria, mas é assim que ela ficou para mim. É a estória refletida e reconstruída em mim. Não sei se o forasteiro conseguiu atingir o estado de graça, sequer se a promessa realmente se realizaria, no desfecho de algum conto de literatura fantástica, mas o que ficou para mim é que o homem desistiu faltando apenas mais uma picaretada. Isso me deu uma perspectiva de vida. Depois dessa estória, como eu iria desistir sabendo que poderia estar faltando tão pouco?

???

Não gosto que as pessoas do meu meio sintam compaixão por meus esforços. Porque precisei de todos eles para ser quem sou. E, sinceramente, não queria ser outra, gosto desta.

Muitas pessoas com quem convivo não teve que passar por dificuldades tão castigantes (no corpo mesmo) como as que passei, e por isso demonstram admiração pela minha determinação. Mas gosto de demarcar minha opinião de “liberal”: Se não passaram, foi porque não precisaram, do contrário talvez tivessem feito isso ou até mais. Precisar ou não, depende também das condições em que nascemos, na nossa sociedade liberal. A determinação e a garra de cada um é uma outra coisa e nem sempre é mobilizada por carências.

Ninguém tem culpa de ter ou não precisado se expor a desgastes. Não tenho filho, mas se o tivesse, ela já nasceria com muito mais conforto e condições que tive; e talvez não tivesse que passar pelo que passei. Ele herdaria o fruto dos meus esforços, seria um merecedor indireto.

Encontrei vários merecedores indiretos pelo meu caminho. Especialmente alunos. E grande parte deles sabia aproveitar esse merecimento. Com criatividade, efervescência de vida e autoria de conhecimentos.

Às vezes, posicionar-se num lugar em que se tem uma noção de vida que é muito distante da realidade da *classe trabalhadora*, permite que as ideias possam fluir mais bonitas. Não precisamos apenas de militância e luta por direitos. Precisamos também de filosofia e poesia de vida. Ou as duas coisas juntas, como em Adorno.

Chamei de *encontros bachelarianos* os momentos de êxtase cognitivo que tive durante a elaboração da minha tese. Desde então, tenho aproximado essa minha forma de referenciar mesmo a outros insights. Cada vez que uma ideia me é iluminada por algum texto, automaticamente penso que tive um encontro bachelariano.

O nome vem de um autor que escreve, entre outras coisas, sobre o pensamento, o sonho, a criação e o devaneio humano. Seu nome é Gaston Bachelard.

Em um texto chamado três experiências distintas, refiro-me à forma como os livros dialogam conosco. Uns nos dizem tanto, outros nada. Como pode ser?

Os livros de Bachelard são um tipo específico de agulha que atravessa a pele, deixando em minha superfície a dor do que há de mais profundo. Muitas vezes tive que parar de ler, tal era o descontrole com as lágrimas. Em outras ocasiões, um único parágrafo me exigia uns três dias de regurgitação. Da maturação que aquelas ideias repercutiam em meu corpo e consciência. Letras que me arrancaram suspiros profundos.

Há outros autores que também me provocaram neste sentido. Mas não como Bachelard. Das inúmeras referências que li, autores citando outros autores, fiquei estimulada a provocar encontros com Paul Valéry e Edgar Allan Poe. . Quero conhecê-los “pessoalmente”. [nota é só uma figura] Eles me foram apresentados a partir de contextos que me diziam tanto e com tão poucas letras, que não vejo a hora de pegar tais explanações com acuidade.

Como diz Merleau-Ponty (ANO), os livros são uma “máquina infernal” de produzir significações. E o triunfo da linguagem é o de nos fazer crer, ao término de um livro, que nos comunicamos com o autor de espírito a espírito, sem palavras.

Entre alguns rabiscos que anotei quando fiquei em estado atônico por causa dos encontros bachelarianos, estava em rascunho: “Poucos escritos me deixam tão tocadas como os bachelarianos. Entre surtos e espasmos contínuos de plasticidade intelectual, que invadem meu corpo e assaltam de mim o marasmo, percebo que cada leitura é um encontro com minhas suscetibilidades e potencialidades. Os parágrafos lidos me afastam do texto por horas, jogando-me numa meditação involuntária. Já não é de mim que nascem tantos cogitos, mas do meu encontro com esta escritura sagrada. O que este autor faz comigo? Ele extrai de mim criações para que delas haja outras experiências. Descobrindo a medida do meu ser. Dando passagem aos meus ecos e preenchendo meus vácuos. ‘Mataporizando-me’.”

Riscos e rabiscos

Sempre fui muito preciosa com a correção das atividades dos alunos. Conferindo linha a linha, anotando observações e dedicando muitas horas que eram do meu lazer, corrigindo questões sem resposta-padrão e avaliando trabalhos em que eu gastava mais tempo para ler e anotar observações do que o aluno gastava para prepará-los.

Certa vez, uma amiga professora de didática me alertou sobre o uso da tinta vermelha para essas anotações. Ela dizia que meu preciosismo com as anotações (muitas, portanto) aliado àquela enorme sombra, manchando de vermelho a prova do aluno provocava um impacto visual muito agressivo. Como se fosse uma espécie de atestado de incompetência.

Este foi apenas um pequeno sinal para um entendimento-arrebatamento posterior de que a sensibilidade dos alunos em relação ao modo como nos relacionamos com eles é muito mais vulnerável do que supomos num primeiro momento.

Acatei a dica da amiga e posteriormente, já no ensino militar, tive que enfrentar alguns embates com o pessoal técnico da seção de avaliações, para fazer valer meu procedimento, uma vez que o uso da tinta vermelha faz parte do rito da avaliação militar, sendo ela instrumento de exaltação do erro. Conceito com o qual nunca me senti muito confortável. Principalmente quando, no ambiente militar, ele extrapola para outros contextos, banhado da seguinte máxima: “se houve um erro, tem que haver um culpado”.

Essas palavras chegam a me estremecer.

Banir a tinta vermelha como forma de tornar a correção mais construtiva, parece não ter surtido nenhum efeito sobre a postura dos alunos em relação à avaliação. Era realmente muito difícil conseguir a atenção, despertar o interesse e alimentar um desejo para ‘aquisição’ pelo aluno daqueles conhecimentos. [nota]. Sensibilizá-los para a descoberta de um mundo de possíveis e que essa tinha que ser uma tarefa leve, pretenciosa na intenção, mas desapegada da obrigação de se “fazer constar”. Foram poucas as vezes que não senti angústia por perceber que o ensino era encarado como um cumprimento de meta, uma passagem necessária.

Em relação a alguns alunos já atuantes como profissionais da área, essa postura era ainda mais preocupante, porque já se achavam prontos. A surpresa era mesmo quando admitiam que a faculdade contribuía com alguma coisa que não fosse o diploma. Tive o prazer de escutar isso algumas vezes.

Várias tentativas de diversificação na avaliação, quase todas sem o êxito esperado, me fez desejar, mais do que qualquer outra coisa, que pelo menos uma vez na vida eu experimentasse a realização plena do ensino. Entendia esta realização como um conjunto de situações: - obter dos alunos a compreensão sobre o sentido daqueles conteúdos, para a profissão e para a vida; - ter a atenção deles voltada para as explicações; - ouvir muitas dúvidas, ser questionada, incitar debates; ser requisita ao final das aulas, para detalhamentos ou ouvir algum complemento, como uma curiosidade ou situação vivida; - Sentir a vibração deles e ver o brilho nos olhos enquanto apresento as explanações; - Receber informações e materiais por eles pesquisados em casa; Receber solicitações de leituras complementares; e sentir, no processo de avaliação, o resultado de todos esses envolvimento.

Quanto tempo eu ainda demoraria, para entender que meu desejo de realização plena de ensino tratava de dar conta de uma única questão, em detrimento de outras? Estava claro que as situações que eu almejava como ideias [nota remissiva] realmente pareciam razoáveis a uma situação de ensino. Mas o problema é que cada dos meus desejos partilhava da mesma prioridade: eu.

Enquanto a questão fosse a minha vaidade, eu não veria no que estava errando, ou como fazer as coisas melhor. E pior do que não ver, é não ver que não vê. Eu até estava perfeita de visão, mas cega no olhar.

Em uma administração acadêmica muito ortodoxa, eu assumia riscos tentando resolver a questão por meio de avaliações diversificadas. Além das avaliações presenciais que totalizam os 10 pontos, eu ainda acrescentava inúmeros trabalhos de pesquisa em casa, somando 1 ponto a cada trabalho entregue, sendo critério do acréscimo apenas a entrega, uma vez que não haveria tempo de corrigir, por exemplo, 4 trabalhos de cada um dos 50 alunos, além das provas.

Quer dizer, fossem apenas os 200 trabalhos e as 50 provas até que seria possível. O problema é que às vezes, tínhamos 6, 8 turmas. Com o acúmulo da docência com a coordenação de curso, o período de fechamento de notas era aquele que fazia a imunidade despencar. E o humor desabar. Eu varava noites e noites para dar conta da jornada. Houve períodos que minha magreza aludia à doença. Mas era só esgotamento mesmo.

Mesmo valendo 12, 13, 14... ainda assim havia alunos que conseguiam ficar abaixo da média 7. Não entregavam trabalhos, não iam bem nas provas. E eu não me conformava que isso poderia simplesmente ser uma opção do aluno, ou, dele não querer ter nada mesmo com aquele tipo de conhecimento. Eu não aceitava esse tipo de liberdade, posto que eu tinha gastado horas tentando explicar porquê aqueles conhecimentos eram importantes.

Ao mesmo tempo, eu era a mais liberal das professoras. Os alunos podiam ouvir música ou ficar com computadores na sala de aula, afinal, nossos alunos são nativos da era digital, são “receptores” polivalentes. Podiam sair ou entrar na aula quando bem entendessem. Desde que não atrapalhassem a explicação (com comentários fora de contexto) eles podiam habitar a sala de aula.

É que sempre fui da opinião que a aula, por si só, tem que atrair o aluno. Que a riqueza do conteúdo, aliada ao toque de encantamento dado pelo professor, deveriam bastar para que o aluno considerasse uma perda não se envolver com aquele momento.

Nenhuma convicção minha foi mais forte do que acreditar que todos têm seus talentos e potenciais. É que às vezes nosso brilho fica irrefletido. Ou adormecidos, represados por opressões que nunca teremos condições de conhecer.

E por conta disso, era quase uma obsessão reparar mais em quem mostrava menos. Aproximar-me dos perfis considerados esquisitos. Interagir com as ideias brilhantes daqueles que se mostravam (um poço de criação!) e vasculhar que tipo de eclipse escondia algumas das minhas estrelinhas (meus alunos). Identificava-me com os que estavam entre, porque estar entre essas possibilidades é o que sempre me coube: no caminho do meio.